

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

Ideologia e propaganda na cooperação Brasil - Estados Unidos
durante a Segunda Guerra Mundial:
O caso das empresas aéreas.

IONEIDA CAVALCANTI DA CUNHA

Brasília
2008

IONEIDA CAVALCANTI DA CUNHA

**Ideologia e propaganda na cooperação Brasil - Estados Unidos
durante a Segunda Guerra Mundial:
O caso das empresas aéreas.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador: Professor Dr. Antônio Carlos Lessa.

**Brasília
2008**

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais
Mestrado em Relações Internacionais

Ideologia e propaganda na cooperação Brasil - Estados Unidos
durante a Segunda Guerra Mundial:
O caso das empresas aéreas.

Ioneida Cavalcanti da Cunha

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais da Universidade de Brasília como
requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações
Internacionais - Área de Concentração: História das Relações
Internacionais.

Brasília, 2008

Banca examinadora:

Professor Dr. Antônio Carlos Lessa
(Orientador)

Professor Dr. Virgílio Caixeta Arraes
(Membro)

Professor Dr. Carlos Eduardo Vidigal
(Membro externo)

RESUMO:

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Presidente Franklin Delano Roosevelt (1933 – 1945) reorientou a política externa estadunidense para a América Latina e instituiu uma nova estratégia econômico-militar de aproximação: a “Política da Boa Vizinhança”. Suas antecessoras, tais como a Doutrina Monroe e a “Diplomacia do *Big Stick*” haviam dispensado um apanhado de princípios notadamente violentos para com os países ao sul, e por isso, começavam a emitir sinais de contraprodução ante os novos desafios que a comunidade internacional passava a enfrentar naquele momento; o principal deles: a ascensão dos regimes nazi-fascistas que expandiam sua influência política, ideológica e econômica em direção dos países do hemisfério sul-americano por intermédio de lucrativos acordos diplomáticos, comerciais e empresariais, - incluindo neles, as empresas aéreas notadamente ítalo-germânicas -, que vislumbravam no mercado sul-americano um futuro promissor e contrariavam os interesses das concorrentes norte-americanas. Estas também ambicionavam a expansão das suas próprias filiais pelo continente, considerado tradicionalmente, uma área sob influência do mercado estadunidense. Superadas as políticas anteriores, os Estados Unidos passam a primar pelas negociações multilaterais, legitimadas pelas Conferências Pan-Americanas, realizadas em nome da Segurança Hemisférica e que resultaram em vários programas desenvolvimentistas em troca do consentimento da instalação de bases militares por todo o continente, e o estímulo (neste caso, com alguns acordos secretos) às suas próprias empresas aéreas civis que acabariam por imiscuir-se em questões de modernização e “desgermanização” da aviação sul americana – e de maneira especial, a brasileira –, instituindo um virtual monopólio da aviação civil estadunidense na região.

PLAVRAS CHAVES: Segunda Guerra Mundial, Política da Boa Vizinhança, Conferência Pan-Americanas, Empresas Aéreas.

ABSTRACT:

During World War II, President Franklin Delano Roosevelt (1933-1945) re-oriented the North-American foreign policy towards Latin America, in order to establish new approaching strategies. This interpretation was known as the “Good Neighborhood Policy” and overcame its earlier strategy, called the “Big Stick Diplomacy”. The “Big Stick” was a plethora of violent principles whose results were progressively ineffective in the face of the new challenges that international community was on the verge of facing, especially with the rising of the Fascist regimes in Europe. These totalitarian regimes tried to expand their political, ideological and economic influence over the South American countries. Through profitable diplomatic, commercial and business agreements, Italian and German airline companies foresaw in the South American markets a promising future and antagonized the ambitions of their North-American competitors. The latter companies pursued the expansion of their branches throughout the continent, traditionally considered under their area of influence. After overcoming the former pattern, the United States began to distinguish itself in multilateral negotiations, ultimately justified by the Pan American Summits that took place in the name of the safety within the Western Hemisphere frontiers. From this frame, many developing programs were created in exchange for the settling of military bases throughout the continent as well as stimuli (in this case, with some secret agreements) to their own civil aviation companies. These airline firms would eventually interfere into issues such as modernizing and “un-Germanizing” the aircraft business in South American, in general, and, particularly, in Brazil, establishing a virtual monopoly in the civil aviation market.

KEY WORDS: World War II, Good Neighborhood Policy, Pan American Summits, Airline Companies.

LISTA DE SIGLAS

ABC – Argentina – Brasil - Chile
A FC - America First Committee
A L I - Ala Littoria Italiani
ADP - Airport Development Program
A J G S O - American Joint Group of Staff Officers
B E W - Board of Econômic Warfare
BARNY – Buenos Aires-RIO-New York
B A T - Boeing Air Transport
B A C - Boing Airplane Company
C A T - Colonial Air Transport
C C C R A - Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas
CPOR Aer – Centro Preparatório de Oficiais da Reserva da Aeronáutica
D S C - Defense Supplies Corporation
E A T - Eastern Air Transport
EUA – Estados Unidos da América
EXIMBANK – Export -Import Bank
G M - General Motors
FBI – Federal Bureal of Investigation
FEB – Força Expedicionária Brasileira
FSO - Fed Standard Oil
JID – Junta Interamericana de defesa
LATI – Linee Aeree Transcontinentali Italiane
L A - Loan Agency
NYRBA - New York-Buenos Aires Aires
NAA - North American Aviation
OCIAA - *Office of the Co-ordinator of Inter-American Affairs*
OEA – Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas
PAA - Pan American Airways
PAAC - Pan-American Airports Corporation
PANAGRA – Pan American Grace Airways
R T A - Reciprocal Trade Agreement Act
R F C - Reconstruction Finance Corporation
RDC - Rubber Development Coporation
SAVA - Superintendência do Vale
SEMTA - Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia
SCADTA - *Sociedad Colombo-Alemanha de Transportes Aéreos* –
SEDTA - *Sociedad Ecuatoriana de Transportes Aéreos* -
SDN – Sociedade das Nações
SESP - Serviço Especial de Saúde Pública
TWA – Trans World Airlines
TFB - Transocean Flying Boats
UA - United Aiways
UATC - United Aircraft & Transport Company
VASP - Viação Aérea São Paulo
VARIG - Viação Aérea Rio-Grandense

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Antônio Carlos Lessa, meu orientador, pelo seu exemplar empenho em incentivar-me mesmo diante das dificuldades que vivenciei tanto na área de pesquisa como por questões pessoais. Sua paciência e confiança depositados em mim desde o início deste trabalho foram de extrema valia.

À minha família, pelo apoio moral e o exemplo de amor.

Aos meus queridos professores da UnB, pessoas com quem tive a indelével oportunidade de obter conhecimento e o fascínio sobre o mundo. São aqueles que deterão para sempre minha admiração. A vocês, minha eterna gratidão.

Aos meus amigos de curso e aqueles a quem conheci ao longo da trajetória acadêmica, pela oportunidade da amizade, pelo companheirismo e pelas alegrias e dissabores compartilhados juntos. Sem vocês, nenhuma experiência ou aventura, boa ou má, teria qualquer beleza.

À Maria Fernanda, Loyane, Cammilla, Fernanda, Eliane e Vanessa, longe ou perto, simplesmente confidentes amigas.

Aos queridos Adam Luiz, Glauce Lanina e Josivam pelo apoio na dissertação.

Ao Roberto, por razões de coração.

SUMÁRIO

Introdução.....	10
CAPÍTULO I: - A conjuntura internacional da II guerra mundial: os anos precedentes de um mundo em transformação.....	17
1.1 A política externa dos EUA (1930-1937) e o esforço de propaganda: do isolacionismo à política de Boa Vizinhança.....	28
1.2 As transformações políticas no Brasil e a formação dos blocos (1930 – 1937): Autonomia e dependência.....	40
CAPÍTULO II: A organização da agenda pan-americana e o esforço para enfrentar o presságio da guerra: a defesa dos países latino-americanos e o comércio com o eixo – o caso do Brasil.....	50
2.1 A segurança continental e as conferências Pan-Americanas de 1936 A 1942.....	57
2.2 – A fábrica de ideologia norte-americana: <i>The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs</i>	78
2.3 O governo Vargas: de 1937 até a entrada do Brasil na Guerra 1942 – A barganha nacionalista.....	87
CAPÍTULO III: A agenda de cooperação Brasil – EUA: a agenda militar, a segurança hemisférica e a participação brasileira no esforço de guerra.....	96
3.1. A participação efetiva do Brasil na II guerra e as linhas aéreas comerciais em ação.....	101
3.2 A Panair do Brasil e a instalação de bases militares no nordeste brasileiro.....	122
VI: CONCLUSÃO.....	147
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	154

INTRODUÇÃO

A primeira fase da expansão das empresas aéreas no Brasil ocorreu nos fins dos anos de 1920, porém, o seu *boom* coincidiu com a Segunda Guerra Mundial. Neste contexto, a história da aviação como empreendimento comercial possuiu uma miríade de acuidades que condicionaram sua consolidação e o tipo de concorrência que exerceriam entre si, ressaltando significados e interesses que ultrapassavam a mera rotina do *know how* da iniciativa comercial pura e simples no Brasil e no exterior, levando-as a vincular-se à problemática da Segurança Nacional, ao engajamento brasileiro ao lado dos Aliados, a construção do processo nacionalista durante a vigência do Estado Novo e o desenvolvimentismo por ele patrocinado.

A historiografia de determinadas empresas aéreas nacionais ou estrangeiras que operavam no Brasil, vinculou-se inexoravelmente tanto às conseqüências econômicas de um período de grandes disputas políticas e militares devido à deflagração da Segunda Guerra Mundial, quanto às disputas políticas internas que o governo Vargas enfrentava. O peso da tecnologia e das novidades no ramo das comunicações evoluía exponencialmente, e acabava por influenciar *pari passu* os interesses político e econômico dos países interessados no desenvolvimento de sua própria aviação comercial e militar.

Assim, essas empresas tornaram-se instrumentos de ideologias político governamentais e condicionaram o destino do comércio exterior, de defesa territorial, dos inconfessáveis serviços secretos e de contra-espionagem travados entre os países que faziam parte do Eixo e dos Aliados durante a política de equidistância pragmática exercida por Vargas até a tomada de decisão pró- Estados Unidos.

No século XX, as comunicações em geral haviam se tornado mais rápidas, o mercado já havia se habituado ao *fordismo* e ao *taylorismo*, e em que se pesem as crises econômicas como as vivenciadas em 1929, a capacidade da produção bélica conhecia seu auge industrial¹. A sociedade se acostumara a conviver com uma espécie de dependência tecnológica, sujeitando-se cada vez mais aos automóveis, à

¹ OLIVEIRA. Luiz Guilherme. *A Cadeia de Produção Aeronáutica no Brasil: uma análise sobre os fornecedores da Embraer*. Instituto de geociências da universidade de Campinas/ Luiz Guilherme de Oliveira. – Campinas, SP.: [s.n.], 2005.

luz elétrica, aos tratamentos de saúde e higiene contemporâneos, bem como reivindicavam um maior acesso à informação sobre as deliberações governamentais diante das crises que assolaram aquele período.

Quanto à análise dos impactos internacionais para a política externa brasileira, pode-se afirmar que sabedor de sua importância periférica diante das tomadas de decisão dos países hegemônicos, temia por sua passividade diante de impactos negativos provocados por convulsões externas vivenciadas naquele período. Por isso, apostar em mudanças econômicas através de um processo mais amplo de modernização e industrialização passou a ser o refrão político interno da Era Vargas, onde a infra-estrutura da aviação militar e comercial poderia também se constituir em mais um instrumentalizador dessa nova fase de independência econômica que o país procurava.

Nessa ocasião observa-se que a comunidade política internacional agia sob forte pressão psicológica (fatores subjetivos) diante de dados que contraditoriamente, tanto primavam por uma suposta objetividade política, como pela eficiência do seu comércio exterior subjugada pela ameaça do fracasso dos acordos de paz patrocinados pela Liga das Nações.

Sem uma concordância, o posicionamento dos Estados naquele contexto acabou muitas vezes, por externalizar valores e arbitrariedades inerentes aos governos envolvidos, mais precisamente, os países que eram considerados líderes das alianças militares mais significantes, tais como foram os membros do Eixo, representados pela Alemanha, ou como os Aliados, notadamente representados pelos norte-americanos que influenciavam, ou até mesmo aliciavam, os outros países que interagiam nos seus raios de controle, ditando posteriormente como se comportariam as políticas externas dessas periferias, as futuras alianças militares e o comércio que estabeleceriam entre si.

Aliaram assim tecnologia e ideologia para expandir-se tanto economicamente como para vencer o inimigo externo. Para o governo dos Estados Unidos, a

autocracia e o militarismo germânicos, bem como o bolchevismo russo constituíam grandes ameaças para a realização do ideal liberal².

Quanto à opinião sobre a propaganda daquele momento, tem-se o exemplo do próprio líder alemão, Adolf Hitler, que a interpretava “como uma arma eficiente, que isentava as pessoas de senso crítico, era interessante, poderosa, tendenciosa e hábil”. Em suas palavras: a “explicação científica é (coisa) para a *intelligentsia*. A moderna arma da propaganda é para as massas”.³

Assim como a Alemanha, os Estados Unidos, como o país mais poderoso do continente, também foram acusados de tentar instituir seu padrão ideológico sobre os governos aos quais patrocinavam economicamente. Porém, devido às mudanças políticas que poderiam afetar a sua condição interna -emblematicamente democrática- preferiram sugerir que agiam pelo seguimento de interesses legítimos desses mesmos governos, evocando-os agora como aliados e renegando o seu passado violento, a exemplo de quando exerciam a duvidosa diplomacia do *Big Stick*.

Desta forma, passaram a operar como o verdadeiro baluarte da aspiração de uma América Latina unida e preferencialmente longe de influências mercadológicas que avaliavam como maledicentes e cujo expansionismo estava vinculado aos interesses ditatoriais do Eixo⁴, pois o fenômeno da guerra também trazia em seu bojo a superação das diferenças entre o que era o bem de economia civil e o bem que possuía proficuidade militar⁵.

Nesta senda os Estados Unidos lançaram, numa única proposta, tanto a possibilidade de vencer os seus inimigos políticos como os seus concorrentes econômicos, arquitetando uma política moralizadora e de condicionante favorável ao seu capital, supostamente recomendando por uma proposta nova, universalmente aceitável, e que soasse como uma oportunidade política imperdível para os países Sul

² BURNES, Edward McNall. *A História da Civilização Ocidental: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica – O Drama da Raça Humana*. Tradução de Lurival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 3ª Edição. 5ª Impressão. Editora Globo. Porto Alegre. 1975.

³ BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. *Dicionário de Política*. Vol. II. Tradução de Carmem C. Varrialle...[*Et.al*]; coordenação da tradução João Ferreira; 5ª Ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. pp. 1018 – 1021.

⁴ CARR, E. H. *Vinte anos de crise: 1919 – 1939*. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p.130.

⁵ CARR, E. H. *Op. Cit.*, 1981, p.132.

Americanos, - sua principal zona de investimento naquele momento. Combinando poderio militar, econômico e de opinião, os EUA personificou-os na Política da Boa Vizinhança, culminando em sólidas alianças militares e uma industrialização tendenciosa, inclusive para o Brasil.

Do período que vai desde as negociações até a aquiescência dessa política por parte dos países do continente, expandiam-se também as empresas aéreas, as bases militares estadunidenses, os aeroportos ultramodernos para a época, a siderúrgica de Volta Redonda, o rearmamento militar brasileiro e a cassação de empreendimentos pró-eixo em meio a expedientes de contra espionagem em prol da defesa hemisférica.

Seria também construída a fábrica de ideologias, como a *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs* que além de ser um sustentáculo (a) moral desse ambicioso empreendimento anti-Eixo, funcionou igualmente como excelente veículo de comunicação e *marketing*, servindo ao mesmo tempo como agenciadora da americanização do continente, aliciadora da inteligência dos países partícipes do Pan-Americanismo e garantidora da hegemonia das prestações de serviços norte-americanas em lugares inimagináveis, tais como nos rincões da Amazônia Brasileira em nome do esforço de guerra.

Os liberais e especialistas em publicidade norte-americanos sempre sustentaram a idéia de que somente o custo poderia limitar a arregimentação da opinião pública e de outros governos para qualquer direção e para qualquer assunto. E a *OCIAA* se tornou a prova cabal de que a política internacional estadunidense significou o poder e a persuasão vigente, provendo uma série de conjeturas e pontos objetivos estratégicos que serviram para os propósitos da inteligência Aliada em todo o continente, colocando-se numa escala de valores que aparentemente pudessem estar acima dos valores nacionais de qualquer outro país⁶.

Assim, os Estados Unidos conseguiram se harmonizar naquilo que Joseph Nye chamou de “capacidade de fazer com que os outros queiram os resultados que você espera obter⁷”. Tal aforismo se tornaria evidente, quando se travou a luta pela sobrevivência de certas companhias aéreas no Brasil e na América Latina e desafiou

⁶ *Idem*, p.139.

⁷ NYE, J. *Soft Power: The Means to Success in World politics*. New York: Public Affairs, 2004, p. 5.

a capacidade de liderança das autoridades desses países, e notadamente, o do governo Vargas.

Num misto de interesse econômico e militar, movimentou fortunas de bilionários como Nelson Rockefeller e Juan Trippe, que expandiam seus negócios a outros países com o aval da administração pública estadunidense, sempre em nome de ideais que não passavam de boa estratégia de venda, favorecida pela peculiar condição da Segunda Guerra, que forjaria messianicamente um inimigo externo, personificado pelos governos nazi-fascistas para futuramente, também enredá-los como concorrentes nessa trama comercial-militar.

Nesta senda, optou-se no primeiro capítulo, por compreender como se desenvolveram as relações desses Estados no continente americano no pós-Primeira Guerra Mundial, um período assaz singular e extremamente propício a expansão das empresas comerciais estadunidenses, mesmo diante das crises econômicas da década de 1920 e ao círculo de segurança que se iniciaria no hemisfério sul, coincidindo igualmente com o retraimento comercial europeu.

No segundo capítulo, a autora procurou estabelecer os parâmetros em que se desenvolveram as grandes Conferências Pan-Americanas, pois acabaram por proporcionar aos Estados Unidos instrumentos jurídicos que serviram tanto para abdicarem definitivamente a metodologia da civilização pelo intervencionismo, como para persuadir as nações abaixo do Rio Grande, a lutarem em prol da defesa do hemisfério e a praticar trocas comerciais liberais exclusivistas com os países aliados.

Nesse momento, toda a máquina política estadunidense passa a empreender esforços econômicos, administrativos e ideológicos para atender às necessidades das novas atividades de pessoal de inteligência que observariam em suas sedes espalhadas por todo o continente (e inclusive em países aliados na Europa), os trabalhos realizados em prol da defesa do hemisfério americano.

Neste contexto, as relações Brasil e Estados Unidos oscilariam de fato entre um alinhamento pró-americanista e um sentido mais universalista, não totalmente exclusivista (mas que seguiu o estipulado pela ideologia herdada por Rio Branco), que priorizaria de fato, a retificação especial com os EUA, mesmo que com algumas dificuldades de conciliação ideológicas devido a certos seguimentos políticos de característica mais autoritária vigentes no Estado Novo.

Finalmente, no terceiro capítulo, tenta-se reconstruir parte da história do nascimento da aviação comercial no Brasil, mais precisamente, o período abrangido entre 1927 a 1945, tendo-se ciência de que certamente, algum fato ainda pode ser desconhecido pela autora e que por isso escapou a esta narrativa. Em que se considerem certas limitações devido à extensão do tema, a idéia central partiu da premissa de que se fazia interessante a compreensão de como essa especialidade econômica se instrumentalizou tão vertiginosamente no Brasil no período da Segunda Guerra Mundial, atraindo igualmente tantos interesses militares.

Apesar da expansão comercial aérea ser um argumento considerado secundário na história da Segunda Guerra Mundial no Brasil, foi notória a existência de uma campanha secreta e eficiente por parte de Washington contra as empresas aéreas européias atuantes no continente naquele momento. Também é notório, o comportamento do empresariado norte-americano que congregaria seus interesses ao trabalho de agentes militares de vários governos internacionais, visando debelar empresas concorrentes que se vinculassem aos países do Eixo e que haviam se instalado pioneiramente nos países sul-americanos, (ameaçando inclusive as que tentavam se firmar nos próprios Estados Unidos) e em particular no Brasil⁸. As empresas aéreas naquele momento traziam como consignaçoão em suas asas, a agressiva empreitada expansionista da política do país a qual pertencessem⁹.

Desse modo, o Departamento de Estado Norte-Americano, subsidiou economicamente o governo de Getúlio Vargas e desenvolveu para o Brasil ainda na vigência da neutralidade dos dois países, uma audaciosa campanha de eliminação das companhias áreas do Eixo. Conhecida como a política de desgermanizaçoão¹⁰ do mercado aéreo nacional, tal esforço diplomático resultou não apenas em definir quem tomaria conta dos céus brasileiros, mas também nivelaria, conforme o progresso ou eventual obstrução desses empreendimentos, a quantas vinha evoluindo o processo

⁸ Oswald Heinrich Müller. *Primórdios da aviação comercial no Brasil – A primeira viagem*. Boletim Informativo da Sociedade Germânia. Ano 05 Nº30 - NOVEMBRO / DEZEMBRO – 2005.

⁹ BERTONHA, João Fábio. *O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943*. RBPI. 1997. p. 120.

¹⁰ Essa política de *desgermanizaçoão* possui interpretações diferentes para o governo brasileiro e o norte-americano, porém convergiu convenientemente para o resultado final da expulsão de certas políticas estranhas aos interesses do Brasil que os países do Eixo de fato intencionavam empregar no Brasil. Quanto aos EUA na verdade, desejavam apenas “americanizar” o comércio internacional.

de alinhamento político brasileiro diante dos acordos financeiros e militares com Washington.

CAPÍTULO I

1 - A CONJUNTURA INTERNACIONAL DA SEGUNDA GUERRA MUNDIAL: OS ANOS PRECEDENTES DE UM MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO.

Os anos que a antecederam a II Guerra Mundial caracterizaram-se por intensos distúrbios ideológicos e políticos propensos a radicalismos e crises econômicas que se confundiam com ânsias generalizadas de liberdade e perspectivas de renovação sócio-democrática ao redor do mundo. Naquele período, os países formavam blocos e alianças partidárias para se defenderem de ameaças que julgavam reais e recíprocas. Ressentimentos pendentes que haviam se originado no fim da I Guerra Mundial ainda serviam de espólio e força motriz para o arregimento de futuros soldados que poderiam ser recrutados para servir no campo de batalha ou como operários na indústria armamentista. A propaganda e a consciência sobre fragilidades e fortalezas mútuas nas relações das políticas externas se imiscuíam. Barganha, genialidade no trato interpessoal, acusações e depreciações mútuas deveriam ser tão bem usadas quanto obuses certos. Havia um clima de vale tudo no anárquico sistema internacional pós Versalhiano.¹¹

Antes da Segunda Guerra Mundial, a política internacional vivenciava uma disputa entre países de forças médias e o que fazer diante dos leoninos acordos de paz de 1919. A Europa Oriental enfrentava crises sucessivas provocadas pelas ambições dos nacionalismos de origem étnico-rivais que tentavam instituir “estados sucessores” que atendessem a critérios como os de constituição racial; a Rússia, recém formava a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e enfrentava uma guerra civil que se arrastava desde 1917, enquanto a Turquia padecia de uma forte reação nacionalista contra a pretensa divisão ocidental da Ásia Menor. Ocorridas ainda na década de 1920 essas surpreendentes modificações jurídico-territoriais na Europa resultaram no aparecimento de uma série de Estados-Nações que

¹¹ ARON, Raymond. *A paz sem vitória - Estudos Políticos*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, pp. 386-397.

substituíram o que antes fazia parte das terras dos impérios dos Habsburgo, Romanov e Hohenzollern¹².

A Alemanha, apesar de ter guardado alguma continuidade étnica coerente, sofreu perdas territoriais menores na parte oriental, sem deixar de vivenciar outros tipos de prejuízos mais graves, tais como: a devolução da Alsácia-Lorena para o comando francês e a ratificação de fronteira com a Bélgica e a Dinamarca, a ocupação militar aliada da Renânia e a exploração econômica francesa da região do Sarre, pelas condições de desmilitarização ou a permanência de apenas minúsculos exércitos e marinha costeira defensivos, e ainda, por ser deixada sem nenhuma força aérea, tanques ou submarinos, e por assistir à abolição do Estado-Maior prussiano e por fim arcar com uma pesada cota de indenizações guerra.

O sistema internacional alvitava iniciar alguma estabilidade internacional com a criação da Liga das Nações, e com esperanças em sua eficácia, os anos que se seguiriam foram repletos de desejos sinceros, porém utópicos de que quaisquer problemas que pudessem porventura ocorrer, teriam a faculdade de ser dirimidos pela Liga que se reunia com regularidade em Genebra, mesmo que consternasse moralmente a atitude dos Estados Unidos em ter idealizado a fundação desta nova organização, e posteriormente, ter decidido não tomar assento em seu Conselho.

Essa súbita retirada norte-americana, que posteriormente seria vinculada a sua política isolacionista ou de neutralidade (pelo menos a princípio), pareceu para alguns observadores internacionais como uma contradição das tendências de poder mundial que entravam em cena, pois os Estados Unidos seriam a maior das potências nascentes, ao lado do Japão e Alemanha, o que não lhes permitia uma omissão prolongada nas questões de política externa. Tratava-se, porém de governo extremamente pragmático, e que tinha como norte político apenas o exercício de se ater a assuntos que julgassem de seu real interesse, antes de qualquer coisa. Eivado de egoísmos carolas e imensas excepcionalidades, tinham um modo muito particular

¹² KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformações econômicas e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1989, p. 267.

de legitimizar sua superioridade democrática em relação às outras civilizações do mundo ¹³.

A decadência da Alemanha na I Guerra e a Rússia entrando em crise com a Revolução Socialista (que a isolava tanto por motivações econômicas como pela ascensão do governo dos Bolcheviques) constrangeria os EUA a superarem esse “isolamento em particular” e a se fazer cada vez mais atuante na nova ordem mundial que se erguia¹⁴.

A ascensão econômica americana chamava atenção para a artificialidade em que já se encontrava a centralidade européia no mundo. Os Estados ocidentais ainda vivenciavam a obsessão pela segurança francesa contra o provável ressurgimento alemão. Como o senado americano havia rejeitado o Tratado de Versalhes, a França procurou criar substitutos para essa ausência, passando a estimular a criação de um bloco de Estados “anti-revisionistas” dos acordos de paz de 1919 na Europa, enquanto mantinham um grande exército de prontidão e uma força aérea razoável para intimidar qualquer reação alemã, além de intervir também na Crise do Rur, em 1923 – quando os alemães faltaram ao pagamento de indenizações de guerra¹⁵.

A diplomacia financeira era intensa. Como existia um agravamento relacionado à problemática das indenizações dos países perdedores quanto aos débitos de guerra, os procedimentos de cobrança passaram a perturbar as relações não somente entre vencedores e vencidos, mas também entre os Estados Unidos e seus antigos aliados. O Acordo financeiro de Planos como o Dawes (1924) dirimiu em parte essa turbulência diplomática e abriu caminho para a entrada da Alemanha na Liga das Nações, propiciando mais um acordo financeiro representado posteriormente pelo Plano Young (1929).

Porém todas essas estruturas possuíam uma compleição carregada de fragilidades. Perdas populacionais e econômicas provocadas por uma recente guerra total trouxeram comoção à ética do continente europeu e do mundo. Morte e incapacitação de pessoas em idade produtiva atingiram uma soma considerável da população economicamente ativa da Europa. Doenças, fome e privações, sem contar

¹³ NASSER, Reginaldo Mattar. *Woodrow Wilson e a ordem hemisférica*. Cena Internacional. Vol.8, nº 2,2006, *passim*.

¹⁴ KENNEDY, P. *Op. Cit.*, 1989, p.269.

¹⁵ Foram signatários países como Bélgica, Polônia, Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia.

a perda material sem precedentes eram a realidade impiedosa que se vivenciava naquele continente. A lista final resultante das conseqüências econômicas da guerra que se desdobraram pelos anos foi indelével; não havia como mensurar a subjetividade dos choques psicológicos vivenciados durante o período, e vislumbrar a possibilidade de outro conflito soava como pesadelo real e abominável¹⁶.

Havia até mesmo outro fenômeno subordinado às conseqüências da guerra, podendo facilmente ser compreendido como renovação comercial ou como exceção de prosperidade. Ocorreria fora da Europa, mais precisamente, naquelas regiões que não haviam sido atingidas diretamente pelo primeiro grande conflito. Desta forma, tinha-se em países como a Índia, parte da América do Sul e os Estados Unidos a franca vivência do estímulo de vários seguimentos de suas economias, proporcionadas pelas demandas industriais, de matéria prima e de alimentos que visavam atender às necessidades de uma Europa em convulsão¹⁷.

Nesta ocasião, os Estados Unidos substituíam os antigos moldes europeus em termos de crescimento econômico, porém, é importante salientar que esse incremento deveu-se muito mais às oscilações do mercado que aconteciam por conseqüências do não-pacifismo e pela não-exclusividade de ação das forças que seriam consideradas como naturais para a oferta e procura mercantil: tais demandas ocorriam por deformidades nos padrões de produção do comércio exterior.¹⁸

Problemas semelhantes afetariam outros setores da economia internacional, tais como a agricultura. Os países que se beneficiavam da exportação de produtos primários entraram em crise devido à queda da procura por seus produtos e do achatamento dos preços. Deformações estruturais afetaram todas as regiões do mundo, inclusive a Europa centro-oriental com seus frágeis Estados sucessores, e fizeram com que além de lutarem por suas novas fronteiras, vissem seus mercados deslocados e suas vias de comunicação alteradas ou bloqueadas. A Paz de Versalhes redesenhou o mapa europeu seguindo linhas aproximadas de etnia, mas não

¹⁶ *Idem*, p. 270.

¹⁷ *Idem*, p. 271.

¹⁸ *Idem*, p. 272.

conseguiu garantir a estabilidade econômica no continente durante os vinte anos seguintes¹⁹.

Financeiramente a diplomacia pós-Primeira Guerra acrescentou problemas às reservas tanto dos países envolvidos no conflito quanto dos não abrangidos, e como um nó górdio, tudo o que abarcasse a economia afetou suas políticas de forma inédita e coesa, estando longe de se dirimir com idéias simplórias. Dos que haviam se envolvido na I Guerra, poucos escapavam do enfrentamento da pesada fatura cobrada em termos de custos humanos e econômicos. As administrações dos países que os vivenciavam, simplesmente tentavam resolver o problema de seus rombos financeiros aumentando impostos para cobri-los. A maioria dos Estados europeus recorreu a empréstimos americanos, supondo que o inimigo derrotado seria forçado a pagar os juros daqueles que precisavam também prestar contas com o governo americano.

Esse tipo de procedimento ficou conhecido como reescalonamento de dívidas. Tratava-se de um delicado triângulo financeiro utilizado para a paz, um financiamento para pagamento de débitos que visava trazer a reestruturação de países como à Alemanha, a exemplo do Plano Dawes (1924-1929). Esse plano disponibilizou a soma de US\$ 2,5 bilhões de dólares norte-americanos, sem contar mais US\$2,5 bilhões de outras origens que seriam enviados somente para esse mesmo país. Com esse quinhão, a República de Weimar pagaria por reescalonamento somente à França, aproximadamente US\$1 bilhão em reparações. E esses tipos de permuta permitiram à Europa reescalonar suas dívidas para os Estados Unidos que assim, puderam reembolsar US\$ 2,6 bilhões²⁰ de novos empréstimos. Nesse fluxo de capitais, saiam primeiro os investimentos americanos para a Europa, e posteriormente retornavam aos Estados Unidos.

O ouro, outro padrão de pagamento comercial, não mais cobriria as dívidas públicas e o papel moeda praticamente sumiria dos tesouros dos Estados, provocando aumento de preços. Sem conseguir acompanhar a economia americana, os outros países aumentavam a autodepreciação monetária devido à inflação, visando nessa

¹⁹ *Idem*, p. 272.

²⁰ CERVO, Amado Luiz. *Instabilidade Internacional de 1919 – 1939*. Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano – soviética (1815 – 1947) / José Flávio Sombra Saraiva (org.) – Brasília: IBRI, 2001, p. 189.

prática uma tentativa desesperada de estimular as exportações. O próprio estímulo comercial terminava por aumentar a instabilidade econômica, pois majorava a rivalidade política diante da insolúvel intransigência dos Aliados de cobrar as insuportáveis indenizações dos perdedores da Primeira Guerra, tais como as da Alemanha que se sentia injustiçada e indisposta à resignação²¹.

Dentre várias escalas, todos os Aliados europeus deviam à Grã-Bretanha, e em menores proporções à França. As duas grandes aliadas deviam aos Estados Unidos. Os bolcheviques por seu turno repudiavam os empréstimos feitos maciçamente pela Rússia no valor de US\$ 3,6 bilhões e que naquele momento os americanos pediam de volta.

Na tentativa de amenizar os desentendimentos políticos que planos econômicos como o Plano Dawes de 1924 foram postos em prática. Porém, o comércio internacional baseado no mecanismo sutil dos fluxos monetários da *City* londrina, não seria mais restabelecido, mesmo que os ingleses tentassem desesperadamente recuperar esse papel. Com a convertibilidade prejudicada, os exportadores britânicos enxergaram apenas uma saída, o além-mar, dando continuidade a pedidos de empréstimos sempre a serem solicitados aos americanos. Com novas dívidas internacionais crescendo-se às já existentes, os Estados Unidos da América tornaram-se a maior nação credora do mundo.

Os Estados Unidos eram menos dependentes da integração econômica internacional. Desenvolveu inclinações protecionistas principalmente na agricultura e suas flutuações comerciais eram as mais estáveis entre os surtos de prosperidades e recessões vivenciadas no resto do mundo. Seus líderes políticos eram mais inclinados aos grupos de pressão internos, e esse comportamento deu um significado àquele período: em que pese não ter existido na ocasião “nenhum prestador de última instância” além de Washington, ainda assim não deixaram de fazer acordos econômicos baseados em torno de um ponto central volátil e falho com outros países, o que os fez sofrer duras críticas, a exemplo das denúncias de J. M. Keynes²².

²¹ DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Jean Baptiste Duroselle; tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000, pp. 194-197.

²² KENNEDY, *Op. Cit.*, 1989, p. 273.

Um exemplo de inadequação estrutural desses acordos eram as vastas quantidades de dólares que saíram dos Estados Unidos, na forma de empréstimos de curto prazo, para os governos europeus. Todos os emprestadores estavam dispostos a acreditar na infalibilidade organizacional dessas transações e a oferecer altos juros para utilizar de seus recursos. Sem prudência, utilizaram os investimentos tanto no desenvolvimento da economia como para fechar os buracos em seus balanços de pagamentos. Era, acima de tudo, dinheiro de curto prazo sendo empregado em projetos de longo prazo. Consideráveis volumes de investimentos foram destinados à agricultura num momento em que a depreciação dos preços desse tipo de produto era comum. Isso aumentou os custos dos serviços que não podiam ser pagos com as exportações. Esse estilo de negociação mantinha-se em funcionamento apenas com a aquisição de novos empréstimos, o que se transformou num perigoso ciclo vicioso.

Quando o surto de prosperidade norte-americana provocou o aumento reativo das taxas de juro da Federal Reserve, reduziu-se drasticamente a saída de capital do país e o sistema ruiu: Era o *Crash de Wall Street* de outubro de 1929.

Assim, os Estados Unidos reagiram com a instituição da tarifa protecionista Smoot-Hawley intencionando frear esse ímpeto de ganho de dólares “fáceis” negociados na Europa. Por implicação, inúmeras represálias devastaram as exportações dos EUA. No verão de 1932 a produção industrial de muitos países era apenas a metade do que fora no ano de 1928 e o comércio mundial reduziu-se em um terço, prejudicando o transporte marítimo, a indústria naval e os seguros. E é como o economista Ha-Joon Chang pode melhor avaliar o fenómeno da tarifação Smoot-Hawley:

[...] entre a década de 1830 e o final da II Guerra Mundial, os direitos alfandegários médios dos Estados Unidos sobre as importações de produtos industriais estiveram entre os mais elevados do mundo. Se acrescentarmos que esse país já se beneficiava de um alto grau de proteção “natural”, devido ao custo dos transportes até a década de 1870, pode-se dizer que as indústrias norte-americanas foram literalmente as mais protegidas do mundo até 1945. A lei Smoot-Hawley sobre as novas tarifas alfandegárias, de 1930, aumentou apenas marginalmente o nível de protecionismo da economia. A tarifa alfandegária média sobre os produtos industriais resultante disso foi de 48%, o que se situava no alto da escala de variações – mas continuando nessa escala – das tarifas alfandegárias médias desde a Guerra de Secessão. Foi somente em relação ao breve período intermediário “liberal”, de 1913 a 1929, que a tarifa de 1930 pode ser

considerada como um reforço do protecionismo, já que a tarifa média foi aumentada apenas em 11%, passando de 37% a 48%²³.

Quando a depressão tornou-se mundial e nenhum dos países pôde escapar dos seus efeitos, a feroz competição por manufaturados, matérias-primas e produtos agrícolas aumentou os ressentimentos nacionais e levou muitos políticos a fazerem um generalizado bonapartismo do “fator estrangeiro”, responsabilizando-o pelas dívidas de seus países. Na Europa, particularmente, grupos extremistas, principalmente os de direita, aproveitaram-se do deslocamento econômico para atacar todo o sistema liberal-capitalista e pedir políticas “nacionais” afirmativas, apoiadas pela força se necessário²⁴.

Regimes como o de Weimar da Alemanha e Alcalá Zamora da Espanha dobraram-se em pressões político-econômicas internas. E mesmo as democracias do ocidente viram seus líderes aproveitando-se da situação econômica do vizinho. Países como a França e não apenas os Estados Unidos isolacionista estavam indispostos a dar nova assistência aos estados devedores. Aliás, a França inclinou-se cada vez mais a usar da chantagem financeira, intervindo em todo o comportamento político e econômico da sua maior rival, a Alemanha.

A Alemanha já ressentida recorreu à declaração da moratória Hoover, que por sua vez tornou-se mais um meio de irritar os já obsessivos franceses. As desvalorizações monetárias e as discordâncias na Conferência Econômica Mundial de 1933 eram amostras do não entendimento entre os *policymakers* mais poderosos do mundo, como pondera Abreu:

A Alemanha pagou apenas 75% das reparações devidas no ano a partir de maio de 1921 e continuou pagando muito aquém dos níveis fixados em janeiro de 1922, [...] levou à ocupação do Ruhr pelos franceses e belgas em janeiro de 1923. Seguiu-se um período de sérias perturbações internas em 1923-1924 bem retratadas pela hiperinflação, só interrompido, quando foi possível um acordo entre industriais, -governo alemão e aliado-, culminando na

²³ CHANG, Há-Joon. *O engodo dos benefícios do livre comércio*. Le Monde Diplomatique. Junho-2003. Disponível em <http://diplo.uol.com.br/2003-06,a671>. Acesso em 05/03/2008.

²⁴ BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política*. Vol. I. Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino; tradução Carmen C. Varriale... [et.al.]; coordenação da tradução João Ferreira; revisão João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. 5ª Ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000, pp. 118-119.

estabilização monetária alemã e na negociação do Plano Dawes em 1924. Foi concedido um importante empréstimo à Alemanha e as reparações foram muito reduzidas, flutuando entre 0,8 e 2 bilhões de marcos entre 1924 e 1928, cerca de 10% dos pagamentos previstos inicialmente só para o serviço da primeira tranche. De fato, entre 1925 e 1928, os empréstimos dos EUA à Alemanha superaram folgadoamente os pagamentos de reparações por parte da Alemanha. De uma forma indireta tornou-se concreta a idéia de Keynes que, de alguma forma, os EUA pagariam a conta.

Com a retração de capitais norte-americanos já em 1928, os pagamentos de reparações foram mais uma vez reduzidos através do Plano Young de 1929, que também incluiu um grande empréstimo à Alemanha. Com a moratória Hoover de 1931, que afetavam tanto reparações quanto empréstimos interaliados, os pagamentos seriam interrompidos. Os pagamentos totais da Alemanha entre 1918 e 1931, somando valores correntes, totalizariam 22,9 bilhões de marcos (pouco mais de £ 1,2 bilhão), 17,3% das reparações fixadas inicialmente. Mas, razão ou pretexto, os pagamentos de reparações, somados à exploração pela direita na Alemanha de que a derrota de 1918 deveu-se à “facada nas costas”, isto é, à traição da esquerda na frente doméstica, (e) alimentariam a sede por novo acerto de contas em 1939²⁵.

Ao se iniciar a década de 1930, o mundo havia se subdividido em várias subunidades monetárias rivais: a França nunca abandonara a pressão exercida sobre a Alemanha para resgatar as indenizações de 1919; do outro lado do Atlântico, Roosevelt alegava que os Estados Unidos sempre saíam prejudicados nas transações comerciais acordadas com os ingleses, numa clara demonstração do enfraquecimento das democracias desanimadas a cooperarem entre si no enfrentamento das crises cíclicas que se acumulavam, agindo de forma igualmente omissa frente às modificações territoriais que vinham se manifestando na Europa.²⁶

A diplomacia de gabinete, geralmente secreta e amplamente empregada nos países em questão, era outro fenômeno importante daqueles tempos. Os que tinham interesse em sua continuidade assistiam em pânico o prodígio da crescente influência

²⁵ ABREU, Marcelo Paiva. Textos para discussão: *As conseqüências econômicas da paz, de John Maynard Keynes*. Departamento de Economia PUC-RIO, nº 454, 2002, p. 20. Disponível em <http://www.econ.puc-rio.br/PDF/td454.PDF>. Acesso 05/03/2008.

²⁶ Havia um bloco esterlino, baseado nos padrões comerciais britânicos, estimulado pelas preferências imperiais legitimadas na Conferência de Otawa de 1932; outro bloco seria o do ouro, liderado pela França; um outro bloco do Iene, encabeçado pelo Japão; um bloco do dólar liderado pelos Estados Unidos (depois que Roosevelt também abandonou o padrão ouro) e totalmente afastada desses padrões, uma U.R.S.S. que continuava a construir o socialismo de um país só. Isso demonstra que todos esses blocos eram tendenciosamente autárquicos governamentalmente e por conseqüência, pouco abertos a cooperação econômica.

da opinião pública que pedia transparência e maior participação popular sobre as questões internacionais entre as décadas de 1920 e 1930. Influenciadas por movimentos de caráter social que tomavam força, fomentavam a crítica às instâncias, aos métodos secretos e evadidos de preconceitos elitistas da velha burocracia diplomática em exercício. Não se tratava de criticar gratuitamente a rede de informações que faziam parte do *Know How* inerente desse exercício político, o problema era a espionagem e suas conseqüências que poderiam advir às populações submetidas às decisões tomadas com esse tipo de metodologia²⁷. Nesse momento, as populações desejavam a substituição do poder onipotente do Estado e rejeitavam o medo da caça às bruxas mútuas²⁸.

Na década de 1930 as inquietações coloniais passaram a ter muita importância nas relações internacionais, desviando inclusive, a atenção e os recursos de algumas das grandes potências das preocupações com o seu próprio equilíbrio de poder no continente europeu, a exemplo de países como a Grã-Bretanha, que foi absorvida pelas questões da Palestina e da Índia como forma de exercer a sua defesa imperial²⁹.

A velha diplomacia europeia ainda se viu obrigada a conviver com a instabilidade provocada pela denúncia do Pacto de Paris, considerado o fator provocador da humilhação da Alemanha, e que transbordou o *volksgeist* daquele país de ressentimento e vontade de revanche. As indenizações, o corredor polonês, as restrições à reestruturação das forças armadas, a separação das regiões de língua alemã da grande pátria, nada disso seria tolerado para sempre.

Sob essas condições, em 1933, subiu ao poder Adolf Hitler, apoiado na intensificação do esforço do movimento do revisionismo³⁰ dos tratados, primando pelo lugar “apropriado” do seu país na Europa e no domínio internacional. Apesar das profundas perdas da Primeira Guerra, a Alemanha ainda detinha uma população muito maior do que a França e do mesmo modo, uma capacidade de produção de aço

²⁷ DUROSELLE, J-B. *Op. Cit.*, 2000, pp. 117-122.

²⁸ BOBBIO, Norberto. *Democracia e Segredo – O Filósofo e a Política / organização e apresentação de José Fernandez Santillán; tradução César Benjamin e Vera Ribeiro. – Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2003, pp. 300 – 308.*

²⁹ HOURARI, Albert Habib. *Uma história dos povos árabes*. Albert Hourani; tradução Marcos Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 319-328.

³⁰ CARR, E. H. *Op. Cit.*, 1989, p. 40.

e ferro três vezes maior do que sua rival histórica. Sua rede de comunicações saiu ilesa do primeiro grande conflito bem como suas usinas químicas e elétricas, suas universidades e institutos técnicos.

Neste ínterim, a Liga das Nações deixava claro de que não conseguia realizar-se como um órgão conciliador ou policial e nem que alcançaria o escopo de desenvolver de forma eficiente, uma imposição ou mecanismo moral real sobre as questões de segurança coletiva, mesmo que com o passar do tempo tanto os Estados Unidos quanto a Grã-Bretanha demonstrassem aversão ao esforço francês de manter a Alemanha sob seu controle e de fazer da Liga das Nações um órgão que legitimava a manutenção desse *status quo*. O seu fim irônico deveu-se não pela dissuasão dos agressores, mas pelos desacordos entre as democracias que a integravam

Com o deslocamento da economia mundial em direção de vários novos blocos, taxas diferentes para medir crescimento econômico, e as diversas maneiras como os nacionais manejavam os seus próprios sistemas políticos, significava por fim que a riqueza poderia estar ascendendo em um país e decrescendo drasticamente em outro.

Foi nesse ínterim que reaparecia a ameaça Alemã em 1933, criando novas tensões para a cooperação diplomática entre França, Inglaterra e Estados Unidos, justamente em um momento em que as três democracias estruturavam seus próprios blocos de moeda de troca em plena Conferência Econômica Monetária Mundial, em Londres. Naquele ano³¹, a Alemanha também abandona a Conferência do Desarmamento ocorrida em 14 de outubro, e logo após a SDN. Enquanto isso, uma grande penúria de alimentos assolava a União Soviética, provocada pela coletivização forçada das terras pelo governo socialista³².

Tanto o capitalismo como liberalismo político pareciam estar sendo corroídos por dentro: individualismo, livre iniciativa e o mercado cada vez mais cediam espaço para o nacionalismo, para o protecionismo alfandegário e a autarquia política, pois estavam todos desacreditados das instituições do Estado Liberal. Acirravam-se as

³¹COUTO, Joaquim Manoel. *Hjalmar Achscht e a economia Alemã 1920 – 1950*. Econ. Soc. Vol. 16. Nº3. Campinas, Dec. 2007.

³²BBC Brasil. In: *Cronologia: União Soviética*. GTM, 2001. Disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/000000_curss.shtml. Acesso em 12/06/2008.

lutas partidárias e doutrinárias. Buscando alternativas radicais, cresciam os egoísmos nacionais e as pequenas invasões de fronteiras.

Como Amado Cervo lembra “A crise não resultava do craque da bolsa de 1929, que, aliás, teria sido benéfica se tivesse como efeito o fim da especulação. A crise adveio por fatores acima referidos e afetou as relações internacionais de duas formas: pela indiferença e pela hostilidade diante da cooperação e pela prática generalizada de adotar soluções nacionais para problemas internacionais. Três países exemplificam a responsabilidade do aumento da crise: a ascensão do fascismo na Alemanha com a escolha de Hitler como chanceler, a opção de Mussolini e sua política externa de força e o abandono do pacifismo no Japão”³³. Por uma decisão errada, a aliança que levou a Itália para o campo alemão se constituiu em um delírio em termos de *Realpolitik*. Os Estados perdedores, estavam desejosos de revisar a todo custo os tratados que limitavam a sua capacidade de reação econômica e militar.

Posteriormente, na primavera de 1939, Hitler faz pressão sobre a Polônia, justamente quando as perspectivas de uma vitória anglo-francesa em caso de guerra local eram menores. A anexação pela Alemanha, do “mutilado” estado da Tchecoslováquia em março e a invasão da Albânia pela Itália um mês depois, levaram as democracias, sob pressão da opinião pública a uma reação por assaz tardia para conter o ímpeto expansionista do *III Reich* ou para oferecer garantias à Polônia, Grécia, Romênia e Turquia, e essa reação acabou por vincular a Europa ocidental à sorte da oriental. Neste contexto, estava iniciada a II guerra mundial³⁴.

1.1 A política externa dos EUA (1930-1937) e o esforço de propaganda: do isolacionismo à política da Boa Vizinhança.

Durante as três últimas presidências republicanas norte-americanas vivenciadas na primeira metade do século XX, a linearidade governamental escolhida para seus fins de política externa fez com que guardassem certa unidade de características importantes entre si: Porém, a mais importante delas certamente foi o

³³ CERVO, A. L. *Op. Cit.*, 2001.p. 191.

³⁴ *Idem*, pp. 210-211.

postulado do *isolacionismo*.³⁵ Tal orientação pode ser interpretada como a *política do não comprometimento em tratados e alianças permanentes* devido às experiências anteriores de prejuízos financeiros abonadas pelos investimentos feitos aos países europeus em crise nas décadas de 1920 e 1930.

Tratava-se de um esforço do governo norte-americano para limitar compromissos no exterior, ou pelo menos, de reduzi-los ao estritamente necessário, não se engajando em aventuras políticas que considerassem inflexíveis ou que pudessem trazer prejuízos ao tesouro norte-americano. Vinculado a princípios nacionalistas, partiu da premissa de uma suposta “superioridade” política dos Estados Unidos diante das causas de outros países, mas também significou, antes de qualquer coisa, a obrigação de proteger os interesses de Estado com um emblema que pode ser denominado como *America First*.

Assim os EUA desenvolveram certos escrúpulos para envolver-se nos assuntos políticos externos de outros países - principalmente os europeus – pois tendiam a considerar que certos vínculos político-econômicos poderiam ser tratados como temporários ou até mesmo como extraordinários. Diametralmente oposta, porém, foi a relação que desenvolveu com seus vizinhos sul-americanos, pois transformaram a geografia destes últimos numa área de influência político-militar das mais evidentes do século XX.

Os Estados Unidos sabiam onde seria conveniente exercer ou não esse tipo de “omissão” política, pois para as questões realmente imperativas, - tais como a de garantir a vitória diplomática na Conferência de Washington (1921 – 1922)-, acabou por imiscuir-se de qualquer modo nos assuntos de outros países, basicamente com o intuito de travar a expansão japonesa no extremo oriente. Contando com a participação de países como Holanda, França, Inglaterra, Bélgica, Portugal, inclusive Japão e China, conseguiu a retirada das tropas japonesas aquarteladas na Sibéria e em Xantum, na China³⁶ o que prejudicou em parte os interesses do oficialato japonês

Assim, entende-se que se esse tipo de orientação política, a *isolacionista* não tinha condições de ser realmente seguida literalmente, pois se o fosse, acabaria tornando impresumível os próprios negócios econômicos norte-americanos em

³⁵ AQUINO, R. S. L. de, JESUS, N., OSCAR, G. P. C. *Op. Cit.*, 2005, p. 358.

³⁶ CERVO, A. L. *Op. Cit.*, 2001, p.182.

relação à Europa e ao resto do mundo, comprometendo toda e qualquer possibilidade de receber os empréstimos feitos a certos países, principalmente aqueles que porventura estivessem predispostos a beligerância, sem contar que havia ainda a absoluta necessidade de se dar uma seqüência lógica a economia de capital liberal durante a reconstrução do continente europeu quando seus conflitos pudessem ser sobrepujados.

Banqueiros vivem de dívidas e se não há dívidas não há dinheiro nem lucro, logo tal condição era na verdade vital para o capital internacional norte-americano, sem contar que ainda havia um clima de otimismo crescente com a assinatura do Tratado de Paris e do *Pacto Briand-Kellog* (1928), em que se considerava o uso da guerra como instrumento fora da lei. Na prática, porém, esse acordo tornou-se inócuo por padecer da falta de um dispositivo que pudesse ser empregado contra o uso da força para dirimir conflitos. Firmado por sessenta países, computou outro comportamento que não negava necessariamente o *isolacionismo* do governo norte-americano, mais sim apenas mostrava a inteligência de suas conveniências políticas, o que acabou por conferir outro sentido, como bem avaliou Nasser:

Após a Primeira Guerra Mundial, assistimos a Wilson arquitetar a Liga das Nações, [...] organização que se afundou em ressentimentos da guerra, nos ímpetos expansionistas europeus e em mecanismos institucionais inadequados. Depois, Franklin Roosevelt traria a idéia da Organização das Nações Unidas (ONU), cujas esperanças desapareceram devido à emergência do mundo bipolar. [...] Porém até 1945, os EUA tentariam implementar efetivamente uma Nova Ordem à imagem dos valores americanos na qual deram uma vocação universal[ista]³⁷.

Do *isolacionismo* à vocação do *universalismo*. Qualquer doutrina poderia servir de corolário para o teorema das relações exteriores norte-americanas, bastando para tanto que estivesse de acordo com a conveniência do momento, a exemplo das alternativas empregadas nas *Conferências de Londres* e de *Genebra*³⁸ daquele ano. O certo é que praticavam uma metodologia política eivada de peculiares que serviam para seus axiomas exclusivistas, permitindo que deixassem de lado eles também quando necessário, o tão prezado caráter negociador entre certos países, liberando

³⁷ NASSER, R. M. *Op. Cit.*, 2006, p. 9.

³⁸ CARR, E.H. *Op. Cit.*, 1981, pp. 40-41.

expressões típicas do *hard power* para expandir-se economicamente, tal como fazia com a Diplomacia do *Big Stick*. para o hemisfério sul.

Porém, com a aproximação da Segunda Guerra, essa política precisou ser reinterpretada estrategicamente, pois agora, além de existirem choques de interesses *sui generis* suscitados pelas necessidades próprias das Repúblicas Latino-Americanas, desejosas de uma autonomia administrativa e nacionalista devido à exaustão provocada pela injeção de “civilização norte-americana”, somavam-se ainda a nova possibilidade de que os países da América do Sul atendessem às pretensões comerciais, políticas e culturais de outras potências emergentes, cuja influência vinha fazendo frente à política econômico-liberal norte-americana no continente.

O *Big Stick* acabou se redefinindo pela aproximação da Segunda Guerra Mundial. Pouco a pouco foi substituído por um novo *Big Business* ou *Diplomacia do Dólar*, que se adequou mais à necessidade de desfazer a antiga imagem da diplomacia violenta, preparando essas repúblicas para a cooperação hemisférica, que seria trazida pelas convenções pan-americanas antes da Segunda Guerra.

Quanto às crises econômicas no século XX, duas foram as mais impactantes para os Estados Unidos e para o mundo, uma vez que, de alguma forma contribuíram para os acirramentos que levariam à Segunda Guerra Mundial: uma pequena, logo após a primeira, em que setores como a agricultura e seu empresariado dificilmente hesitavam em contrair novos empréstimos e hipotecas para renovar maquinário.

Com o término do primeiro conflito, a demanda externa decresceu, pois os países Europeus voltaram a produzir o que normalmente importavam durante a guerra dos norte-americanos. Nesse período também se iniciou uma tímida industrialização nos países periféricos, o que também levou à redução da importação de produtos manufaturados norte-americanos. Esse retraimento externo, em duas frentes, atingiu duramente a economia estadunidense. Em que pese o Congresso ter buscado solucionar essa questão com a elevação dos impostos sobre a importação de produtos primários, a crise agrícola manteria em retração parte do mercado consumidor interno dos EUA.

A segunda e mais grave crise foi certamente *A Grande Depressão de 1929*. Precedida por uma razoável recuperação, cuja exceção ainda era a questão agrícola -

permitiu, até a sua derrocada, que os salários nos EUA ainda se mantivessem relativamente estáveis, bem como os preços dos produtos. As empresas conseguiram lucros e certas rendas pessoais tornaram-se milionárias. O Tesouro americano esforçou-se para produzir taxas do imposto de renda que favorecesse a camada comercial. Porém a superprodução e a utilização descontrolada de crédito utilizado para o estímulo das vendas caíram em erro em 1929.

O desastre acabou sendo duplo, pois não houve como resgatar os empréstimos nem como adquirir as mercadorias já oferecidas. Essa foi a fórmula infalível da *Quinta-Feira Negra* de 1929. O próprio setor administrativo dos Estados foi atingido pela crise devido ao retraimento da arrecadação tributária. Nos EUA ainda que o então presidente Hoover e sua administração adotassem uma postura otimista, seriam obrigados a tomar medidas drásticas para que dominassem o caos que se difundia. Os cortes de ajuda financeira à Europa foram suspensos e a já discutida *Tarifa Hawley-Smoot* foi aprovada, o que praticamente fechou o mercado norte-americano ao comércio externo, tornando a crise um fenômeno internacional. Em 1932, vários países também adotariam tarifas aduaneiras protecionistas, o que agravou a recessão.

Em 1932 os democratas voltaram ao poder. Foi nesse momento que Franklin D. Roosevelt, o então presidente eleito, deu início à prática do que havia prometido durante sua plataforma eleitoral. Principiando o plano conhecido como *New Deal*, visava solucionar os problemas econômicos e sociais gerados pela crise. Dali em diante seu governo interviria mais fortemente na economia, abandonando com parcimônia a prática do *laissez-faire* e procurando uma forma mais eficaz de exercer uma maior neutralidade quanto às questões externas.

Nesse ínterim, regimes ditatoriais de cunho ultranacionalista chegaram ao poder anunciando tanto o fim das liberdades democráticas quanto uma nova ordem para o destino político de seus países. As relações internacionais estavam desorganizadas e o comércio diminuía como reflexo direto da economia em crise.

Além da rigidez das medidas protecionistas patrocinadas pelos egoísmos coletivos nacionais, ocorreu um reativo reforço dos antigos laços imperiais por parte das nações européias; o que também coincidiu com o término da Liga das Nações e o insucesso da utopia do desarmamento mundial. Surgiram as já conhecidas potências

do Eixo: Japão, Itália e Alemanha, que se opuseram diametralmente às posições hegemônicas que a França e a Grã-Bretanha ainda detinham na Europa e fora dela. Nesse mesmo momento os Estados Unidos já haviam constituído posições francamente hegemônicas sobre o seu continente e em parte do Pacífico, onde se obtemperava ao avanço japonês³⁹.

Enquanto isso, nas periferias do mundo, surgia a constituição de um sistema que ansiava em ser mais influente em meio a essas “ordens” internacionais já estabelecidas. Quando os presidentes dos EUA anunciam triunfalmente que era chegado um novo momento para lidar com os conflitos internacionais, propondo a construção de uma Nova Ordem, na verdade traduziam a referência não a uma única ordem, mas a uma variedade de ordens regionais encabeçadas por suas preferências de centro de poder e que transformavam o empenho particular de um país em valor universal⁴⁰.

Nesse momento, a América Latina variou da influência britânica para a norte-americana e foi igualmente afetada pelo *crash* da bolsa de New York. O *Crash* foi algo que determinou a redução do seu fornecimento de manufaturados, de produções primárias e de alimentos para o exterior. Obrigada a conviver com esse novo fenômeno em seu sistema produtivo, tinha que se adaptar o mais depressa possível a algum instrumento de reação. Voltou-se assim para a industrialização substitutiva de importações e repassou (ainda que tardiamente) o poder das mãos das oligarquias locais agro-exportadoras para as que constituíam as novas elites urbanas, num processo que fortaleceu o papel interventor do Estado no setor econômico, a exemplo do Brasil no período do governo de Getúlio Vargas⁴¹.

Na década de 1930, alguns países europeus também ensaiavam projetos de recuperação econômica e de revitalização industrial. O ideal era não apenas reestruturar sua política econômica, mas também transformar-se em grande potência, concentrando esforços para projetar-se no plano internacional e, se possível, influenciar o comportamento de outros países para obtenção de resultados que lhes

³⁹ NASSER, R. M. *Op. Cit.*, 2006, p. 10.

⁴⁰ *Idem*, p. 10.

⁴¹ CERVO, A. *Op. Cit.*, 2001, p. 200.

fossem favoráveis⁴². Seus métodos ainda eram os mesmos que seriam usados por qualquer governo com tendência imperialista, e legitimavam-se pela utilização de doutrinas políticas exóticas, como as que eram utilizadas pelos nazi-fascistas, ao adotaram o ideário do espaço vital, a subjugação de novas colônias, ao forçarem a abertura de novos mercados consumidores ou ainda, oferecendo ajuda militar e treinando em regiões que considerassem estratégicas mesmo que secundários, a exemplo dos que patrocinavam na América Latina.⁴³

Do ponto de vista ideológico, existiram naquele momento, três vertentes que concorriam entre si e que tentavam estender suas próprias influências no continente sul-americano, eram elas: o liberalismo econômico, representado pelos EUA; o fascismo (representado pela Alemanha, Itália e Japão) e o socialismo russo, que pelevavam entre si para conquistar simpatizantes entre os latino americanos e demais cantões espalhados pelo mundo. Quanto à influência político-econômica, a Grã-Bretanha também defenderia suas posições, pois EUA e Alemanha constituíam potências emergentes, cujo crescimento os colocava em posições antagônicas nas Américas e em relação à Londres. Os alemães davam ênfase ao autoritarismo antiparlamentar, ao protecionismo econômico e ao nacionalismo militar, enquanto os americanos sublinhavam a democracia liberal e o livre comércio no plano internacional⁴⁴.

Nesse íterim, a América Latina ansiava por transformações que impetrassem o seu desenvolvimentismo e afiançassem a substituição das antigas dependências de importações, pois isso lhes garantiria alguma autonomia em relação às grandes potências que se digladiavam por mercados consumidores. Porém, devido às antipatias políticas ocasionadas pelo *Big Stick*, o que poderia se tratar apenas de uma via alternativa para novas alianças políticas que parecessem mais promissoras e construíssem uma nova realidade econômica para os países do sul, acabou se convertendo em pivô de disputas ideológicas entre os governos liberais e os de cunho autoritário. Ainda que a hegemonia norte-americana nunca tivesse sido realmente

⁴² NYE, J.S. *Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 30.

⁴³ O número de missões militares italianas na América Latina partiu de zero em 1935 para 10 em 1938. Archiviom, Storico Ministero degli Affari (ASMAE)/ Affari Politic 1931-1945 (Brasile), b, 29, p. "Miscellanea", 1944.

⁴⁴ MOURA, Gerson. *Estados Unidos e América Latina*. 2ª. Ed. In: Editora Contexto, 1990 p. 26.

ameaçada nas Américas, Washington teve de aprender de fato, como negociar o apoio latino americano, pois como considerou Rossoto:

Doravante, tendo como fundamento econômico a queda da bolsa de Nova York de 1929 e a recessão econômica dos primeiros anos da década de 1930, mas também, como fonte inspiradora, um processo de valorização da cultura e identidade locais, muitos países latino-americanos iniciariam uma longa marcha em busca de um caminho de desenvolvimento centrado na valorização de seus próprios valores, na priorização do mercado consumidor doméstico e, gradativamente, em uma produção industrial própria. Essa nova trajetória teve no contexto da Segunda Guerra Mundial, e na Política da Boa Vizinhança, um momento de aprofundamento uma vez que nosso vizinho do norte estava disposto, até um ponto maior do até então visto, a permitir que a região dispusesse de uma maior capacidade de promoção de seus próprios interesses ⁴⁵.

O forte nacionalismo surgido nos países latino-americanos não deve ser confundido (em que com evidentes simpatias) com alguma adesão formal a qualquer tipo de fascismo ou ao nacional-socialismo. Porém, seus observadores, fossem os Aliados, fossem daqueles pertencentes aos países do Eixo, ou tentaram algumas vezes fabricar essa identificação para si, ou provocaram intimidação caso esta afinidade pendesse para o lado contrário dos seus interesses. Era afinal uma época de polarização radical e a busca por apoio internacional se intensificava, o mundo se transformara em um tabuleiro de xadrez: qualquer suspeita ideológica ou político-econômica que parecesse análoga ao do adversário tendia a receber rotulações de uma aliança política ameaçadora ⁴⁶.

Para os países do Eixo, o significado de uma reação econômica pós-29 ainda priorizava a orientação de agir em seu próprio continente, mas isso não os impediu de ambicionar influenciar outras regiões do planeta. A América Latina tornou-se mais um item de planos de expansão mercadológica (e alguns historiadores levantam suspeitas de que também houvesse planos de expansão territorial na região), mesmo

⁴⁵ IORIS, Rafael Rossotto. *A trajetória da América Latina e Algumas lições*. Postado em 08 de outubro de 2007. Visão de Mundo. Disponível em <http://www.relnet.com.br/blog/?p=1189>. Acesso em 10/06/2008.

⁴⁶ GERSON, M. *Op. Cit.*, 1991, p. 26.

por que, todos detinham a consciência de que incorporar militarmente esses países seria um investimento pesado demais devido à óbvia distância intercontinental e pela presença hegemônica estadunidense no local. Porém de qualquer forma, centros de poder, como o *III Reich* precisavam de novos clientes, ou melhor, desejavam uma expansão semelhante ao do *Dominium* inglês, como Canadá e Austrália, onde se contavam com um lugar conveniente para enviar excedentes demográficos (principalmente italianos) vinculados pela raça e cultura, em que se contaria com um aliado seguro em caso de guerra e que ainda serviriam como complementação econômica.

Suas importações dos países latino americanos eram basicamente alimentos e matérias-primas industriais, enquanto suas exportações eram em parte, constituídas de produtos acabados, porém sem possuir divisas suficientes para operar externamente em termos de livre comércio⁴⁷. Alguns países que desenvolveram vínculos preferenciais com a Alemanha por intermédio do comércio compensado acabaram, entretanto, se colocando em uma situação complexa justamente nos setores da economia que haviam sido mais afetados pela Grande Depressão, pois o comércio compensado oferecido pelo *III Reich*, não gerava divisas e acabava por estimular uma nova dependência: quanto mais produtos fossem vendidos à Alemanha, por exemplo, mais o parceiro comercial seria obrigado a comprar dela.

As vantagens eram que como os países envolvidos não tinham divisas suficientes para financiar a vista às importações (condição que fazia parte dos acordos de livre comércio), as mercadorias compensadas tinham seus excedentes vendidos ou obtidos por meio de troca. Essa prática seria amplamente usada no Brasil quando a exemplo de seus vizinhos sul-americanos, procurou por vários meios, conseguir novos parceiros comerciais e investidores.

Sob esse postulado econômico, a Alemanha pôde expandir-se política e ideologicamente nas Américas, fosse pelas vias diplomáticas, financeiras, informais ou oficiais, tais como: embaixadas, consulados, escolas, empresas comerciais e de altas finanças, serviços de propaganda, informação e pelo polêmico sistema de

⁴⁷ BERTONHA, João Fábio. *O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922 – 1943*.

transportes aéreos. Isso criava um clima de boa vontade em relação à causa germânica, enquanto favorecia a sua expansão econômica e a recuperação de posições políticas que foram destruídas ou largamente comprometidas em decorrência da primeira guerra e da crise de 1929, ao mesmo tempo o partido nazista agia de forma paralela e direta, tentando congregiar pessoas de origem ou descendência alemã em vários países meridionais, inclusive no Brasil.

A política nazista também procurou exercer influência militar por meio de missões de treinamentos dos exércitos latino-americanos bem como com a venda de armamentos que também eram abrangidos pelos acordos de compensação; e no caso do Brasil, muito se comentaria sobre a notória admiração que o oficialato tupiniquim nutria pela disciplinada e eficiente máquina militar germânica.⁴⁸

Diante da corrida pelo domínio de mentes, corações e futuros locais para investimentos, o governo dos Estados Unidos após a eleição do presidente Franklin Roosevelt, iniciou a implementação do *New Deal* e *pari passu* adotou um novo comportamento administrativo no que concernia ao futuro tratamento que seria dispensado para com os seus vizinhos ao sul: Conhecida como a “Política da Boa Vizinhança”, esse empreendimento foi o marco estratégico-diplomático usado para superar o já senil *Big Stick* e estabeleceu parâmetros novos para as relações interamericanas, que possibilitaram coordenar a convergência de seus interesses políticos aos de outros países do sul continental, anunciando algumas disposições de cooperação econômica e militar em que o ideal de convivência, intergovernamentalidade, prosperidade e pacifismo entre as Américas eram as grandes promessas.

Essa alteração correspondeu ao interesse de afastar a ameaçadora concorrência européia e notadamente a alemã de sua tradicional zona de influência econômica, tendo em vistas à formulação de planos globais mais ambiciosos que também atenderiam no futuro, as de defesa hemisférica.

Ao implementar essa nova parceria com a América Latina, os EUA saiu triunfante em termos econômico-diplomáticos, pois o seu governo advogava o

⁴⁸ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. 27.

liberalismo político e o livre-cambismo como solução para a recuperação econômica dos Estados no sistema internacional.

A Política da Boa Vizinhança significou, acima de tudo, que os Estados Unidos se comprometiam a abandonar a política intervencionista, sobretudo a de caráter militar, valorando a igualdade jurídica entre as nações americanas, tanto na teoria quanto na prática. A idéia era construir meios administrativos que viabilizassem a criação de órgãos consultivos interamericanos que servissem para dirimir por vias de negociação qualquer problema que uma república pudesse gerir e que pudesse afetar as demais. O *slogan* principal dessa política era a cooperação para elevação do bem-estar dos povos americanos.

Para Gerson Moura, o intervencionismo militar já vinha se definindo desde o final dos anos 1920, pois já não havia sinal de qualquer ameaça de recolonização européia no molde metrópole-colônia que se considerasse evidente no continente, sem contar que uma série de mecanismos políticos e militares que antes foram empregadas para manter a estabilidade política das “problemáticas republiquetas de bananas latino-americanas” e que contava com o apoio de dentro dos próprios Estados Unidos, passava agora por uma fase de declínio dando lugar aos que apoiavam o direito de soberania e auto-gestão desses povos.

Dali em diante os próprios cidadãos americanos pressionariam seu governo a renunciar a esse direito substituindo-o pelo o de relações mútuas e paritárias. Esse posicionamento culminou na 6ª Conferência Internacional dos Estados Americanos em Havana nos meses de janeiro e fevereiro de 1928. Na sétima Conferência Internacional dos Estados Americanos em Montevideú, em dezembro de 1933, o secretário de Estado Americano, Cordell Hull, teve que aceitar a Convenção dos Direitos e Deveres dos Estados, que formulava claramente a política de não intervenção. Na verdade, o governo Roosevelt apenas conseguiu sobrepujar um elemento já obsoleto de seu próprio mecanismo político e continuou a manter os aspectos que ainda consideravam vitais para a segurança estadunidense.⁴⁹ Assim, a idéia do novo universalismo americano deveria trazer como lema a boa vontade do pacifismo, do jurisdicismo e da credibilidade na capacidade de articular seus próprios

⁴⁹ *Idem*, p. 28.

interesses sem provocar antigos constrangimentos entre seus vizinhos e ainda fazendo-lhes acreditar que lhes seriam auferidos ganhos concretos nessas cooperações.

Embora alguns métodos houvessem mudado, os objetivos continuavam os mesmos: minimizar a influência econômica da Europa na América Latina, fomentar a liderança dos Estados Unidos no hemisfério e encorajar a estabilidade política dos países do continente pela via da propaganda liberal-democrata⁵⁰.

A nova lição de casa que os latino-americanos deveriam aprender era que o ideal da união política do Continente proporcionava estabilidade e trazia a fidúcia de um progresso acautelado e civilizado, e que de tão eficaz poderia facilmente passar-se da Sociedade das Nações, à qual essas mesmas Repúblicas haviam aderido anteriormente, com exceção do México. Um continente inteiro por meio de suas conferências inclinava-se a converter o Pan-Americanismo em sua auto-liga, como uma política *sui generis* fundada no seu próprio sistema diplomático, em que os princípios de não-intervenção e de autodeterminação eram teoricamente postos à mesa e poderiam servir de modelo aos convulsivos membros da SDN.

Os anos 1930 revestiram a América Latina de crescente importância política, pois a essa altura a recuperação econômica norte-americana dependia da busca de um novo mercado externo sendo seu alvo mais óbvio, o sul do hemisfério; outro fator seria a sua base industrial, que também demandava por suprimento de matérias primas e novas extensões de investimento, pois a Europa estava lhe trazendo prejuízo. Na conjuntura de “mercados protegidos”, o sul do continente tornava-se particularmente cada vez mais precioso para a economia norte-americana, podendo-se dizer que teve peso na decisão de abandonar o isolacionismo. A América Latina acabou por tornar-se a mais viável área “laboratorial” dos experimentos diplomáticos que seriam desenvolvidos pelos estadunidenses, e com isso, foi possível torná-los capazes de fortalecer a sua liderança, confirmando-os de vez como potência regional e mundial⁵¹

⁵⁰ *Idem*, pp. 28-29.

⁵¹ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. 29.

1.2 As transformações políticas no Brasil e a formação dos blocos (1930 – 1937): A autonomia na dependência e a barganha diplomática do Governo Vargas.

A diplomacia de um Estado e sua forma de entender o mundo e a política internacional é herança de seu passado⁵². De 1930 a 1945 o Brasil não negaria esse adágio ao vivenciar certas similaridades político-históricas no que se alude ao passado comum compartilhado com os países pertencentes ao grupo latino-americano. Sofrendo de uma frágil política interna, economicamente dependente das importações de bens de consumo duráveis da Europa e dos Estados Unidos, era essencialmente exportador de produtos primários, tais como o café para seus parceiros econômicos.

Diante da possibilidade de uma nova guerra, o diagnóstico possível para lidar com seus protagonistas - que inevitavelmente o influenciavam internamente-, era a recomendação de que suas tomadas de decisão perseguissem o uso do pragmatismo, do universalismo seletivo (procurando sempre pela parceria que lhe parecesse mais conveniente), do nacionalismo (muito característico no governo Vargas) e do desenvolvimentismo. Assim, como avaliou Antônio Lessa, esse período detinha:

O universalismo seletivo resultante desta visão pragmática de formulação e implementação da Política Exterior tem permitido a escolha de parceiros preferenciais, aos quais se atribui atenção diplomática privilegiada, com o objetivo de lhes conferir densidade política e econômica, o que permitiria a auferição de ganhos concretos de lado a lado. Este movimento, recorrente na história da política exterior do Brasil, pode ser conceituado como construção de Parcerias Estratégicas, que são relações políticas e econômicas prioritárias reciprocamente remuneradoras, constituídas a partir de um patrimônio de relações bilaterais universalmente configurado. A construção de parcerias estratégicas é fruto da compatibilização da vocação histórica do Brasil para a universalidade com a necessidade de aproximações seletivas, o que abre a possibilidade para movimentos de adaptação aos nichos de oportunidade e aos constrangimentos internacionais que se apresentam conjuntamente.⁵³

⁵² ARON, R. *República Imperial: os Estados Unidos no mundo pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p.18.

⁵³ LESSA, Antônio Carlos Moraes. *A diplomacia universalista do Brasil: a construção do sistema contemporâneo de relações bilaterais*. RBPI, 1998, ano 41, especial 40 anos, 1958-1998, p.31

De 1930 a 1937 pode-se concluir que o alinhamento no âmbito das quais as relações externas brasileiras foram ajustadas, optaram sempre por procurar a inserção econômica internacional do Brasil e, de outro lado, também de consolidar as relações do País com a nova agenda de segurança internacional que surgia, tentando manter relações que prezassem pelo tratamento igualitário, notadamente com os Estados Unidos, Argentina e demais os países da região.

Cabe também acrescentar a importância dada ao multilateralismo exercido em suas relações globais nesta ocasião, se dava em um ambiente que, paradoxalmente, faria o poder da ação do Estado Nacional sofrer erosão em muitos aspectos tradicionais de suas instâncias, e se devia tanto à proximidade da guerra quanto às condições em que se instaurou o Estado Novo.

O exemplo do governo de Getúlio Vargas é tipicamente a do político sul-americano que soube equilibrar as oportunidades possíveis de se explorar investimentos externos que pudessem estimular o desenvolvimento nacional de acordo com a potencialidade que cada país negociador pudesse proporcionar. Valeu-se exclusivamente do que lhe era favorável e evitou o quanto pôde firmar alianças precipitadas com qualquer dos dois eixos nascentes do sistema de poder naquele contexto delicado.

Essa postura equidistante não teria uma duração muito prolongada devido às próprias condições em que se desenvolveu a declaração de guerra brasileira contra os países do Eixo em 1942. E como preferem certos analistas, “dependendo da época analisada e das perspectivas teórico-metodológicas utilizadas pelos autores que estudam o tema, as respostas podem ser variadas, oscilando de acordo com aquelas que admitem liberdade total de ação, até as que visualizam a contingência mais absoluta aos Estados Unidos, e que certamente comprometia a capacidade de barganha que o Brasil realmente poderia deter”⁵⁴.

A Revolução de 1930 e o Governo Provisório no Brasil e posteriormente a instauração do Estado Novo em 1937 não trouxeram consigo problemas de reconhecimento externo. Na verdade, essa administração buscou conciliação dentro da América Latina e atuou diplomaticamente nas questões regionais, como as

⁵⁴ MOURA, Gerson. Sucesso e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1991, passim.

delicadas questões de Letícia, entre Peru e Colômbia ou na Guerra do Chaco, entre Bolívia e Paraguai⁵⁵. Mesmo com a Argentina, antigas rivalidades foram amenizadas e trocas de viagens presidenciais entre os dois países passaram a fazer parte de suas Agendas, estando Vargas, sempre preocupado em causar uma boa impressão ao seu vizinho platino⁵⁶.

Nesse ínterim, o presidente brasileiro já optara pela diretiva de aproximar-se dos países do continente com o intuito de demonstrar apoio ao ideal da defesa hemisférica contra futuras agressões externas, pois a Alemanha daria início ao seu expansionismo à revelia de Versalhes, incomodando os Estados Unidos e atacaria navios mercantes que para lá se direcionassem. Desde 10 de outubro de 1933, por sugestão do Ministro das Relações Exteriores argentino, Saavedra Lamas, o Tratado antibélico de “Não Agressão e Conciliação”, que já contava com a participação do México, Chile, Paraguai e Uruguai, recebeu igualmente a assinatura do Brasil que ali iniciava o seu apoio ao fortalecimento do ideal do Pan-Americanista.

Quanto às questões econômicas, em 1933 o Brasil ainda baseava suas exportações em tratados fundamentados na cláusula de nação mais favorecida, e até a saída do ministro Afrânio de Melo Franco naquele ano, o país já havia firmado 31 acordos sob a égide deste dispositivo jurídico. Sendo denunciado sucessivamente nos 10 anos seguintes sob a alegação de protecionismo (cujo alvo foi principalmente os EUA), o governo brasileiro recorreu às alternativas como as do comércio compensado alemão, possibilitando a ampliação de sua capacidade de negociação em relação aos Estados Unidos.

Com a aproximação da Segunda Guerra Mundial e os Estados Unidos preparando-se para liderar a defesa do Hemisfério Americano, o Brasil mesmo tendo papel acessório no que tange às relações de força envolvidas no conflito, acabou por saber se valer de oportunidades que sem dúvida favoreceram tanto o seu interesse nacional quanto seu poder de negociação. Porém, esse período de barganha nacional não deve ser superestimado. O que para Gerson Moura foi definido como

⁵⁵ CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2002, p. 244.

⁵⁶ D' ARAÚJO, Maria Celina. *Entre a Europa e Estados Unidos: diálogos de Vargas com o seu diário*. Disponível em JSTOR. <http://www.jstor.org/pss/3513802>. Acesso em 15/03/2008.

“autonomia na dependência” logo se transformou em uma dependência *tout court* em relação aos EUA, pois em 1940, o Brasil já aquiesceria às solicitações americanas para a participação no esforço de guerra ao lado dos Aliados em troca de armamentos e bases aéreas.

Nesse ínterim, em novembro de 1937 o Estado Novo era instaurado, e teria igualmente boa acolhida nos eixos de Berlin e Roma, porém – diferentemente dos EUA que fazia vistas grossas às idiossincrasias autoritárias dos governos latino-americanos por razões puramente econômicas – a razão das boas vindas daqueles, se deveu pela interpretação sobreestimada de uma suposta identidade ideológica que acreditavam compartilhar com o neófito regime brasileiro, que tradicionalmente fazia questão de dispensar relações de simpatia e guardavam imagens positivas mútuas de suas políticas.

Para os Estados Unidos, apesar de alguma apreensão inicial, acabou por perceber que o Brasil não se deixaria levar necessariamente a um alinhamento automático com os países do Eixo devido a essa similitude política. Tanto tal lógica estava correta, que para não prejudicar os princípios do Pan-Americanismo, o Brasil se recusou a integrar o Pacto-Anti-Komintern amparado pela Alemanha e ainda deu início a conversações e acordos secretos que visavam modernizar as forças armadas e instalar tropas norte-americanas no saliente nordestino

Apesar da suspensão temporária do pagamento da dívida externa decretada por Vargas no mesmo dia do Golpe, dos insofismáveis diferenciais de orientação política dos regimes adotados entre os dois países americanos e mais o acordo comercial de compensações firmado com a Alemanha, as relações Brasil - Estados Unidos não sofreriam abalos que possam ser considerados como significativos.⁵⁷

Internamente, é preciso entender, que a gênese do Estado Novo sofreu de fato de uma “*tentação totalitária*” continuando assim durante os três mandados de Vargas. Porém, em que pese essa fragilidade democrática, detinha como característica principal, o cômputo de elementos de uma *realpolitik* que se adaptava bem a moldes pragmáticos e universalistas, definindo-se por uma política externa pautada na busca estratégica de oportunidades de negócios convenientes, e que

⁵⁷ CERVO, A. e BUENO, C. *Op. Cit.*, 2002, p. 246.

resultassem em *inputs* que proporcionassem o desenvolvimento econômico do país. Essas metas eram consideradas satisfatórias, quando o investimento estrangeiro (independente de sua origem) não obstava a livre atuação do Brasil como auto-gestor desses investimentos⁵⁸.

Para regularizar a situação do Brasil no cenário interno e internacional, as primeiras atitudes getulistas foram estancar a crise econômica. Para isso, Vargas renegociou os acordos de pagamentos de dívidas com outros países e o mais importante: com a implantação do controle de câmbio em que procurou desvalorizar a moeda nacional e a elevação das tarifas para produtos importados, o Brasil diminuiu sensivelmente o volume de bens trazidos de fora, deixando de ter saldo deficitário na balança comercial.

Controlou ferozmente a queda do preço do café e ao invés de permitir que o produto fosse controlado pelos Estados do país, criou o Conselho Nacional do Café, que determinou a partir daí os rumos econômicos desse bem. Tomou também uma polêmica atitude para com seu preço: o governo federal passou a comprar o excedente que não era vendido e o destruía. Assim, manteve um equilíbrio entre oferta, a demanda e o controle dos preços - sem perda de dinheiro, porque o valor superava ao gasto na compra, e ao mesmo tempo, protegia os cafeicultores.

O governo também começou a incentivar uma despolarização da economia em volta do daquele produto, passando a incentivar quem investisse no setor industrial no país. Com estas duas medidas, conseguiu manter o nível de emprego e nos anos seguintes, fomentou a industrialização nacional.

Esta nova orientação econômica foi um deslocamento do eixo dinâmico: de um modelo agro-exportador para um urbano-industrial. Levantou-se uma discussão sobre se fazia sentido promover justamente naquele momento (pós quebra da Bolsa de 1929) uma revolução de tamanha grandeza. Getúlio a confirmou: na concepção dele, a economia brasileira deveria crescer independente do cenário em que estava inserida. A segunda discussão seria permanecer na “vocaçãõ” agrícola nacional, ou promover a industrialização? A segunda idéia seria eleita e o setor começou a receber prerrogativas sobre as demais.

O excedente de lucro que era gerado pelas produções agrícolas era destinado para o desenvolvimento industrial, utilizando a taxa de câmbio para o repasse. Os agricultores recebiam em um valor da moeda e os industriais em outro. Com tantos investimentos, o setor industrial brasileiro recuperou-se antes do resto do mundo, levando para cima os índices de produções primárias para o mercado interno e o volume da renda nacional.

A industrialização liderou o crescimento econômico com taxas superiores a 7% ao ano, o que exigiu do país uma implantação de indústrias de base a partir de 1937,

Neste cenário também foram implementadas as grandes empresas estatais do Brasil. Em 1942 começaram as obras da Usina de Volta Redonda. A usina foi construída com ajuda externa norte-americana e era resultado da troca do apoio recebido pelo Brasil na Segunda Guerra Mundial, onde em contra partida, os EUA prestavam apoio financeiro e técnico para a construção da obra. A dinamização continuou e pouco tempo depois foi criada a Companhia Vale do Rio Doce, que até hoje é uma das principais empresas no país.

Getúlio Vargas, já havia sido Ministro da Fazenda e governava o Rio Grande do Sul. Comandando a Aliança Liberal, disputou a eleição presidencial contra Julio Prestes, e perdeu. Contrariando o combinado, a Aliança Liberal contestou a decisão eleitoral e, após conflitos verbais e até mesmo físicos que levaram à morte de João Pessoa, Getúlio promoveu, ao iniciar-se em Porto Alegre, a Revolução de 1930 que o levou à presidência da nação.

Como pretendia “reconstruir” o país dando-lhe outro sentido governamental, suas primeiras idéias foram reformular o sistema eleitoral, instaurar proteções ao trabalhador, blindar a economia nacional e qualificar o ensino público. Ou seja, um desafio gigantesco em virtude da situação em que se encontrava o país: quebrado, sem reservas cambiais e com um modelo de exportação ultrapassado. Mesmo diante dessas boas intenções, encontrou resistências entre seus próprios aliados, pois para uma grande mudança, era preciso reunir grande quantidade de poder em suas mãos.

Para reunir esse poder, em 1936 se instaurava o Estado Novo no Brasil. E é nesse momento que surge o personagem Osvaldo Aranha, a figura brasileira mais proeminente da nossa política externa no período. Servindo naquela ocasião como

embaixador nos Estados Unidos, foi informado pelo próprio presidente Getúlio Vargas sobre sua decretação⁵⁹. Aranha, por questões ideológicas acabou renunciando ao cargo e declarou que a nova Constituição instaurada em de 1937 (a Polaca), “desrespeitava as tradições de um povo que lutou 100 anos por sua liberdade”.⁶⁰.

Porém, retornando ao Brasil, já em janeiro de 1938, aceitou após inúmeras reuniões, o cargo de Ministro de Relações Exteriores, sendo sua primeira exigência ao ocupar o posto, a de orientar a política brasileira no sentido contrário a todas as teses que julgava inadequadas ao liberalismo comercial e que eventualmente pudessem comprometer a política externa do Brasil diante das aspirações da União Pan-Americana. Aranha é certamente o maior responsável pelo alinhamento brasileiro à causa, e sendo notoriamente um liberal, foi devido a isso, apontado como “americanófilo” por seus opositores políticos.

Nesse momento, Aranha se equilibraria diante das idiossincrasias de alguns atores do governo Vargas, especialmente aqueles simpatizantes do ultra-direitismo característico ao nacional-socialismo. Em nenhum momento, no entanto, Aranha deixaria de ter suas expectativas atendidas pelo próprio presidente, no que concerne à orientação política e econômica exterior que desejava adotar durante os anos precedentes a guerra.

Tendo lutado ao lado de Vargas na Revolução de 1930 e se tornado Ministro da Fazenda em 1934, foi o homem forte da economia brasileira quando enfrentou as conseqüências do *crash* da Bolsa de Nova York com o plano que carregava seu próprio nome, e que recebeu outro, de conotação mais anedótica, o “*dinheiro caro*”,

⁵⁹ O ano de 1936 foi marcado pela feroz repressão aos membros da ANL, envolvidos na Intentona Comunista de novembro de 1935. Além da “caça aos comunistas”, o País vivia o “estado de guerra”, em substituição ao estado de sítio, de decretação temporária, ao mesmo tempo em que também se iniciava a campanha presidencial à sucessão de Vargas, com as candidaturas de Armando de Sales Oliveira, José Américo de Almeida e Plínio Salgado; o primeiro, contrário a Vargas e o segundo, tido como favorito do presidente. Porém as eleições não estavam nos planos de Vargas, e as agitações típicas de um processo eleitoral deixavam a impressão de que o presidente perdia o controle da situação, inclusive porque, a partir de 17 de julho de 1937, encerrava-se o período de vigência do “estado de guerra”. Em 30 de setembro de 1937, a conspiração orquestrada pelo Palácio do Governo chegava a seu ponto culminante com a descoberta do Plano Cohen, um fantasioso plano comunista tramado dentro do próprio Estado-Maior do Exército por oficiais ligados aos integralistas. Com a “ameaça comunista”, retornava-se ao estado de emergência e Vargas, invocando a Segurança Nacional, ampliava o seu poder de intervenção em todos os níveis da vida brasileira. Em 10 de novembro, era desfechado o golpe que instituiu por oito anos a ditadura do Estado Novo. Nesse golpe, Vargas contou com o apoio do Alto-Comando das Forças Armadas, em que se destacaram os generais Eurico Gaspar Dutra e Góis Monteiro

⁶⁰ BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história – a incrível saga de um país*. Ed.Ática, 2003, p. 335.

assim chamado devido aos juros altíssimos e da recessão daquele período em que teve de negociar uma dívida externa de 250 milhões de libras. Numa segunda fase de sua vida política, que perdurou de 1938 a 1944, Aranha foi aquele que conduziria incansavelmente a política internacional brasileira rumo ao curso dos países aliados.⁶¹

Nos anos precedentes à guerra, o governo Vargas também aplicou regras de neutralidade devido à constatação realística da sua impotência militar diante da dimensão do conflito que se aproximava, tanto que em 2 de setembro de 1939, após a invasão da Polônia pelo exército Alemão, Vargas a anunciou oficialmente, pois detectou concomitantemente com o oficialato nacional, a real e crônica deficiência que o Brasil sofria no que concernia ao seu aparelhamento de guerra.

Vargas precisava de tempo para armar o Brasil e por isso, manteve-se no posicionamento neutro pelo máximo de tempo possível diante de uma guerra generalizada, garantindo a si próprio, alguma liberdade de ação também no plano econômico. As fragilidades brasileiras estavam evidentes em várias frentes, porém as mais urgentes eram as questões do desenvolvimento econômico e social que terminaram por se atrelar às questões de industrialização militar.

Adentrar num conflito daquela dimensão poderia trazer prejuízos ou surpresas desagradáveis aos interesses nacionais, sem contar no custo necessário para tomar algumas providências e adaptações, como o de esforço necessário para empreender a arregimentação militar, a opinião pública, reequilibrar economia nacional, regularizar os vencimentos das obrigações internacionais e constituir *stocks dos* produtos indispensáveis para o esforço de guerra, racionalizando o consumo interno até finalmente, proibir a exportação de matérias primas consideradas fundamentais, como o ferro, arcando com possíveis retaliações de países não aliados.

Durante os debates que precederam à tomada de posição brasileira quanto à possibilidade de declaração de guerra, Góis Monteiro enviou uma carta ao então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, afirmando que o Brasil estava totalmente despreparado para enfrentar o conflito que se aproximava. A declaração foi endossada pelo próprio Ministro da Guerra em documento que posteriormente

⁶¹ BUENO, E. *Op. Cit.*, 2003, p. 335.

endereçou ao Presidente da República. Dutra assinalava que o Brasil, no princípio de 1942, não possuía mais do que uma centena de canhões sem munição. Dispunha de apenas 40 tanques italianos e 10 norte-americanos, sendo que estes últimos igualmente sem munição. Diante da fragilidade das Forças Armadas, Dutra propunha a maximização do adiamento desse rompimento diplomático com os países do Eixo, alegando não ter condições de garantir a integridade territorial do país em caso de um ataque futuro⁶²

O Ministro da Aeronáutica, Salgado Filho, apoiava essa posição ao afirmar que a Força Aérea Brasileira contava com apenas 27 aparelhos *Vultée*, de combate. Independente das motivações políticas e ideológicas dos chefes militares e ministros, o quadro de extrema fragilidade militar era real. Getúlio Vargas, de seu lado, buscava negociar com os americanos não simplesmente o investimento financeiro, mas também meios de fornecimento de armamento, principalmente a concessão de créditos e assistência técnica para implantar as indústrias de siderurgia que viabilizasse a estruturação bélica no Brasil⁶³.

O raciocínio era coerente e foi compartilhado por ministérios variados, como era o caso do ministro Osvaldo Aranha, quando este ponderava sobre a vastidão continental do Brasil. Para ele, na hipótese de uma guerra de curta duração, o desfecho dar-se-ia em terra, restringindo-se talvez ao continente europeu, onde qualquer dos lados poderia sair vitorioso. O que o preocupava, assim como aos demais dirigentes nacionais, era a probabilidade de uma guerra de longa duração, onde a vitória tenderia para aquele que detivesse a supremacia além mar. Assim há evidente inquietação com as condições da engenharia militar nacional em defender seu vasto e vulnerável território, pois essa defesa era formada por estruturas sabidamente obsoletas.

Ao se iniciarem as hostilidades em setembro de 1939, o Brasil declarou a sua neutralidade estabelecendo normas para a sua observação. No entanto ela foi violada

⁶² Disponível em <http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/enciclop/cap002/030.html>. Acesso 04/04/2008

⁶³ *Telegrama de Presidente da República ao embaixador do Brasil em Washington*. Centro de Pesquisa e Documentação em História em Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro – Documento ref. GV 43 06 14.

por belonaves do Eixo que tentavam furar o bloqueio inglês e não por hostilizar o Brasil necessariamente. De qualquer forma, isso se deu devido à falta de capacitação de exercer vigilância num litoral extenso aos comboios nacionais que partiam rumo ao norte e que estava sendo exclusivamente exercido pelas precárias forças armadas do Brasil.

A neutralidade passou por isso, por uma delicada reorientação. A necessidade do reaparelhamento militar nacional era urgente. E era óbvio que como instrumento garantidor da liberdade de ação e negociação comercial irrestrito trouxe benefícios que o Brasil buscava tanto do comércio compensado alemão quanto do *lend and lease* americano. Porém, não duraria para sempre, e resolver as questões de segurança nacional acabou se tornando uma obsessão para Vargas, que não teve constrangimentos em buscar alternativas que foram abertas pelas disputas comerciais entre economias Aliadas e pró-Eixo.

Quando o Brasil se decidiu pela causa pró-Aliada, o *Reich* também não reagiu com extremismos imediatos, pois o seu maior interesse era a neutralidade em si, intencionando a possibilidade do Brasil manter-se sem declaração formal de guerra durante todo o conflito. O importante era que se conservasse como parceiro comercial, independentemente do político, pois caso contrário, mais do que a perda de um amigo que supostamente guardava paradigmas políticos, haveria maiores restrições aos mercados consumidores que países como a Alemanha ainda detinham nas Américas.

CAPÍTULO II

2. A ORGANIZAÇÃO DA AGENDA PAN-AMERICANA E O ESFORÇO PARA ENFRENTAR O PRESÁGIO DA GUERRA: A DEFESA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS E O COMÉRCIO COM O EIXO – O CASO DO BRASIL.

A política da Boa Vizinhança foi avaliada pelo Departamento de Estado Americano como uma estratégia de aproximação com os países do sul e seria instrumentalmente conjugada ao preparo para a Segunda Guerra Mundial, pois precisava operar daquele momento em diante com uma vertente militar inovadora.

O *intervencionismo* cedeu lugar para a *consulta* entre as Repúblicas Americanas, forçando o abandono gradual do *Big Stick* e da neutralidade norte-americana em relação à Europa, além de servir como discurso e essência metodológica para implantar colaboração militar a assumir uma forma multilateral.

Conseqüentemente, o Departamento de Estado norte-americano constituiu o Conselho Interamericano de Defesa a fim de coordenar as medidas necessárias para a nova estratégia a ser exercida no hemisfério. Apesar disso, os planejadores do Exército e da Marinha Estadunidenses discordavam do tipo de abordagem patrocinada pelo Departamento. Para eles, o Conselho Interamericano de Defesa era apenas uma fachada militar necessária a ação multilateral do Departamento, e não detinha qualquer papel que realmente fosse considerado importante nos legítimos planos de guerra. Porém, isso ocorreu devido aos estrategistas militares só estarem preparados para colocarem em prática, planos bilaterais ou unilaterais de cooperação ou intervenção pura e simples nas nações latino-americanas.⁶⁴ Tal fato decorria da anterior concepção estratégica norte-americana, baseada unicamente no princípio de *defesa nacional*. Esse paradigma foi herança do raciocínio do início do século XX, onde a defesa nacional podia abranger os perímetros além-Estados Unidos, incluindo territórios compreendidos pelo Caribe ou, ou o “Lago Americano”.

Nos anos de 1930, esses limites tiveram que ser ampliados para incluir o Alasca e a Terranova, ao norte; o Nordeste do Brasil e as ilhas Galápagos, ao sul,

⁶⁴ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991 p.30.

porém por uma motivação diferente do das antigas intervenções. Dessa vez a ampliação decorreu devido à possibilidade de um ataque extra-americano, como a dos japoneses pelo Pacífico e de um possível ataque alemão ao Nordeste brasileiro, vindo do Norte da África, sem contar que os próprios vizinhos rejeitavam com cada vez mais força a política expansionista norte-americana.

Se havia ou não a possibilidade de um ataque por parte dos alemães aos territórios americanos a partir do norte africano é até os dias de hoje um assunto polêmico e fez parte de uma questão muito mais abrangente: o governo nazista teria realmente intenções hostis com os Estados Unidos ou aos países latinos? Se positivo, seriam eles uma ameaça à segurança de todo o hemisfério?

A interpretação viria de Washington, a administração política que ditaria decisivamente a percepção dessa realidade. Tudo o que Governo Roosevelt concebeu como ameaça, ditou as linhas mestras para a estratégia de defesa do continente como um todo. Logo, o governo estadunidense necessitaria de mais bases militares nos países enquadrados no novo “Lago Americano”, munido apenas do ideal de defesa e superando as intromissões nos governos anteriormente considerados rebeldes e convulsivos na América Latina.

Já que a nova roupagem da política do “Bom Vizinho” passaria a impedir ações unilaterais pelos Estados Unidos, houve a necessidade de criar tratados bilaterais especiais com os países sul-americanos, sem que isso impedisse que os militares norte-americanos preparassem planos unilaterais de ocupação para esses mesmos países, caso as propostas de multilateralismo fracassassem⁶⁵.

Mas o medo de falhar exigiu da administração Roosevelt um desempenho equilibrado. A administração norte-americana não abriu mão de pactos secretos com vários países, e a esta altura já estava definitivamente convencida da improbidade do nazismo e de que era necessário agir. Ideologicamente crente de que encarnaria o fardo e as conseqüências dos desafios que se seguiam, o então presidente à época, FDR estava disposto a fazer alguns pontos dessa caminhada sozinho na luta contra o eixo antidemocrata, a fim de possibilitar que toda a sociedade das Américas lhe acompanhasse posteriormente⁶⁶.

⁶⁵ *Idem*, p. 30.

⁶⁶ KISSINGER, H. *Diplomacia* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997, p. 451.

Roosevelt acreditava nas Américas⁶⁷ e era um homem de comportamento arguto. Em 26 de outubro de 1938, menos de quatro semanas após o Pacto de Munique, Roosevelt levanta como tema o Discurso da Quarentena. Transmitido pela rádio e ao *Herald-Tribune Forum*, passou a advertir contra agressores não denominados (porém facilmente identificáveis) cuja “política nacional adotava como um instrumento deliberado à ameaça da guerra”. Sustentou os valores do desarmamento, porém não sem fazer uma auto-concessão a necessidade de agir em prol da defesa das Américas, “pois normas comuns de prudência nacional e bom senso exigem que estejamos sempre preparados”⁶⁸.

A princípio, a estratégia elaborada para a defesa do continente não supunha a participação conjunta de tropas latino-americanas com as norte-americanas. O núcleo do pensamento era que apenas as tropas estadunidenses seriam as reais responsáveis pela defesa do Hemisfério e as demais nações contribuiriam para o sucesso dessa estratégia de acordo com a capacidade de cada uma.

Em termos gerais, isso significou a posterior cessão de bases aeronavais e o engajamento dos EUA na manutenção da ordem política e social interna dos países partícipes. De qualquer forma, os planos dos Estados Unidos não contavam com a participação direta das tropas latino americanas no conflito⁶⁹. Tanto que Roosevelt lançou mão em algumas oportunidades da diplomacia secreta.

Nos fins de outubro de 1938, em conversas separadas com o ministro da aeronáutica britânico e também com um amigo do Primeiro-Ministro Neville Chamberlain, apresentou um dos muitos projetos elaborados para passar por cima dos atos de neutralidade. Propondo uma evasão direta do que assinara recentemente, Roosevelt sugeriu o estabelecimento de fábricas britânicas e francesas de montagem de aviões no Canadá, perto da fronteira americana. Os Estados Unidos forneceriam todos os componentes, deixando somente a montagem final a cargo da Grã-Bretanha e França. Este arranjo permitiria tecnicamente que o projeto fosse fiel ao conteúdo dos Atos de Neutralidade, presumivelmente baseado no fato de que as partes componentes eram bens civis. Roosevelt comunicou ao emissário de Chamberlain

⁶⁷ *Idem*, p. 451.

⁶⁸ Apud. *Idem*, p. 451.

⁶⁹ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. 30.

que, em caso de uma guerra com os ditadores, os EUA possuiriam os recursos industriais da nação americana atrás de si⁷⁰. Nesse momento, o Exército acrescentou duas sugestões importantes: incentivar a aviação comercial americana na América Latina e promover as vendas de armas.

Um dos planos de Roosevelt para a guerra era fortalecer a recuperação do poderio aéreo das nações democráticas. Mas a princípio, esse plano caiu por terra por causa da impossibilidade logística de empreender um esforço de tão grande escala secretamente. Assim, cuidaram de suavizar suas ambições e perceberam que conseguiriam ter mais sucesso se pontuassem seus esforços no mercado que sempre esteve sob sua influência: a América Latina. Conjugadamente, dali em diante, o apoio de Roosevelt à Grã-Bretanha e à França passou a ser limitado somente pelo Congresso ou pela opinião pública⁷¹.

Em abril de 1939, a um mês da ocupação nazista de Praga, Roosevelt coligou pela primeira vez a idéia de que agressão a países menores ou mais frágeis como algo que constituía uma ameaça geral à segurança norte-americana.

Durante uma conferência à imprensa em oito de abril, declarou aos repórteres que “a continuação da independência política, econômica e social de cada pequena nação do mundo possui um efeito sobre a nossa segurança e prosperidade nacionais”⁷². Não contradizendo a própria linha de pensamento, em um discurso diante da União Pan-Americana em 14 de abril do mesmo ano, avançou mais um passo ao argumentar sobre os interesses de segurança dos Estados Unidos e que esta não podia mais se limitar pela Doutrina Monroe.

O presidente americano afirmava, que “inquestionavelmente, dentro de poucos anos frotas aéreas cruzariam os oceanos tão facilmente quanto hoje cruzam os fechados mares europeus”. Também afirmava que “o funcionamento econômico do mundo havia se transformado”, sendo agora uma “unidade”, e “uma interrupção do mesmo em qualquer parte que fosse seria capaz, no futuro, de desintegrar a vida econômica de todos os lugares”. A geração passada viu as questões Pan-Americanas como preocupação sobre a demanda de princípios e mecanismos através dos quais

⁷⁰ *Idem*, p. 31.

⁷¹ KISSINGER. H. *Op. Cit.*, 1997 p. 452.

⁷² Apud. KISSINGER. H. *Op. Cit.*, p. 453.

este hemisfério trabalharia em conjunto. Mas a próxima geração estaria voltada para métodos através dos quais o Novo Mundo poderia viver em paz com o Velho.⁷³

Durante a década de 1930, países da América Latina como o Brasil também seria alvos das guerras de disputa comercial e agora também tecnológicas travadas entre Alemanha e os Estados Unidos. Houve estágios em que a posição norte-americana passou a ser ameaçada e até mesmo suplantada pela sua concorrente nos anos de 1936 a 1938 no quesito “importações brasileiras”.

O crescimento das relações de vários países latinos com a Europa já se detectara devido à agressiva campanha da Alemanha em expandir seus negócios, não se intimidando nem mesmo diante do programa *Hull* dos EUA, que tentava implantar o *Reciprocal Trade Agreement Act*, formulado sob a égide de princípios liberais de comércio e com o objetivo óbvio de fazer frente ao aumento da presença dos países do Eixo na América Latina. Mesmo diante desse modelo americano de comércio, as exportações Brasil-Alemanha haviam crescido muito.

No caso do Brasil, pode-se afirmar que sua política exterior se adaptava às demandas comerciais externas daquele momento, e que por isso mesmo, tornara-se aparentemente ambígua em relação aos EUA e a Alemanha.

Com Alemanha praticava o comércio compensado, um sistema onde as importações eram feitas com base em trocas de mercadorias, cujos valores se contabilizavam em “caixas de compensação” de cada país. Com os Estados Unidos, praticou o livre comércio firmando tratado a partir de 1935, sob o princípio da “*cláusula da nação mais favorecida*”, num momento de grande dificuldade devido à desvalorização do preço de exportação para o café. Muito criticado pelo Congresso Nacional e pela Imprensa, o Tratado serviu de estopim para abrir a discussão a respeito do caminho do desenvolvimento nacional. A oposição via o Tratado como contrário aos interesses nacionais de industrialização; os que eram favoráveis entendiam que o café deveria ser protegido, pois era o que sustentava o Brasil e não a industrialização insipiente, carente de favores do Estado⁷⁴.

⁷³ ROOSEVELT, Delano. *Public Papers*, vol. de 1933, p. 198-99.

⁷⁴ CERVO, Amado Luiz. BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 2ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 258.

Tanto o Executivo quanto o governo Norte Americano pressionaram o Congresso Nacional Brasileiro e contribuíram para a aprovação final do Tratado polêmico, que seria acatado com 51 votos contrários e 127 favoráveis. O acordo contemplaria principalmente o café de um lado e as exportações norte-americanas de outro, e recebeu críticas mesmo em análises recentes. O ajuste alfandegário beneficiaria mais aos Estados Unidos do que ao Brasil, pelo fato de praticamente eliminar a concorrência entre os fornecedores de produtos industrializados, inibindo a produção nacional. O Brasil era o principal vendedor de café para os EUA, situação que se manteria de qualquer modo, com ou sem acordo.

Por outro lado, o comércio Brasil–Alemanha manteve-se firme e forte, mesmo sob protestos de Washington, tanto que o Brasil passou a ocupar na América Latina, a posição de primeiro comprador de mercadorias alemãs. O comércio compensado afigurava-se numa política interessante aos industriais nacionais, pois, permitia um controle do mercado interno de modo que não fosse inundado por mercadorias concorrentes de procedência alemã. A desvantagem estava no fato de que o marco alemão, a moeda de compensação, não gerava dinheiro disponível com a qual o Brasil pudesse acudir a compromissos contraídos com nações adeptas do livre-comércio⁷⁵.

Outro dado importante a favor da prática do comércio compensado era a possibilidade de atender às aspirações dos militares interessados no reaparelhamento das Forças Armadas, pois possibilitava a assinatura de contratos com firmas alemãs para fornecimento de material bélico⁷⁶. Além disso, a conjuntura internacional e o quadro interno, sobretudo após o levante comunista de 1935, exigiam sua modernização.

As dificuldades orçamentárias, comerciais, e de balanço de pagamento fizeram com que o *III Reich* surgisse como alternativa à economia brasileira, uma vez que seriam trocadas matérias-primas nacionais por armamentos. O mesmo deveria ser feito com a Itália, que forneceu submarinos. Desse modo, os interesses ligados à exportação nacional de produtos primários (café, algodão, fumo, carnes e couros) foram atendidos. Entre 1937 e 1938 seriam firmados contratos com a

⁷⁵ *Idem*, p. 252

⁷⁶ *Idem*, p. 253.

Krupp⁷⁷, empresa de indústria pesada alemã, e, completados em 1939 com mais cinco outros contratos de outras firmas vinculadas ao Eixo. Porém, com a eclosão da Segunda Guerra e o subsequente bloqueio naval inglês, fizeram com que o Brasil só recebesse parte das encomendas feitas à Alemanha, assim mesmo com dificuldade, pois dependeu de gestões diplomáticas em Londres⁷⁸.

No momento de prorrogar os ajustes entre Brasil e Alemanha para o sistema de comércio compensado, os Estados Unidos passaram a insistir nos prejuízos que tal prática exercia sobre as exportações norte-americanas no mercado brasileiro. A missão Souza Costa enviada aos Estados Unidos (junho/julho de 1937) por recomendação de Osvaldo Aranha, então embaixador do Brasil em Washington, obteve êxito em orientar a política nacional ao pró-norte-americanismo. Washington aceitou a maioria das exigências do Brasil em troca de poucas concessões e também permitiu a continuidade da prática do comércio compensado. Concordou ainda em dispensar o tratamento diferenciado ao pagamento da dívida brasileira, prometendo ajudar o Brasil a instalar o seu Banco Central⁷⁹.

As autoridades americanas trataram de não pressionar os integrantes da missão nem ameaçar o comércio brasileiro com represálias. Tal atitude se deteve na intenção dos EUA “em manter sua influência global sobre o Brasil”, pois este “era não apenas um parceiro econômico (...) mas uma peça importante na constituição de seu sistema de poder”. Com efeito, a tolerância dos Estados Unidos em relação ao comércio compensado praticado entre Brasil e Alemanha deveu-se a objetivos estratégicos de maior alcance e de longo prazo⁸⁰.

Com advento das hostilidades de 1939, haverá um maior estreitamento econômico entre Brasil e Estados Unidos. A presença comercial alemã, significativa na década de 30 inicia um processo de retraimento. A Grã-Bretanha saltaria para segundo lugar no *ranking* de compradores do Brasil. Cresceram também as exportações para a Espanha e a União Sul-Africana. A guerra regionalizou as relações comerciais do Brasil, não somente redesenhando seu comércio exterior como também interferiu no nível de especialização da sua economia, possibilitando o

⁷⁷ Krupp AG. Atualmente, Thyssen-Krupp AG siderúrgica. <http://www.thyssenkrupp.com/>

⁷⁸ CERVO, A. L., BUENO, C. *Op. Cit.*, 2002. p. 254.

⁷⁹ *Idem*, p. 254.

⁸⁰ *Idem*, p.250.

surgimento de novos itens tecnológicos, tais como, câmaras de ar, pneumáticos, de gêneros alimentícios e o aumento considerável de carnes em conserva ⁸¹.

O pragmatismo do comércio exterior brasileiro só foi possível até a eclosão do conflito. Com a guerra em andamento, adviriam dificuldades inerentes a ela, tais como o embargo da circulação pelas rotas marítimas convencionais, principalmente as alemãs, ao mesmo tempo em que aumentava o fluxo de mercadorias em outras, modificando as direções da estrutura do comércio exterior.

Os saldos da balança de comércio foram favoráveis. A guerra aumentou as reservas brasileiras não apenas devido às exportações como também devido às dificuldades que se apresentaram para as importações, forçando à utilização intensiva da maquinaria nacional. Estudos feitos à época preveniram sobre a necessidade de importar para renovar os equipamentos tão logo terminasse a guerra, já que esta impedia as reposições e, concomitantemente, fazia aumentar a produção de manufaturados⁸².

2.1 A Segurança Continental e as Conferências Pan-Americanas de 1936 A 1942.

O início da consolidação da liderança dos Estados Unidos no hemisfério ocidental às vésperas da Segunda Guerra Mundial teve como principal pilar o princípio da solidariedade pan-americana contra o inimigo externo encarnado pelos países do Eixo. Para fazer valer esse princípio, Washington lançou mão de ideais liberalizantes que deveriam trazer em si supostos traços de identidade, tais como, o ideal da igualdade entre nações amigas, a fé nas instituições republicanas, a aspiração à democracia, a crença na solução pacífica de conflitos, a soberania e a abertura comercial. Dessa forma, foi possível criar um elo entre regimes políticos tão diversos, tornando possível a democracia norte-americana conviver com algumas idiossincráticas ditaduras latino-americanas⁸³.

⁸¹ *Idem*, p. 255.

⁸² *Idem*, p. 285.

⁸³ Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso 04/04/2008.

A essa altura, os Nortes Americanos estavam cientes de que participariam inevitavelmente de mais uma guerra européia, sendo obrigados a romper definitivamente com o seu peculiar isolacionismo. Ao mesmo tempo em que se preparavam para o conflito, procuravam, fosse pela retórica pan-americanista fosse por medidas concretas na política e na economia, ganhar a América Latina no sentido de envolvê-la ainda mais no seu sistema de poder.

Porém, tais articulações demandariam tempo e paciência. Os países latinos sofriam de diferenças e distorções graves em seus sistemas de governo e detinham economias fráguas. Isso as fez viver em constante conflito, fosse mútuo ou contra os Estados Unidos. Nas poucas coisas que eventualmente concordavam em uníssonos, geralmente era para evidenciar o ressentimento das intervenções norte-americanas sobre suas soberanias. Na verdade, a má vontade dos países latinos em relação ao pan-americanismo era devido à desconfiança a respeito da liderança norte-americana, um país historicamente inimigo comum e mais real do que qualquer outro fora do continente até aquele momento.

Para se obter colaboração política, foram empreendidos novos esforços por parte do Departamento de Estado Norte-Americano, iniciando-se uma série de negociações com os futuros aliados na guerra. É nessa ocasião que se realizaram uma série de conferências que visavam tramar uma unidade política internacional, tão desejada pelos estadunidenses, ansiosos em liderar o continente econômico e militarmente e assim impedir o crescimento da influência dos países do Eixo no hemisfério. Nessa afirmação, podemos enumerar as conferências, onde finalmente seriam obtidas as propostas e aprovações, sempre desenvolvidas pelo mecanismo de consulta.

* CONFERÊNCIA DE BUENOS AIRES: ocorrida em dezembro de 1936, os Estados Unidos conseguiram obter a primeira aprovação para uma proposta que criava o mecanismo da consulta entre os países americanos e que os tornava capacitados de agir imediatamente em situações críticas. Essa conferência estabeleceu o princípio de que uma ameaça à segurança de qualquer uma das nações americanas seria também considerada uma ameaça a todas as outras.

* CONFERÊNCIA DE LIMA: ocorrida em 1938, o governo dos Estados Unidos decidiu ampliar esse sistema de consulta e propôs o estabelecimento de

algum tipo de pacto de segurança continental, mas esbarrou na firme oposição da delegação da Argentina, para qual a idéia de um tratado de segurança coletiva envolvia uma concepção de aliança militar que pudesse restringir a liberdade de ação dos países latinos americanos.

* A PRIMEIRA REUNIÃO DOS MINISTROS DE RELAÇÕES EXTERIORES DA AMÉRICA: Ocorrida no Panamá em setembro de 1939, era também um subproduto dos problemas criados pela guerra Européia e ali se decidiu que o continente latino continuaria neutro. O encontro estabeleceu também o princípio da neutralidade das águas territoriais. Essas decisões unânimes reforçaram a liderança dos Estados Unidos e Roosevelt começou a usar da neutralidade como forma de auxiliar os britânicos.

* A CONFERÊNCIA DE HAVANA: em julho de 1940, deu-se um passo além da neutralidade formal e decidiu-se que qualquer tentativa de um país não-americano de violar a integridade, a inviolabilidade territorial, soberania ou independência política de um país americano seria considerado um ato de agressão contra todos os países americanos. Naquele tempo a Alemanha já havia invadido a Holanda e a França, colocando as Guianas, então colônias desses países, em perigo⁸⁴. Por esse motivo, a conferência estabeleceu o princípio do não-reconhecimento de qualquer tentativa de transferir alguma região geográfica do continente de uma potência não-americana a outra. A neutralidade que havia sido estabelecida pelos Estados Unidos no hemisfério, no entanto era de natureza claramente anti-eixo, como já dito anteriormente, a neutralidade americana era eivada de peculiaridades, como bem elucida Roberto Campos:

“Com enorme frivolidade semântica, o país "neutralista" difere do país "neutro". Este vocábulo denota apenas a abstenção de alianças militares. Suécia e Suíça são países "neutros", mas talvez não sejam "neutralistas", pois que fundamentalmente *engajados* com a política do Ocidente. Outra coisa a notar é que o *neutralismo* não implica, necessariamente, o conceito de *terceira posição* ou *terceira força*. Isto se assenta na idéia de se alterar o equilíbrio militar e político das superpotências, através da criação de um novo *bloco de*

⁸⁴ Memorando de Jefferson Caferry a Getúlio Vargas sobre procedimentos relativos à Guiana Francesa visando não prejudicar os movimentos na África do Norte e pedindo sugestões do Governo brasileiro *In* AGV, doc. N. 1942. 11.00/1. [Vol. XXXIX/20b].

poder, O neutralismo pode significar apenas uma renúncia ao engajamento em favor de um ou outro dos contendores, sem a preocupação de se constituir um novo *bloco de poder*, capaz de alterar o impasse vigente⁸⁵

Dessa forma, pode ser considerado um instrumento tático usado por Roosevelt como parte de sua política de tornar os Estados Unidos uma grande potência, frente a um rival que detinha aspirações semelhantes.⁸⁶

Para Frank D. McCann Jr, as atividades alemãs que se desenvolviam na América Espanhola e Portuguesas provocavam apreensão em Washington até a conflagração da guerra. Isso fez com que os EUA se preparassem para uma confrontação, considerando todas as possibilidades dentro de um conflito, ou seja, tanto a luta armada contra países europeus, quanto contra países latinos rebeldes a sua influência⁸⁷.

Até uma reforma na seção latino-americana do Departamento de Estado foi arranjada, dando início ao desenvolvimento de uma política cuja funcionalidade proveria de suprimentos e armas, as instituições que dali em diante seriam destinadas a fortalecer a unidade continental, sendo o coordenador desse empreendimento o secretário de Estado Cordell Hull.

Outro passo importante foi a constituição de uma comissão interministerial para formular políticas de transmissões radiofônicas internacionais que visavam se contrapor, via ondas curtas, à propaganda do Eixo, iniciando o apoio para a criação da Divisão de Relações Culturais do Departamento do Estado com intuito de fomentar a cooperação intelectual. Os Estados Unidos estavam preparados tanto para um golpe de Estado como uma guerra civil nos moldes espanhóis dentro da América Latina e estavam cientes da presença de alemães em exércitos como os da Bolívia e dos recentes combates do Chaco⁸⁸. Preocupados pelo fato dos exércitos dos EUA terem agora menos contatos com seus equivalentes na América Latina, passaram a trabalhar por uma mudança radical nesse sistema.

⁸⁵ CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Sobre o conceito de neutralismo*. REVISTA BRASILEIRA DE POLITICA INTERNACIONAL. Ano IV, nº 15, 1961, p. 11.

⁸⁶ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991 p. 32.

⁸⁷ McCCANN, F. D. *Op. Cit.*, 1995, p. 90.

⁸⁸ *Idem*, p. 93

Em 1938, uma mudança comportamental ocorreu nos exércitos e adidos militares dos EUA, pois passaram a servir com mais frequência em nações americanas; México, Cuba e Brasil teriam adidos em tempo integral, enquanto outros três ou mais adjuntos cobriam dois ou mais países do resto do continente. Esse contato militar considerado agora como mais limitado, refletia uma política deliberada de evitar ingerências diretas nos assuntos militares dos outros países latino-americanos e para não desestimular a venda de armas por parte das indústrias norte-americanas, ao mesmo tempo em que limitava a missão dos seus Exércitos à defesa dos Estados Unidos e de suas possessões.

Cordell Hull, desde o início da década de 1930 não escondia que estava alarmado com a atividade nazista no continente e por isso solicitaria uma conferência interministerial para futuras concessões de ajuda militar aos países da América do Sul. Essa assistência visava o fortalecimento dos vínculos dos EUA com o continente e para contrapor-se às iniciativas do Eixo. Propôs também cinco medidas de cooperação: treinar militares latinos em escolas das Armas nos EUA; realizar vôos frequentes de demonstração de aeronaves americanas e visitas de navios de guerra; convidar oficiais latino-americanos de alta hierarquia para visitar os Estados Unidos; fornecer publicações das Forças Armadas para as bibliotecas militares brasileiras e designar outros adidos militares e navais na área. Ainda se acrescentariam duas outras importantes medidas: a promoção de venda de armas americanas e o mais importante: incentivar a aviação comercial estadunidense para a América Latina⁸⁹.

O início da sedimentação da nova política externa norte-americana deu-se durante a VII Conferência Interamericana reunida em Montevideu, em 1933, quando o secretário de Estado Cordell Hull assinou o Pacto de Não-intervenção e de Inviolabilidade de Territórios ("Convenção dos Direitos e Deveres dos Estados"), em cujo artigo 8º se lia:

"nenhum Estado tem direito de intervir nos assuntos interiores ou exteriores de outro Estado".

⁸⁹ *Idem*, p. 93.

O mentor principal deste pacto foi o chanceler argentino Carlos Saavedra Lamas, mas tal acerto não teria se consolidado se não houvesse o sincero desejo de Roosevelt e Cordel Hull de pôr em prática o que fora assinado⁹⁰.

O próprio secretário de Estado norte-americano foi obrigado, reiteradas vezes, a convencer os diplomatas latino-americanos de que os Estados Unidos realmente cumpririam sua parte no pacto. "Nenhum governo", disse ele, "precisaria temer qualquer possibilidade de nova intervenção dos Estados Unidos sob a administração Roosevelt". A revisão da política dos EUA teve assim seu ponto de vontade política em ação: A Emenda Platt que tutelava Cuba foi revogada em 1933, bem como encerrados os direitos especiais de cidadãos norte-americanos na ilha (mantendo-se, no entanto, apenas a base naval de Guantánamo).

Em agosto de 1934, os fuzileiros retiraram-se do Haiti, e, em 1936, encerrou-se a vigência do tratado haitiano-norte-americano que fizera do pequeno país um semi-protetorado. O mesmo procedimento fora utilizado com o Panamá, ante a revisão do Tratado de Hay-Bunau-Varilla de 1903, onde seria levado adiante o projeto do canal com o mesmo nome do país. Segundo esse tratado a faixa de terra que se estende pelo istmo do Panamá pertenceria, em caráter definitivo, aos Estados Unidos, que desde então assumiram a responsabilidade pela construção, manutenção e a proteção do conduto desde sua inauguração em 15 de agosto de 1914⁹¹, tendo sua localização estratégica muito mais visada após a aproximação da Segunda Guerra Mundial. Em 1941, também foi eliminado o controle norte-americano sobre as alfândegas da República Dominicana (que estivera ocupada pelos fuzileiros navais de 1916 a 1927).

Em 08 de julho de 1938 o sub-secretário do tesouro dos EUA, Summer Welles explicaria ao embaixador brasileiro em exercício nos EUA, o Sr. Pimentel Brandão que Washington a partir desses exemplos de boa vontade, estava igualmente à disposição do Brasil, e totalmente dispostos a efetuar assistência e treinamento

⁹⁰ HULL, Cordel. *Memories*. Nova York. Macmillan, 1984, p. 334.

⁹¹ No fim da década de 1960, porém, a oposição panamenha começou a se manifestar contra a presença dos Estados Unidos na região. Em 1977 os Estados Unidos e o Panamá firmaram dois novos tratados, segundo os quais o Panamá assumiria o controle da zona do canal bem como suas administração e vigilância a partir do ano 2000. O ato oficial de restituição foi assinado, no dia 14 de dezembro de 1999, na represa de Miraflores, no Panamá, pela presidente do país Mireya Moscoso e o ex-presidente norte-americano Jimmy Carter. O canal passou efetivamente ao controle do Panamá em 31 de dezembro do mesmo ano.

militar e naval que a lei e os futuros acordos entre os dois países facultassem. Tal assistência restringia-se a essas nações e serviam de instrumento afirmador da propaganda em prol da solidariedade hemisférica. Essa suposta dependência recíproca aos sul-americanos disfarçava, na verdade, a reafirmação da vontade do continuísmo influenciador estadunidense por outros meios, num continente que já lhe era dependente por tradição e que visava afastá-lo das turbulências ideológicas da Europa.

Com essas raízes históricas, os frutos do pan-americanismo continuaram a se estender muito após a Segunda Guerra Mundial. Esse discurso para o sul seguiu uma impressionantemente linearidade idealizada de si mesma; sua pertinência sobre a homília liberal continuou a preencher muitos outros discursos feitos nos idos da já instaurada guerra fria, cuja uniformização poderia ter servido, sem duvida nenhuma, tanto a ocasiões dos anos precedentes da legitimação da pedagogia do *Big Stick* ou para defender sua área de influência da nova tentação totalitária, que numa segunda ocasião fora personificada pelo socialismo russo; Como bem elucida o texto de Lincoln Gordon:

[...] Uma vez difundido esse regime [anti-americanos], seus súditos passam a não dispor mais de liberdade para rejeitá-lo, como aprenderam os países bálticos, a Hungria, a Alemanha Oriental e outros satélites europeus. Os Estados Unidos e seus aliados também afirmam uma ideologia própria, porém, não procuramos estender aos outros nosso próprio sistema de poder, mas simplesmente assegurar a liberdade de escolha e a permanente liberdade de modificar essa escolha quando assim for desejado.

Nessas circunstâncias, acho difícil que a América Latina possa permanecer afastada dessa luta, da mesma forma, como os Estados Unidos se isentaram da partilha européia da África. Tais acontecimentos não tinham qualquer significação ou impacto direto sobre os Estados Unidos. A guerra fria, por outro lado, estendeu-se à América Latina, não porque nós o quiséssemos, mas sim porque a União Soviética o quis.⁹²

Na ocasião da aproximação da segunda guerra mundial, a indústria dos EUA ainda teria dificuldade de competir com os preços alemães e o Brasil se voltaria para

⁹² GORDON, Lincoln. *Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil*. REVISTA BRASILEIRA DE POLÍTICA INTERNACIONAL. Ano IV, Nº 15, 1961, p. 28.

as propostas européias para encomendar artilharias da Alemanha⁹³, armamento de infantaria da Tchecoslováquia e belonaves da Inglaterra e Itália. Dos EUA, encomendaria apenas algumas aeronaves e material para construir contratorpedeiros no Brasil⁹⁴. Tal aproximação comercial se revelaria um erro, pois quando a guerra irrompeu na Europa, o Brasil só conseguiu obter parte de sua artilharia junto à empresa alemã Krupp e ainda assim sob uma ameaça de quase ruptura com a Inglaterra que desejava seu embargo.

Quanto aos países da América Latina, as décadas de 20 e 30 do século XX, se iniciaram a retirada norte-americana da América Central e do Caribe, onde tudo passou a ser feito com garantias que certificassem que os investimentos norte-americanos nestes países não seriam ameaçados, passando a contar com a especial proteção local fornecida por diligentes caudilhos empresariais que controlavam as forças armadas dos seus respectivos países. Desde os anos 20, os fuzileiros americanos adestravam tropas nativas, tanto na América Central como nas repúblicas caribenhas. Após a retirada de seus instrutores, essas tropas autóctones, batizadas de Guarda Nacional, passavam a atuar como forças colaboracionistas norte-americanas.

Os seus comandantes, todos de confiança, foram alçados à chefia dos governos como avalistas do novo processo de dominação. Desta forma os países ao sul do Rio Grande, especialmente na América Central e no Caribe, firmaram as bases de países dominados por ditadores.

A ascensão de tiranos como Jorge Ubico na Guatemala, Tiburcio Carias em Honduras, general Maximiliano Hernandez Martinez, em El Salvador, o sargento Fulgencio Batista em Cuba, Leonidas Trujillo na República Dominicana ou Anastácio Somoza na Nicarágua na década de 1930 (famoso por expropriar terras e monopolizar licenças de exportação, eliminar inimigos e transformar o próprio país numa imensa fazenda, sendo comparado por isso, a um sultão), tornou-se uma prova cáustica do fracasso intervencionista que Woodrow Wilson (1910-1920) havia tentado, provando que nem sempre um discurso externo é bem digerido nas instâncias governamentais de outras sociedades.

⁹³ Acabou por acordar um contrato comercial de compensação que o atrelava por no mínimo cinco anos com a Alemanha.

⁹⁴ McCCANN, F. D. *Op. Cit.*, 1995 .pp. 90 - 93.

Essas missões, que pretendiam “regenerar politicamente” os povos latino-americanos, e afastá-los da barbárie e das ditaduras caudilhistas (num claro esforço de aproximação), bem como de instruí-los nos mecanismos da democracia norte-americana⁹⁵, constrangedoramente, se transformaram num fracasso, pois essas mesmas repúblicas tornaram-se anomalias políticas com as quais a medicina liberal norte-americana tanto não conseguiu sanar quanto ainda teve que conviver de forma velada.

Quando interrogado posteriormente a respeito de como os Estados Unidos democráticos poderiam coexistir com os déspotas dessas republiquetas, especialmente com Rafael Trujillo, o secretário de Estado Cordell Hull teria dito: "*He may be a son of a bitch, but he is our son of a bitch.*" (Ele pode ser um patife, mas é "o nosso" patife)⁹⁶.

Dentro desse sistema de poder, capitais como Washington ou o Rio de Janeiro visualizavam os tratamentos e reciprocidades diplomáticas levantadas nas Conferências de maneiras distintas. O Brasil, por exemplo, se considerava a nação proeminente na América do Sul, o mediador por excelência e tradição das disputas entre os seus vizinhos de língua espanhola. Das perspectivas brasileiras, as relações com os Estados Unidos baseavam-se numa aliança que beirava a informalidade, segundo o qual o Brasil “hipotecava” seu apoio aos Estados Unidos em todas as questões internacionais e em troca recebia apoio à sua proeminência na América do Sul⁹⁷.

O empenho brasileiro no pan-americanismo correspondia ao impulso organizador que essa doutrina significava para as suas relações exteriores com os países do continente. No entanto, apesar de manter uma prudente distância das intervenções estadunidenses e da abrangente área de influência direta daquele país, não deixou de prestar-lhe solidariedade e apoio político posteriormente, pois esta sempre foi sua orientação diplomática desde os tempos de Rio Branco.

Assim, os governos brasileiros não se comportavam como oponentes gratuitos em suas reivindicações ou negociações, apenas posicionavam-se como um

⁹⁵ AQUINO, R. S. L. *Op. Cit.*, 2005, p. 356.

⁹⁶ CORDEL, Hull. *Memories*. Nova York. Macmillan, 1984, p. 335.

⁹⁷ McCNANN. F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p. 96.

paradigma jurídico detentor de direitos adquiridos nas Relações Internacionais que evoluíram até tomar sua forma atual. Evitando ao máximo entrar em tensão com a política de expansão norte-americana, demonstrou sofisticação e densidade pragmático-universalista, mantendo a disposição de defender seus interesses em situações dramáticas ou de paz.

Em algumas ocasiões, também enfrentou alguns conflitos em suas relações com a Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai. Essa ativa política “sul-americana”, cujo maior símbolo é o Tratado do ABC, diferenciava-se da seguida para o resto do continente. No entanto – embora tenha sido um dos momentos em que a expressão “América do Sul” teve maior consideração no discurso diplomático brasileiro – essa América do Sul não incluía, na prática, a região mais ao norte do continente e seria, talvez, melhor traduzida como o sul das Américas.⁹⁸

Para Summer Welles e Osvaldo Aranha, reorientar essa proposta política a favor dos interesses norte-americanos poderia dar certo apenas se “trouxesse benefícios mútuos para países em questão e a paz para os restantes”. Tanto que a opinião entre esses embaixadores era que de fato o Brasil nunca havia abusado da assistência que os norte-americanos lhe ofereceram, sem contar que possuía um território suficiente para séculos de crescimento e autonomia. E quando foi o caso de se voltar para outros países em busca de equipamento militar e naval, na verdade não “desobedecia” aos acordos interamericanos, mas apenas “agia por si mesmo, para produzir sua defesa e desenvolvimento, exercendo o não exclusivismo puro e simples com um mercado único”. O Brasil de fato idealizava a idéia de manter-se com a prestigiosa e “histórica função de mediador na América do Sul⁹⁹”, e para isso, precisava de autonomia e prestígio não de dependência.

Quanto à questão alemã, a vitória do Eixo sobre a França e a Holanda agiu mais sobre a opinião pública do que sobre o próprio governo brasileiro (apesar de alguns oficiais de alto escalão se comportarem como simpatizantes professados do nazi-fascismo), pois a população conjecturava com temor a possibilidade de uma

⁹⁸ SANTOS, LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro South America and Brazilian Diplomacy: Shifting Identities*. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 185-204 [2005], p. 188.

⁹⁹ McCNANN. F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p. 96.

ameaça real à segurança nacional por meio de um ataque violento contra a integridade territorial.

Alguns jornais faziam menção aos comentários anteriores de Hitler com relação ao sonho de uma *Alemanha Antártica*. Outros, simplesmente sintetizavam o sentimento nacionalista muito comum nesses momentos de tensão, afirmando que “o Brasil não poderia simplesmente deixar a cargo dos EUA a tarefa de defender as Américas sozinho, independentemente do sacrifício que isso significasse”¹⁰⁰.

No primeiro ano do Estado Novo, Getúlio Vargas afirmou que não toleraria nenhum tipo de tentativa externa de redução da soberania brasileira. Apesar de assumir uma posição neutra, afirmou que todos os países tinham o direito de se organizar segundo seus próprios interesses, e que o Brasil não estaria interessado em regimes dos outros governos, nem em criticar as doutrinas que estes preferissem adotar¹⁰¹. É nesse momento, que um estilo todo seu de governar seria praticado. Vargas, diante de sua autonomia ideológica gritava aos quatro ventos do mundo que exerceria uma política independente, onde aparentemente, não se orientaria para outro interesse a não ser os do Brasil.

Mas a política do presidente Franklin Delano Roosevelt que vinculava a segurança dos Estados Unidos a de todo o Continente já estava em estágio avançado. Como conseqüência dos acontecimentos internacionais informou a condição dos Estados Unidos em relação às Américas; do Canadá a Terra do Fogo. As nações americanas, afirmou, deveriam estar moralmente determinadas a manter a solidariedade continental definida em Buenos Aires, em 1936, pois estavam muito apreensivas pelas hostilidades e convulsões que poderiam advir a qualquer parte do continente¹⁰². Roosevelt vinculou seus interesses aos outros países e encontrou simpatizantes no Brasil, e complementando esse raciocínio, a idéia de armar o Brasil para o Ministro das Relações Exteriores Osvaldo Aranha, poderia advir do preparo e da sensibilidade norte americana ao enxergar que defender a outra metade (sul) do hemisfério era proteger o todo continental. Isso ainda evitaria da melhor maneira possível uma participação exageradamente ostensiva dos Estados Unidos na América

¹⁰⁰ *Diário da Noite*, Rio, 27 de setembro de 1938, *Correio da Manhã*, Rio, 5 de outubro de 1938; *O Jornal*, Rio, 9 de outubro de 1938.

¹⁰¹ McCNANN. *Op. cit.*, 1995, p. 97.

¹⁰² *Idem*, p. 97.

Latina, tornando o trabalho de proteção menos direto e menos oneroso para todos os partícipes.

No Brasil, os Estados Unidos detectariam, apesar de visíveis deficiências, um material humano que se podia chamar de qualificado nos vários níveis das forças armadas, porém necessitavam de artilharia de costa, aeronaves e navios. A Argentina também receberia armas para manter o equilíbrio militar ao sul, pois seria útil para o levantamento de uma barreira defensiva que se estenderia das Guianas até a Terra do Fogo.

Porém, ao contrário do Brasil, a Argentina se comportaria como uma vizinha incômoda, passando a se opor ao predomínio do Governo Vargas determinantemente. Mesmo após as tentativas de relações amistosas intentadas pelo presidente brasileiro ao priorizá-la em sua agenda externa, a Argentina passou a acreditar que o impacto de um acordo com essas dimensões significaria a conspiratória e inevitável dependência aos Estados Unidos, e por isso, relutaram em se submeter àquilo que chamaram de “excentricidades” daqueles que entendiam como viável a política externa americana, interpretando que a dependência militar aos Estados Unidos também significaria dominação brasileira na América do Sul. Fez-se assim indisposta à cooperação pan-americana durante a Conferência de Lima, enquanto Osvaldo Aranha instruía seus delegados a colaborar integralmente com os norte-americanos¹⁰³.

Talvez a realidade desses dois países latinos tenha sido a principal razão para a oposição argentina, pois era clara a existência da competição histórica pela liderança política e econômica na América do Sul, e ela estava muito mais preocupada com a posição que passaria a ocupar diante dos americanos, do Brasil e principalmente com que tipo de conseqüências toda essa articulação pró-americana significava ao seu prestígio internacional¹⁰⁴. Sua atitude durante o encontro foi um alerta da inconstância política que esse país platino viveria durante toda a Segunda Guerra Mundial. O item principal da Agenda de Lima era a implementação da declaração de Buenos Aires de 1936, onde fora estatuído que qualquer ato

¹⁰³ *Idem*, p. 99.

¹⁰⁴ *Idem*, p.101.

susceptível de perturbar a paz do hemisfério dizia respeito a todos os Estados e justificava uma consulta.

Desde 1906, com o programa naval brasileiro – que previa a aquisição de três modernos encouraçados (dos quais somente dois foram entregues), as tensões com a Argentina e desta com o Chile pareciam desembocar em uma corrida armamentista no Cone Sul. Em resposta, a Argentina encomendou a construção de dois encouraçados, em 1910; política que foi seguida pelo Chile, em 1911. A questão atingiu seu ápice, em 1923, durante a V Conferência Americana, quando o Chile, anfitrião do evento, decidiu pôr em discussão a redução ou limitação dos gastos militares e navais no continente (a chamada “tese XII”).

Partindo de um diagnóstico de que o Brasil se encontrava em desvantagem em relação às forças armadas argentinas e chilenas, os delegados brasileiros manifestaram-se contra todas as propostas de desarmamento que limitassem a capacidade de defesa do país – contando levar a bom termo seus planos de modernização militar. O Brasil viu-se, por conseqüência, em uma situação de virtual isolamento nessa Conferência.

A adesão ao Pacto de Gondra – destinado a prevenir conflitos entre os Estados americanos, assinado no encerramento do encontro – permitiu que o Brasil sinalizasse seu comprometimento com a paz na região. A despeito da imagem em contrário criada pelos seus vizinhos do sul durante a V Conferência, do todo modo, a participação do Brasil nas discussões de Genebra deveria ser contraposta à tensa situação criada por eles, e que foi paulatinamente amenizada pela frustração dos planos de rearmamento de todos esses países em virtude, principalmente, de dificuldades orçamentárias ¹⁰⁵.

Mesmo nos anos finais da República Velha, o apoio brasileiro às políticas estadunidenses já estavam a acentuar-se. Na VI Conferência Internacional Americana, realizada em Havana, em 1928, o Brasil alinhou-se com Washington contra as críticas que os Estados Unidos sofriam por conta de suas freqüentes intervenções nos países centro-americanos e caribenhos. Em 1930, Júlio Prestes, na

¹⁰⁵ SANTOS, L. C. V. G. *Op. Cit.*, 2005, p. 190.

qualidade de presidente eleito, visitou os Estados Unidos em retribuição à visita que Herbert Hoover fizera ao Brasil antes de sua posse.

A despeito do interregno universalista representado pela intensa participação nos trabalhos da Liga das Nações, pode-se afirmar que política externa brasileira durante a República Velha seguiu as linhas delineadas por Rio Branco: voltada, por um lado, para os Estados Unidos, na forma da “aliança não escrita”; e, por outro, dotada de uma ativa política “sul-americana” (que na verdade, estava restrita aos assuntos do Cone Sul). A participação brasileira na Liga das Nações insere-se, por sua vez (ainda que, provavelmente, não na forma em que foi desenvolvida), na prescrição de Paranhos Júnior: pela busca de prestígio internacional para o país.

É mais duvidoso o sucesso obtido pelo Brasil na tarefa de servir de elemento de ligação e representar a América Latina ante os Estados Unidos e, no caso da Liga, o hemisfério perante a comunidade internacional. O episódio da saída do Brasil da Liga é sintomático da dissonância cognitiva entre o entendimento brasileiro de que o Brasil estaria representando a América Latina (e, no caso da Liga das Nações, o continente americano) e os interesses concretos dos demais países latino-americanos, que não necessariamente se viam representados pelo Brasil¹⁰⁶.

Posteriormente, em 1936, a delegação americana, chefiada por Cordell Hull, esperava obter uma aprovação da declaração segundo a qual a tentativa de um Estado não americano de perturbar a paz de uma nação americana dizia respeito a todos, e estes tomariam iniciativas para uma resistência conjunta. Hull contava com a possibilidade de que os países do Eixo compreendessem o real significado dessa declaração. Daí a importância de que a unidade fosse preservada. Mesmo que Osvaldo Aranha não tivesse conseguido um pacto de segurança, seus esforços redundaram em uma declaração que tornou real a aplicação da Doutrina Monroe em todos os países americanos.

No tocante à premência da manutenção da paz no continente, a delegação do México elaboraria uma proposta concreta sobre a criação de um código de paz. A questão foi ratificada com a adoção de um protocolo adicional à Convenção Geral de Conciliação Interamericana de 1929, e comprometeu os signatários a estabelecer

¹⁰⁶ *Idem*, p. 191.

comissões permanentes de investigação e conciliação que substituiriam as comissões *Ad hoc* do Pacto Gondra¹⁰⁷. Assim, convidou-se aos Estados a ratificar além do pacto de Paris, dos tratados firmados em Washington em 1929 e o Pacto Antibélico Saavendra Lamas.

A grande discussão de encontro foi a adoção da Convenção sobre os direitos e deveres dos Estados. Esta Convenção propugnava de maneira inédita, que nenhum Estado tinha o direito de intervir nos assuntos internos ou externos de outro, estabelecendo assim o principio da não-intervenção que não havia sido aprovada na Conferência anterior, apesar dos esforços de El Salvador que lançara à época uma moção requerendo a aprovação do principio.

Essas negociações e o peso ético que carregavam, abriram o caminho às vésperas do conflito mundial à solidariedade do hemisfério em frente à agressão estrangeira e ao principio da não-intervenção, restando como um dos pilares básicos do sistema interamericano que reorientaria os Estados Unidos ao multilateralismo diplomático.

No que diz respeito aos problemas econômicos e financeiros enfrentados pelos Estados, a delegação mexicana alertou que o maior problema enfrentado pelos países, não era apenas de ordem política, mas sim econômica e, sobretudo, social, onde o futuro do sistema interamericano dependeria das soluções urgentes no quesito da justiça com equidade. Não obstante o apoio da maioria dos países latino-americanos a declaração foi arquivada, sugerindo-se apenas uma comissão para estudar o assunto.

Entre a sétima e a oitava Conferência, três seriam especializadas em assuntos relacionados às trocas comerciais e sua relação com a paz, dando origem a 17 tratados e convenções. Durante esse lapso temporal, EUA e Cuba entraram em acordo, revogando e emenda Platt em 1934.

A VIII Conferência nasceria na cidade de Lima e contou com a participação de 21 membros que se sentiam pressionados diante da perspectiva da II Guerra Mundial e das ameaças extracontinentais; assim, emitiu-se a declaração conhecida como declaração de Lima ou Declaração dos princípios da Solidariedade das

¹⁰⁷ *Idem*, p. 192.

Américas¹⁰⁸. O princípio do não uso da força como instrumento nacional e internacional, encontrou expressão eloqüente na Declaração de Princípios ali adotada, que a proclamou solução *inter alia*.

Em 1945, a Conferência Interamericana sobre Problemas da Guerra e da Paz, no texto de sua Declaração, invocou o bem comum e lembrou que o fim do Estado era a realização da pessoa humana na sociedade, reafirmando o princípio da igualdade jurídica entre seus membros.

Ao iniciar a Segunda Guerra Mundial, o sistema interamericano compreendia as Conferências Pan-Americanas; as reuniões de consultas de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas; o escritório central da União Pan-Americana, com seu conselho diretor; várias conferências técnicas e numerosas outras agências (ou órgãos internacionais), na maioria sem ligação com a União Pan-Americana.

A I Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores realizou-se no Panamá, de 23 de setembro a 3 de outubro de 1939, e considerou problemas relativos à neutralidade, à preservação da paz no hemisfério e à situação econômica imposta pelas condições da guerra. No primeiro ponto, adotou-se uma Declaração Geral de Neutralidade, criando-se o Comitê Interamericano cuja função era recomendar propostas referentes à questão. Estabeleceu-se um limite de 300 milhas para as águas costeiras ao longo do continente, a fim de que as suas costas ficassem livres de qualquer beligerância de nação hostil não americana. Preocupavam-se também com a situação dos territórios coloniais presentes na região americana. Para que a paz fosse preservada no continente, surgiram recomendações de que os governos agissem no sentido de eliminar as propagandas de doutrinas que pudessem colocar em perigo as idéias democráticas da comunidade. No que dizia respeito à situação econômica imposta pela guerra, optou-se pela criação do Comitê Assessor Financeiro e Econômico Interamericano com a finalidade de estudar formas de reduzir os impactos causados pela guerra e incrementar a cooperação entre países americanos.

¹⁰⁸ No corpo do seu texto, seria reafirmada a solidariedade continental contra toda intervenção ou atividade estrangeira que pudesse ameaçar os países americanos, estabelecendo-se um procedimento de consultas e permitindo aos estados que atuassem de forma independente, reconhecendo o princípio da equidade jurídica entre eles. Tais consultas seriam realizadas por iniciativa própria, através de seus ministros de relações exteriores respectivos.

As mesmas questões anteriores e mais o futuro das colônias de possessão européias na América, ocupariam as atenções da II Reunião de Consulta, celebrada em Havana, entre 21 e 30 de julho de 1940. Nesta reunião, concordou-se com a resolução referente à administração provisória das colônias e, ante a possibilidade de alguma colônia vir a mudar de soberania, as repúblicas decidiram criar um comitê de emergência para administrá-las e, enquanto não possuíam as ratificações necessárias, uma Comissão Americana de Administração Territorial foi estabelecida. Acordou-se por não reconhecer a transferência das colônias de uma nação para outra¹⁰⁹.

A Resolução XV sobre a assistência Recíproca e Cooperação para Defesa das Nações Americanas estabeleceu o princípio de que um ataque feito por uma potência extracontinental contra um Estado Americano seria considerado um ataque dirigido contra todos os outros estados das Américas. Este princípio seria muito mais observado após o ataque a *Pearl Harbor*. A solução pacífica dos conflitos também foi acordada e se inauguraria um Comitê de Paz Interamericano.

A preocupação norte-americana com sua própria segurança e de definir ao seu favor as questões diplomáticas de solidariedade, incentivou a proposição dos demais Estados que integravam as convenções o ponto sobre a necessidade de instalação de bases militares em seus territórios. E foi, sem dúvida, o mais eficaz de todos os instrumentos utilizáveis para a defesa continental já criada.

Isso não quer dizer que a imensa maioria dos Estados latino-americanos não tenham se comportado de forma reticente, pois eram avessos a criação de um braço militarizado legitimador da Doutrina Monroe nas Américas e ainda por cima com a aquiescência de si mesmos; no entanto a República Dominicana aceitou sem grandes ressalvas a instalação de uma base militar em seu território. Nos anos seguintes, diversos Estados firmariam acordos bilaterais prevendo a instalação dessas bases militares em troca de ajuda financeira e armamentos.

Mas a preocupação norte-americana quanto à defesa hemisférica, não era somente a possibilidade de eclodirem rebeliões nacionalistas e revoluções que ameaçassem seus investimentos e concessões, mas também a presença crescente da

¹⁰⁹ AGV c 1942.11.00/1. Data: 11/1942. Qtd. de documentos: 1 (1 fl.) Memorando de Jefferson Caffery a Getúlio Vargas sobre procedimentos relativos à Guiana Francesa visando não prejudicar os movimentos na África do Norte e pedindo as sugestões do Governo brasileiro. (Vol. XXXIX/20b).

Alemanha nazista como alternativa de comércio e política com os países latino-americanos, especialmente com o Brasil e a Argentina.

Hitler apareceu no cenário internacional nesta ocasião como uma opção ao tradicional domínio anglo-saxão, pois colocou em prática uma inteligente política comercial de trocas diretas que dispensava tanto a libra quanto o dólar. A Alemanha poderia perfeitamente abastecer os países latino-americanos em suas crônicas necessidades de máquinas e manufaturados, comprometendo-se em troca a adquirir seus produtos primários fortemente afetados pela crise dos anos trinta. Além de vantagens comerciais, os nazistas contavam com as simpatias do oficialato militar de alguns desses países, tais como o do general Justo, na Argentina, e do presidente Vargas, no Brasil¹¹⁰, tendo em alguns outros, promovido treinamento militar e venda de material bélico.

Neste contexto, qualquer ação imprudente poderia lançar um destes dois grandes países latino-americanos numa incômoda aliança com o *III Reich*. Na tentativa de evitar a perda da sua hegemonia, Roosevelt foi obrigado a aceitar a nacionalização do petróleo mexicano, decidida por Lázaro Cárdenas em 1938, bem como favorecer créditos a Getúlio Vargas para a construção da Siderurgia de Volta Redonda, inaugurada em 1945, o que traria efeitos notáveis para a história econômica do Brasil¹¹¹.

Como resultado da preocupação crescente a respeito da presença nazista ao sul do continente, o Departamento de Estado Norte Americano chegou a elaborar em 1940, um plano chamado *Cartel Roosevelt*, pelo qual as nações latino-americanas formariam um monopólio vendedor controlado por Washington e que se encarregaria de comprar toda a sua produção, pagando por isso com dólares especiais (*blocked dollars*), contando com a possibilidade de que renunciariam a vendê-la para a Alemanha.

Porém esta política não foi levada adiante devido ao recrudescimento da guerra e ao alastramento das ações de submarinos nazistas no Caribe e no Atlântico Sul, o que forçou a entrada na guerra da maioria dos países latino-americanos ao lado

¹¹⁰ WIRTH, J. A. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1973, especialmente o primeiro capítulo.

¹¹¹ *Idem*, primeiro capítulo.

dos aliados. Em fins de 1943, os Estados Unidos deixaram de temer qualquer influência rival sobre o continente, pois era evidente que a marinha alemã já não mais ameaçaria as rotas comerciais norte-americanas com seus vizinhos. Assim, a II Guerra Mundial faria com que as economias latino-americanas se vinculassem quase que em definitivo aos interesses norte-americanos e posteriormente, devido à tensão gerada pela guerra fria, colocassem o seu destino ao lado dos interesses estratégicos estadunidenses.

A III Reunião teve lugar no Rio de Janeiro, de 15 a 28 de janeiro de 1942, e surgiu como uma resposta à agressão japonesa a *Pearl Harbor*, em que foi considerada como um ato de agressão a todo o continente americano. O que aconteceu a partir dali foi a recomendação do rompimento das relações diplomáticas com os países do Eixo, consistindo o objeto da principal resolução aprovada, além da adesão aos princípios da Carta do Atlântico e da criação de uma Junta Interamericana de Defesa. Nessa Reunião, além da criação da Junta Interamericana de Defesa (JID), ocorreria a declaração formal de guerra à Alemanha pelo Brasil no último dia da Conferência.

A criação da JID¹¹² foi o produto final da aproximação entre os países do Hemisfério Ocidental durante a Segunda Grande Guerra Mundial. Essa Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas, ocorrida entre 15 e 18 de janeiro de 1942, no Rio de Janeiro, recomendou, por meio da Resolução 39, a “reunião imediata, em Washington, de uma comissão composta por técnicos militares e navais nomeados por cada um dos governos para estudar e sugerir as medidas necessárias para a defesa do continente”. No dia 28 de março, ocorreu uma reunião preliminar dos membros da JID, no Salão das Américas do Palácio da União Pan-americana, em Washington, DC, sob a presidência do seu Diretor Geral, L. S. Rowe, na qual se consideraram temas relacionados à organização da Junta.

A Sessão Inaugural da JID ocorreu no dia 30 de março de 1942, no mesmo Palácio da União Pan-americana, com a presença de delegados da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador,

¹¹² Site oficial disponível em <http://www.jid.org/AboutUs/History/history.php?lang=pt>. Acesso em 19/04/2008.

El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Estados Unidos, Uruguai e Venezuela.

Discursaram, na ocasião da Sessão Inaugural, personalidades da comunidade diplomático-militar em Washington e do primeiro escalão do governo dos EUA. O Presidente da Junta Diretiva da União Pan-americana ofereceu aos delegados da JID os recursos da União Pan-americana para os seus trabalhos. O recém-eleito Presidente da JID, General Ex. dos EUA, S. D. Embick enfatizou o caráter econômico-industrial da guerra mundial em curso e a necessidade das matérias-primas continentais para esse esforço.

O Secretário de Guerra dos EUA destacou a necessidade do fornecimento por todas as nações das Américas dos materiais e abastecimentos necessários ao esforço de guerra, explicando as dificuldades de fornecer, nos termos da Lei de Empréstimos e Arrendamentos, armas aos países do Hemisfério na velocidade desejada, vislumbrando na JID o fórum adequado para a discussão das necessidades e possibilidades de assistência mútua. O Secretário da Marinha dos EUA alertou para a urgente necessidade de controlar e proteger a navegação no Hemisfério, já sob ataque de navios inimigos, e para a prevista expansão das operações ao Atlântico Sul e a todo o Pacífico.

A partir de então as reuniões da JID passaram a ocorrer no prédio do Federal Reserve Board, em Washington. Na Sessão Plenária de 16 de abril foi aprovado, por unanimidade, o Regulamento da JID, com 29 (vinte e nove) artigos. Conforme o previsto nesse regulamento, o Brasil se fez representar por uma delegação composta por “delegados técnicos militares, navais e aeronáuticos”, bem como, a partir de 1943, assessores.

Um episódio marcante naquele ano de 1942 foi a convocação da 17ª Sessão Plenária, em caráter especial, atendendo solicitação da Delegação do Brasil, para dar conhecimento oficial da nota enviada pelo Governo do Brasil a todos os Países do Continente. Naquela histórica sessão, de 24 de agosto, o Chefe da Delegação do Brasil leu a nota pela qual o seu Governo reconhecia a situação de beligerância com a Alemanha e Itália, depois dos ataques perpetrados, entre 15 e 16 de agosto, contra cinco navios mercantes brasileiros em águas costeiras nacionais, custando a vida de mais de seiscentas pessoas. O ataque, segundo a nota, era uma agressão direta ao

Brasil, e uma extensão da guerra à América do Sul. O Brasil tornara-se assim a primeira nação americana a sofrer na Segunda Guerra Mundial um ataque à sua área continental, com a perda de centenas de vidas, a grande maioria de civis.

Após a Segunda Guerra Mundial a JID evoluiu, acompanhando os acontecimentos nos cenários internacionais e continentais, e refletindo os entendimentos político-diplomáticos da nova era, dos quais se destacam a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) e Organização dos Estados Americanos (OEA). A Delegação do Brasil teve papel relevante nos trabalhos de atualização da JID em face às novas necessidades de defesa do Hemisfério.

Assim sendo, a Junta Interamericana de Defesa era composta pelos Ministros de Defesa e Estados Maiores das Repúblicas Americanas e foi instituída para atuar primeiramente apenas no período da II Guerra Mundial, pois sua atividade era a de facilitar enormemente o controle norte-americano sobre os exércitos latinos e gestar o bloqueio militar no hemisfério ocidental, porém acabou por evoluir a passou a acompanhar outros acontecimentos históricos até os dias atuais.

Ademais, no curso da III Reunião, acolhe-se uma resolução que prevê a aplicação de sanções contra qualquer Estado Membro que viole os acordos firmados com outros Estados do continente. Ou em caso de existência de sérios fundamentos que façam crer a preparação de ações que possam pôr em perigo a paz e a solidariedade americana. A fluidez do conceito de violação ou de qual seria a ação que pudesse colocar em perigo a região permitia, com facilidade, a intervenção de um Estado em outro.

Após os acordos, consentiu-se uma mobilização de todos os recursos econômicos e meios de transportes dos países latinos para as necessidades da guerra. Além disso, os Estados Unidos firmaram acordos bilaterais com dezesseis Estados Latinos no sentido de eliminar as limitações comerciais e as barreiras aduaneiras no transcurso da guerra.

Desta forma, ao longo de três reuniões, os EUA conseguiram finalmente, aprovar dezenas de resoluções anteriormente vetadas, confirmando de vez o seu papel hegemônico no continente.

A Conferência Interamericana Sobre Problemas de Guerra e de Paz, reunida de 21 de fevereiro a 8 de março de 1945, no México, considerou o problema da

integração da União Pan-Americana como instituição e de um caráter mundial que seria projetada em Dumbarton Oaks, e aprovou uma resolução sob o título de “Reorganização, consolidação e fortalecimento do sistema interamericano, a qual, além de estabelecer novas regras para o funcionamento do “organização regional, reconhecia a existência do sistema interamericano, conferindo-lhes natureza nitidamente política, necessitando preservá-lo para o bem do sistema regional em face do surgimento da nova organização mundial. Nessa conferência solicitou à Comissão Jurídica Interamericana o estudo de dois pontos ali debatidos: a legalidade da defesa da democracia diante da instalação de regimes antidemocráticos, por solicitação da Guatemala, e o não reconhecimento dos governos *de factos* solicitado pelo Equador.

O Ato de Chapultepec, aprovado na mesma oportunidade, professou que a recomendação e a declaração nele contidos constituíam um “*acordo regional, para tratar de assuntos concernentes à consolidação da paz e da segurança internacionais, suscetíveis de ação regional nesse hemisfério*”.

2.2 – A fábrica de ideologia norte-americana: *The Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*.

A Segunda Guerra Mundial trouxe consigo a necessidade de convergir grandes esforços de coordenação entre os interesses de agências estatais estadunidenses que passaram a desenvolver uma estratégia de função dupla: a de colocar em prática a ainda vaga “noção da política do bom vizinho” e a de somar esforços para a política hemisférica formulada pelo governo norte-americano. Como uma agência vinculada ao Conselho de Segurança nacional dos Estados Unidos, torna-se uma instituição eminentemente ligada à defesa e à segurança nacional, e tem-se por evidência a forma mais estreita da conexão entre “relações culturais e o interesse nacional norte-americano”.

Dessa forma, em 16 de agosto de 1940, uma agência especial foi criada para lidar com os assuntos econômicos e culturais interamericanos. Sob a liderança de Nelson Rockefeller, um multimilionário cheio de preceitos evangelistas e apaixonado por artes, essa agência foi denominada inicialmente como *Office for the*

Coordenation of Commercial and Cultural Relations between the American Republics. Um ano mais tarde, seu nome passou a *Office of the Co-ordinator of Inter-American Affairs* ou OCIAA, nome pelo qual ficou conhecida até o fim da guerra.

Considerada uma verdadeira fábrica de ideologias¹¹³ detinha como objetivo oficial, “formular e executar um programa que promovesse a solidariedade hemisférica e o espírito de cooperação entre os países americanos”¹¹⁴. Como o governo estadunidense já se tornara ciente que as Américas Central e do Sul estavam sob a mira dos planos expansivos do Eixo, e já apreensivos com o sucesso das invasões alemãs em países como Dinamarca, Bélgica, Holanda e França, trataram de superar a já contraproducente orientação política baseada nos princípios do isolacionismo e do internacionalismo independente, reorientando-os pelo realismo das demandas internacionais que afetavam seus interesses de Estado naquela conjuntura¹¹⁵.

A criação da OCIAA revela que as relações culturais não fizeram parte somente da formulação de metas e prioridades da agenda da política externa norte-americana preocupada em atingir objetivos emergenciais do governo, mas fizeram parte, também, de uma estratégia política com interesses mais amplos. Neste sentido, o OCIAA não será mais uma das agências criadas pelos “new-dealers” que ascendem ao poder juntamente com Roosevelt na reeleição de 1940, mas trata-se agora de uma agência que irá executar uma política cultural que ampliará e estenderá o seu raio de ação através da interconexão entre diferentes campos como o da **informação**, saúde e alimentação¹¹⁶.

Assim, para entender o surgimento da OCIAA é preciso apreender primeiramente, o porquê do comportamento político isolacionista anterior: Muito

¹¹³ TOTA, Antonio Pedro. *O imperialismo sedutor (A Americanização do Brasil na época da Segunda Guerra)*. São Paulo. Editora. Companhia das Letras, 2000, p. 41.

¹¹⁴ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. 34.

¹¹⁵ TOTA, A. P. *Op. Cit.*, 2000, p. 42.

¹¹⁶ MESQUITA, Silvana de Queiroz Nery. *A Política Cultural norte-americana no Brasil: o caso do OCIAA e o papel das Seleções Reader's Digest 1940-1946*. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. História das Relações Internacionais. 178 p. 2002.

além de uma idéia vazia sobre sua superioridade política que os norte-americanos guardavam de si mesmos ou pelos últimos prejuízos econômicos sofridos com as moratórias internacionais, em parte, o neutralismo estadunidense pode também ser explicado pelas lembranças e ressentimentos que a opinião pública internacional ainda guardava da Primeira Grande Guerra Mundial.

Naquela ocasião, era ponto pacífico as outras sociedades do mundo designarem os norte-americanos como os “mercadores da morte”, fazendo alusão pejorativa à comercialização de material bélico para Europa no primeiro conflito e que havia propiciado o enriquecimento das grandes corporações ianques. Nesta senda, nos anos de 1930, Washington não apenas passa a se evadir de envolvimento mais profundos em questões de política externa de outros governos, como também assiste o Senado aprovar o Ato de Neutralidade de 1935, em que se proibia a venda de armas para países em condição de beligerância, tanto que em 1937 Roosevelt assina nova lei de restrições, reforçando esse sentido.

Nesse mesmo ano, porém, a China foi atacada pelo Japão, o que constrangeu o presidente Roosevelt a reconsiderar o Ato e os arranjos comerciais vigidos por ele. Assim, passou a vender material militar para o país agredido e uma inevitável tensão entre EUA e Japão tendeu a ser crescente, principalmente após o bombardeamento por japoneses a um *Gunboat* (navio armado) que protegia outro navio da *Standard Oil* em águas internacionais¹¹⁷. Já na Europa, o que tornava insustentável a condição isolacionista norte-americana era certamente, o avanço da máquina hitlerista sobre os países do continente.

Destarte, tomando as primeiras iniciativas pró-Europa, Roosevelt envia em março de 1939, uma mensagem peculiar ao *führer* na qual pedia à Alemanha que se abstivesse de invadir cerca de vinte países, e que fora por ele nomeados um por um. Um cinejornal na época mostra Hitler lendo a mensagem no *Reichstag* para a sua alta cúpula, às gargalhadas do presidente americano. Apesar de em 5 de setembro de 1939, ter havido uma reafirmação oficial sobre a neutralidade, a queda da Polônia e da França no ano seguinte fez com que a opinião pública norte-americana passasse a

¹¹⁷ *Idem*, p. 42.

pressionar seu Congresso no sentido de tomar uma posição contrária ao isolacionismo¹¹⁸.

Até mesmo o primeiro-ministro francês ao abandonar seu país durante a invasão alemã em 10 de junho de 1940, retorquiu o presidente norte-americano quanto às dificuldades que seu país enfrentaria se insistisse nessa posição. Deste modo, acossados por questões externas, líderes de movimentos como *America First Committee* (AFC) começam a perder terreno e o Congresso aprova a lei *Burke – Wadsworth Act*, que instituiu pela primeira vez o recrutamento de soldados em tempos de paz, e atendem também ao pedido do primeiro ministro inglês, Wiston Churchill, para o envio de cinquenta destróieres usados na primeira guerra em troca de bases inglesas nas Bermudas, no Caribe e no Canadá.

Os EUA anunciariam ainda a Lei de Empréstimo e Arrendamento (*Lend-Lease Bill*), aprovada em março do ano seguinte para todos os países que quisessem negociar seus produtos e mercadorias. Em *Newfoundland* (base militar do Canadá), assinaram a Carta do Atlântico, gênese das promessas de ajudas mútuas com os países amigos que seriam praticadas até a derrota do nazismo¹¹⁹.

A aproximação da guerra colocou em xeque até mesmo as eleições norte-americanas, uma vez que Roosevelt, diante da gravidade dos fatos, atentou contra as regras de sua própria política democrática com uma terceira reeleição. A América Latina teria um peso importante nessa decisão, pois a necessidade da defesa e da cooperação continental foi o que lhe garantiu o apoio de alguns oponentes republicanos, reforçando os setores que advogavam um estreitamento maior das relações com os países ao sul. Nesse momento, surge a figura mais importante no que concerne às estratégias culturais de cooperação para a política de Boa Vizinhança: o visionário Nelson Rockefeller.

Rockefeller era um homem rico, religioso, e que interpretava à sua maneira o “destino manifesto” norte-americano. *Expert* em questões culturais latino-americanas visava mudar a imagem negativa que suas empresas estabelecidas ao sul gozavam no continente nos últimos anos, pois eram conhecidas pela violência com que tratavam seus empregados. Mudando de estratégia e desejoso em extinguir a fama de

¹¹⁸ *Idem*, p. 42.

¹¹⁹ *Idem*, p. 43

“capitalista devorador” herdado pelo vínculo ao nome de seus antepassados, assume um marketing mais auto-indulgente, apoiando-se na política da filantropia, que o capacita a ser captador e redistribuidor de seu próprio capital na região.

Desta forma, torna-se patrocinador de muitas missões religiosas e culturais ligadas à sua fundação e realiza programas sanitaristas de combate à malária e febre amarela ao sul do continente. Passa a fazer apologia anti-revolucionária e anticomunista, e, contando com os seus donativos, tornou a si mesmo, uma eficiente propaganda a ser inserida no seio das sociedades a qual beneficiava. Para muitos liberais, intelectuais e democratas e até mesmo para a própria esquerda dos Estados Unidos, a “diplomacia do dólar” como o método Rockefeller passou a ser conhecido, era preferível à política do *Big Stick* do início do século XX¹²⁰.

Nesse ínterim, em 1940, o governo norte-americano passa a proteger sua posição política e econômica no Hemisfério, legitimados agora pelo contexto da solidariedade. Com isso, planejaram medidas de emergência de longo prazo para ajudar na recuperação econômica dos países latino-americanos mediante a aquisição de seus produtos agrícolas e minerais. Promovem programas energéticos e planos educacionais, cultural e de informação, a fim de conter o desafio da propaganda nazista que se introduzia pelas mais variadas manifestações ao sul continental.

Desta forma, a criação do escritório da OCIAA não foi mera extensão dos programas já existentes, pois estava subordinada ao próprio Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos. Sua tarefa era o de estabelecer ligações tanto entre os vários departamentos do governo norte-americano como as de outras agências públicas e privadas de diferentes países, a fim de assegurar um arranjo apropriado para as atividades dos governos em relação à defesa hemisférica, dando sempre ênfase aos aspectos comerciais e culturais.

¹²⁰. http://www.cephas-library.com/church_n_state_rockefeller_and_evangelism.html. BY Gerard by COLBY, Gerard with DENNETT, Charlotte. "Thy Will Be Done", The Conquest of the Amazon: In the course of their investigation, the authors learned that SIL had a big debt to institutions and individuals associated with the Rockefeller family. SIL founder William Cameron (Cam) Townsend was inspired by the antihookworm and antimalaria campaigns of the Rockefeller Foundation and the Rockefeller Sanitary Commission, and his linguistics methods owed much to the work of linguist Edward Sapir of the University of Chicago, an institution that was also supported by the Rockefeller Foundation. Another influence on Townsend was Mexican anthropologist Manuel Gameo, whose interdisciplinary studies on native peoples were sponsored by the University of Chicago, the Laura Spelman Rockefeller Memorial Fund and the Social Science Research Council. Acesso em 15/04/2008.

Assim, antes mesmo do ataque a *Pearl Harbour*, de dezembro de 1941, a OCIAA já funcionava a todo vapor para eliminar a influência dos países inimigos e fortalecer a “posição internacional dos EUA” no hemisfério ocidental. Mesmo que tenha tido uma vida breve, sua coordenação administrativa eficazmente a respeito de questões como excedentes agrícolas e materiais estratégicos latino-americanos para as agências privadas e estatais estadunidenses. Juntamente com o *Board of Economic Warfare*, participou de iniciativas econômicas em larga escala e seu efeito mais impressionante, foi certamente a concentração de esforços em promover a presença americana na comunicação de massa internacional, incluindo o rádio, a imprensa e o cinema.

Em seis anos de funcionamento, o escritório desembolsou cerca de US\$ 140 milhões de dólares e empregou aproximadamente 1,1 mil pessoas em operações dentro dos Estados Unidos, além de outros milhares de nacionais estadunidenses que contribuíam por meio de comitês espalhados em mais de vinte países, isso sem contar os autóctones em suas respectivas regiões que também serviram como auxiliares na campanha.

Considerado um verdadeiro *front* de guerra, suas dimensões atingiram não apenas a economia, mas também a política e o inconsciente coletivo de todos os países a qual a OCIAA se direcionava, pois seu objetivo se resumia em ganhar a simpatia e o apoio das nações latino-americanas à causa liberal-democrata¹²¹.

Para alcançar seus desígnios, contava com divisões internas de comunicações, de relações culturais, de saúde, comercial e financeira. Cada uma dessas divisões subdividia-se em seções: rádio, cinema, imprensa; arte, música, literatura; problemas sanitários; exportação, transporte e finanças. Durante todo o seu tempo de vida, o OCIAA contou com ativa colaboração do DIP brasileiro, quer na condução de projetos conjuntos, quer como órgão de apoio à sua ação no Brasil¹²².

Com a necessidade de controlar por vias pacíficas o antiamericanismo que havia crescido na região, as propostas do Grupo Rockefeller passaram a apresentar vantagens sobre as provenientes de outros organismos oficiais do Estado norte-americano. Além de contar com o fantástico poder financeiro da fortuna pessoal do

¹²¹ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991. p. 35.

¹²² MESQUITA, S. de Q. N. *Op. Cit.* 2002. p.73.

próprio Nelson, o grupo detinha uma imensa independência intelectual em relação às propostas da burocracia governamental, fazendo sugestões superiormente eficientes, e aconselhando no sentido de que os Estados Unidos deveriam reduzir ou eliminar determinadas taxas de produção para comercializar com os países latino-americanos; também sabiam onde deveriam ser postos os incentivos e eram bem mais hábeis em discernir sobre os seguros da produção de matérias-primas. Para eles, a dívida externa deveria ser analisada segundo as possibilidades do devedor e não pelas exigências do credor, isso sem contar com as inúmeras críticas feitas aos funcionários do governo estadunidense que trabalhavam na América Latina: “pois faltava a eles o conhecimento mínimo sobre a cultura e as necessidades locais”¹²³.

Para evitar possíveis rivalidades entre os departamentos do governo, Rockefeller foi diplomático em não sugerir abertamente seu próprio nome para coordenar o programa da *Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas*. Embora desejasse ocupar um cargo político, sabia que o conflito de interesses internos dos *new-dealers* era grande. Roosevelt iria dar preferência de qualquer forma ao seu nome, pois Nelson, não tinha nenhuma relação oficial com o governo: ele era neutro e republicano. Seu nome era tão poderoso, que no ano seguinte, o escritório teria sua sigla modificada de escritório de coordenação para escritório do coordenador¹²⁴.

Com uma organização cuja funcionalidade chegava às raias do semi-militarismo e patrocinado por umas das maiores fortunas do planeta, a *Coordination of Commercial and Cultural Relations between the Americas*, era composta por três divisões: A Divisão Comercial e Financeira, a Divisão de Comunicações e a Divisão de Relações Culturais.

Nelson acreditava que com sua ajuda financeira, pudesse manter politicamente estável a região sul das Américas. Declaradamente em luta contra a expansão do nazismo, fazia prevalecer acima de tudo, a visão pragmática do empresário que queria afastar o “seu” mercado dos produtos alemães¹²⁵. Com essa estratégia, obteve sucesso até mesmo entre seus oponentes socialistas que poderiam

¹²³ TOTA, A. P. *Op. Cit.*, 2000, p. 49.

¹²⁴ *Idem*, p. 50.

¹²⁵ *Idem*, p. 51.

ser facilmente combatidos com a propaganda do novo modelo americano criado pela OCIAA: consumo de produtos maravilhosos, progresso material, bons salários e bem estar social.

Com o bloqueio inglês, desapareciam consumidores importantes dos produtos procedentes da Ibero-América, sem contar que os Estados Unidos tinham total consciência que não conseguiriam à princípio, absorver sozinhos, a produção de seus vizinhos. Um novo colapso econômico estava na ante-sala e isso poderia se transformar num campo fértil para a germinação de idéias antiliberais.

Em 27 de setembro de 1940, o presidente americano mandou uma carta ao Conselho Nacional de Defesa, onde deixava claro estar a par do déficit de 40% do mercado exportador latino-americano devido à guerra, e que se fazia necessário em nome da solidariedade do Hemisfério, dirimir tal situação. Para Roosevelt, era preciso que os Estados Unidos comprassem dos países contíguos, produtos e matérias primas consideradas estratégicos como manganês, lã, nitrato e estanho.

Com essa medida, o desemprego poderia ser combatido de forma pontual, fazendo desaparecer qualquer tentativa de nazistas e socialistas disseminarem seus sonhos no lago sul americano¹²⁶. Como não há favores desinteressados entre as nações, o fluxo comercial entre esses países cresceu exponencialmente, saltando de 200 milhões de dólares para mais de 700 milhões, o que possibilitou aos EUA a estocagem de produtos imprescindíveis para a guerra.

Nas áreas de comunicação e informação, a agência procurava veicular nas imprensas dos países sul americanos notícias favoráveis aos Estados Unidos e vice versa. Porém, o que o serviço de informação de Rockefeller revelou num relatório de 1941, foi a peculiar condição de que vários negócios norte-americanos estavam sendo representados na América Latina por empresários alemães, descendentes e/ou simpatizantes do nacional-socialismo. Logo esses anúncios de difusão, ainda que de forma valada, poderiam estar comprometidos e ainda disseminando à contragosto, mensagens antiamericanas.

Nelson acreditava piamente que o sucesso dos seus empreendimentos dependia não apenas da venda de produtos, mas também da boa imagem do

¹²⁶ *Idem*, p. 53.

American way of life para os seus consumidores. Para torná-la ideologicamente aceitável, o serviço de comunicação deveria incluir o serviço de inteligência, ou seja, de espionagem nos meios comerciais concorrentes. E era devido a isso que não foi gratuita a amizade de Nelson Rockefeller com J. Edgar Hoover, o temido chefe do FBI¹²⁷.

O OCIAA também procurava difundir técnicas jornalísticas mais modernas em seus produtos, como por exemplo, a recepção e transmissão de radiofotos. Mas nada se comparava, em termos de *glamour* e apelo popular, aos programas radiofônicos e, principalmente, às produções cinematográficas sob sua coordenação¹²⁸. Os Estados Unidos deveriam ser o paradigma sedutor do liberalismo e da democracia. E essa fórmula ainda que bastante inadequada, deveria ser trabalhada para adaptar-se às culturas locais, independentemente de quão diferentes fossem suas genealogias. Mesmo que os projetos de Rockefeller precisassem ser aprovados pelo então secretário de Estado Cordell Hull, na prática gozou de grande autonomia; tanto que seus assessores empreendiam viagens sem conhecimento do Departamento de Estado, provocando atritos com diplomatas de carreira¹²⁹.

Na área da cinematográfica, tanto os filmes de ficção quanto documentários desempenhavam o papel de difusores ideológicos. Na produção dos primeiros anos, o OCIAA contou com a colaboração das indústrias cinematográficas de Hollywood, procurando também evitar a distribuição na América Latina, de filmes que expusessem instituições e costumes norte-americanos malvistas como a discriminação racial ou que pudessem ofender os brios dos latino-americanos.

Comparada com a produção germânica, mesmo levando em conta a tradição do cinema do tempo da República de *Weimar*, a cinematografia americana passou a vivenciar uma situação favorável: com a guerra, os filmes alemães já não atravessavam o Atlântico, deixando o caminho do cinema dos EUA praticamente livre de concorrências. Divulgando a causa aliada, os filmes eram divididos em dois ramos: aquele destinado à apresentação nas salas de cinema e a produção não

¹²⁷ *Idem*, p. 54.

¹²⁸ Disponível em www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_guerranobr_tiosam.htm
Acesso 20/04/2008.

¹²⁹ TOTA, A. P. *Op. Cit.*, 2000, p. 55.

comercial, que era apresentado em clubes, ao ar livre, etc., sendo todos adaptados para o português e o espanhol.

Na área da saúde, a ação do OCIAA voltou-se basicamente para o controle da malária, o treinamento de enfermeiras e a educação médica. Esses programas não tinham apenas o objetivo político de obter a aprovação da população à atuação política de agências americanas no Brasil, mas destinavam-se acima de tudo, a também tornar mais eficiente o escoamento de matérias primas, bem como preparar o terreno para o provável estacionamento de tropas norte-americanas e a instalação de bases aéreas por todo o continente, servindo também para escoamento de produtos indispensáveis para a guerra.

2.3 O governo Vargas: de 1937 até a entrada do Brasil na Guerra 1942 – A barganha nacionalista.

O primeiro governo de Getúlio Vargas abrange um período de aproximadamente 15 anos e pode ser dividido em três gestões políticas distintas. Entre 1930 a 1934, é classificado como governo provisório ou sem autoridade parlamentar; de 1934 a 1937, como Democracia Constitucional transitória (ainda que com críticas devido à promulgação da Polaca) e finalmente, de 1937 a 1945, como a era desenvolvimentista, populista e seguida do alinhamento formal às forças Aliadas¹³⁰.

O sucesso dessa conduta política está associado à engenhosidade do próprio Vargas, que mesmo exercendo três métodos administrativos distintos, não alteraria significativamente o direcionamento tradicional da política externa brasileira. Sustentando simultaneamente um conveniente “*attrape tout*” ideológico entre dois sistemas opostos de poder - personificados entre os países do Eixo e dos Aliados-, acondicionou ao seu governo várias características dessas duas linhas de pensamento, umas comuns a um lado, outras comuns ao outro, perfazendo uma neutralidade de

¹³⁰ BUENO, E. *Op. Cit.*, 2003, pp. 328-344.

caráter oportunista e que pouco a pouco assumiu uma constituição colaboracionista (privilegiada) em definitivo para com os EUA, sem, no entanto, retirar dos países do Eixo a perspectiva de uma aliança política mais profunda com o Brasil naquele período.

Durante a instalação do Estado Novo, efetivou-se internamente um novo pacto político entre as burocracias militar, civil e a burguesia, visando promover a industrialização no país. Tal aliança só se tornou possível por que a burguesia e a burocracia civil defendiam o programa de desenvolvimento industrial, considerando que este era o caminho para a verdadeira independência econômica do país; os militares porque acreditavam que a instalação da indústria de base fortaleceria a economia e por consequência a segurança nacional; e todos estavam convencidos de que o incentivo a esse tipo de negócio dependia de uma ativa intervenção do Estado na economia¹³¹. Isso não quis dizer que todos os setores da sociedade brasileira tenham aquiescido de forma uníssona a esse direcionamento político, pois a parte mais retrógrada dos exportadores acreditava que o Brasil deveria continuar a cumprir sua vocação agrária, competindo externamente com o que tinha de melhor: o café.

Entre 1934 a 1937, para fomentar a economia brasileira, a comercialização de produtos entre Alemanha e Brasil foi incentivada, criando uma concorrência que diminuía em parte o desenvolvimento dos negócios estabelecidos com os norte-americanos e afastava em definitivo a influência econômica dos ingleses que já vivenciavam uma fase de franco declínio na América Latina. Esse novo leque de transações diplomático - econômicas que o Brasil procurava aumentar não trouxe necessariamente uma oposição frontal norte-americana; em que pese alguns grupos de investidores estadunidenses desejarem represálias por parte de Washington. Roosevelt, porém, preferiu não tomar medidas extremas, pois era necessário evitar qualquer reação nacionalista radical que degradingolasse em um alinhamento político brasileiro ao Eixo por retaliação.¹³²

¹³¹ LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. *Do Americanismo ao universalismo: As transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964*, 2006. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília. Distrito Federal, 2006. p. 127.

¹³² FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – 13ª. Ed. – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.p.381.

A única ressalva evidente por parte de Washington era quanto aos moldes contratuais que Brasil e Alemanha haviam acordado, pois o secretário Cordell Hull desejava que o comércio internacional se sustentasse em termos liberais. Sua reprovação era unicamente o dispositivo de “ajuste de compensação”, que se constituía numa espécie de comércio especial que deslocava os produtos estadunidenses do mercado brasileiro¹³³.

Porém, em que pese ter-se superado o constrangimento inicial causado pelo apoio norte-americano ao governo deposto em 1930, posto Vargas não ter hesitado em dar continuidade à política externa de privilegio econômico aos Estados Unidos como o principal parceiro do país, isso não significou, no entanto, que sua administração abrisse mão de possíveis vantagens que outros centros financeiros por ventura lhe pudessem proporcionar.

Por isso mesmo, deu continuidade a essa diretriz econômica que apesar de suas vantagens, levou o Brasil a manter ao mesmo tempo um árduo equilíbrio diplomático entre Berlim e Washington. A finalidade dessa conduta consistiu na retirada do máximo de proveito das competições econômicas travadas entre os dois sistemas de poder, pois necessitava atrair financiamento externo para o desenvolvimento industrial e a construção de um complexo siderúrgico nacional, além de urgir a necessidade da reorganização das Forças Armadas do país, pois o próprio presidente acreditava que tais setores proporcionariam os sustentáculos econômicos e de segurança, o que garantiria sua continuidade no poder¹³⁴.

Passados os primeiros efeitos da crise de 1929, quando as economias avançadas da Europa e dos Estados Unidos optaram por rígidas políticas protecionistas, o governo alemão e o norte-americano perceberam posteriormente, que a saída para o seu colapso financeiro era a reativação do comércio internacional. A Alemanha, por exemplo, optaria pelo comércio de compensação, que consistia na troca de mercadorias sem a intermediação de outra moeda mais forte, enquanto os Estados Unidos davam continuidade ao livre-comércio. Para ambos os países, sem possessões coloniais, a América Latina em geral, e o Brasil em particular,

¹³³ LIMA, Marcos Felipe Pinheiro, *Op. Cit.* 2006. p. 42

¹³⁴ *Idem*, p. 40.

representavam um importante mercado fornecedor de matérias-primas e potencial consumidor de seus produtos excedentes.

No terreno ideológico existia uma clara cisão sobre as interpretações de poder: Os Estados Unidos empunhavam a bandeira da liberal-democracia e invocavam o pan-americanismo, propondo igualmente patrocinar o desenvolvimento hemisférico sob a alcunha da manutenção da segurança por relações amistosas advindas da prática da política da Boa Vizinhança entre as Américas e por ajustes econômicos. Já a Alemanha, a partir da vitória do Partido Nacional Socialista em 1933, adota oficialmente, o autoritarismo anti-parlamentar e o ultra-nacionalismo. E em meio às rivalidades, Vargas segue com sua diplomacia de "eqüidistância pragmática", onde aparentemente não se decidia por nenhuma ideologia, e perfazia seu já referido "jogo duplo", expressando simpatias políticas ambíguas e endossando acordos econômicos entre ambas¹³⁵.

Quando se inicia o Governo Provisório em novembro de 1930, o Brasil enfrentava dificuldades para fazer circular seus produtos de exportação, em especial o café, cujo preço se encontrava em acentuada queda. O país também se ressentia dos danos decorrentes da interrupção da entrada de capitais estrangeiros e do aumento dos preços do que precisava importar. Como resultado, registrara um profundo *déficit* no balanço de pagamentos, degradingolando para em uma grave crise cambial e a suspensão do pagamento do serviço da dívida externa em 1931.

A situação só tenderia a melhorar durante o governo constitucional (1934-1937) que efetuaría uma relativa liberalização comercial aliada ao crescimento econômico e alguma estabilização monetária. Proporcionada por seus acordos comerciais¹³⁶, onde também se incluía a Alemanha e seus Acordos de Compensação, garantia a exportação de algodão, café, laranja, couro, tabaco e carne enlatada, em troca de produtos manufaturados.

Com os Estados Unidos, subscreveu o Tratado Comercial de 1935, pelo qual o Brasil oferecia concessões tarifárias a determinados produtos norte-americanos, e

¹³⁵ MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 1991, passim.

¹³⁶ *Idem*, p. 4.

os EUA em troca, liberavam de tributos os principais produtos de exportação brasileiros oferecendo também material ferroviário e bens de capital.¹³⁷

A complacência de Washington e Berlim frente ao comportamento equidistante do Brasil se explicava em parte, pelo interesse de ambas em expandir primeiramente, suas estratégias de natureza econômica para o sul, o que permitiu o alargamento do campo de barganha do governo brasileiro por algum tempo.

Ainda quanto às ideologias políticas, o governo Vargas adotou posição análoga, pois internamente também precisava atender às diferentes simpatias que seus auxiliares diretos nutriam por cada eixo de poder. Apaziguou de um lado, o *lobby* governamental que continha homens como Oswaldo Aranha e Valentin Bouças (presidente da JBM no Brasil) que eram bons representantes das causas liberais - democratas; e de outro, os elementos da cúpula militar como Eurico Gaspar Dutra e Góes Monteiro, indisfarçáveis simpatizantes dos regimes teuto-italiano.

É inegável, porém, que Vargas se deixou levar por inspirações políticas de extrema direita, à exemplo de quando instaurou a Constituição de 1934, popularmente conhecida como a Polaca. Essa carta detinha de fato traços nacionalistas e autoritários, contudo seu intuito restringiu-se a ampliação de certos poderes que outorgavam conveniências políticas ao presidente, como a faculdade de intervir no legislativo e no judiciário, bem como a de indicar os governadores dos Estados. No entanto, não há por que ser confundida com uma mera cópia de Cartas Constitucionais nazi-fascistas, pois faltava nela o discurso ultranacionalista e a legitimação de um partido único que vinculasse o povo ao Estado, sem contar a total ausência de um discurso eugênico

Nesse momento, Vargas iniciava sua política de substituições, onde o Estado seria o responsável pelo fomento manufatureiro a partir da criação das indústrias de base. O ideal era que essas indústrias dessem suporte para que os demais setores econômicos do país. Nesse momento, várias estatais e institutos de pesquisa foram criados; e entre as empresas estatais destacam-se a Companhia Siderúrgica Nacional

¹³⁷ Boris, F. *Op. Cit.* 2008 p. 381.

(1940), a Companhia Vale do Rio Doce (1942), a Fábrica Nacional de Motores (1943)¹³⁸ e a Hidrelétrica do Vale do São Francisco (1945).

O que antes se desenvolvia como uma postura contraditória, ora de apoio ao Eixo, ora aos Aliados, foi logo suplantada com a concessão de um empréstimo de US\$ 20 milhões de dólares americanos. E como uma contradição que chegava às raias da ironia, Vargas tomou para si, meio que a contragosto, o papel da luta contra os regimes totalitários, gerando uma tensão política igualmente conflitante nas instâncias internas de seu governo e que desestabilizou de alguma forma o seu regime, sabidamente ditatorial.

Porém, do modo que pôde, Vargas confrangeu o Governo norte-americano. Chegou a receber o embaixador alemão, Karl Ritter para compor uma espécie de opção negociadora de empréstimos, caso Washington não aquiescesse às contrapartidas brasileiras sobre a questão da siderurgia nacional. Entretanto o que se sabe, é que tal reunião apesar de não lograr êxito para proposta de Volta Redonda, de qualquer sorte, serviu ao menos como um instrumentalizador de pressão que precipitou as iniciativas financeiras estadunidenses, pois existia naquele momento,

¹³⁸ A Fábrica Nacional de Motores foi erguida como uma empresa estatal na região da Baixada Fluminense, e seu primeiro tipo de produção foi a de motores de avião, com tecnologia licenciada pela empresa estadunidense Curtiss-Wright. A Curtiss-Wright foi fundada em julho de 1929, e era resultado da fusão de 12 empresas distintas, entre elas a *Curtiss Aeroplane and Motor Company* e a *Wright Aeronautical*. Com o capital de 75 milhões de dólares era uma das maiores empresas de aviação dos EUA. Assim, no Brasil, a FNM nascia nos marcos dos acordos firmados entre o Brasil e os Estados Unidos, segundo os quais o Brasil permitia a instalação de bases militares norte-americanas no Nordeste em troca de créditos e assistência técnica. A FNM teve um papel que não se esgotou na produção de motores de avião, pois naquela conjuntura, a aeronáutica brasileira se tornava uma produção inviável devido a disponibilidade de motores já importados pelos EUA oriundos dos mesmos acordos de Washington. Assim, foi necessário dar outra serventia à FNM, introduzindo-lhe novos processos, como a tecnologia de fundição de alumínio para a fabricação de peças de motores automobilísticos, novas tecnologias de tratamento térmico e outras técnicas metalúrgicas. Desta forma a empresa podia se constituir num centro irradiador de mecânica avançada e de precisão, fomentando o desenvolvimento de uma indústria de motores para tratores e caminhões. As máquinas e a fábrica seriam flexíveis o suficiente para fabricar compressores, geladeiras e caminhões, sem que seus equipamentos originais tivessem de ser abandonados. Com o fim da guerra, a falta de uma preparação política e psicológica favorável à industrialização do país, a existência de estoques formados por sobras de guerra e, principalmente, a falta de um “programa geral de fabricação aeronáutica que garantisse um incondicional apoio à nascente indústria aeronáutica nacional” somaram-se para impedir que a FNM em seu projeto original conseguisse se consolidar. Disponível em <http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/enciclop/cap002/032.html>. Acesso em 04/04/2008.

uma superestimada idéia da realidade econômica alemã e de sua capacidade em conceder tais empréstimos ao Brasil¹³⁹.

Em 11 de junho de 1940, Vargas daria continuidade às suas ameaças políticas e proferiria um discurso muito importante para o direcionamento desses fatos. Neste, acrescentou que:

“a economia equilibrada não comporta mais o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas. O Estado deve assumir a obrigação de organizar as forças produtoras, não para garantir lucros pessoais ou ilimitados a grupos cuja prosperidade se baseia na exploração da maioria, mas para o engrandecimento da coletividade”.¹⁴⁰

Essas palavras não só provocaram reações no âmbito interno como forçou os Estados Unidos a tomarem definitivamente uma postura mais direcionada para com o plano brasileiro de industrialização. Assim, no dia 06 de julho o então embaixador Carlos Martins informou que o governo norte-americano estava interessado em negociar a questão da siderurgia, visto que o discurso do dia 11 de junho também repercutira simpaticamente na opinião do *III Reich*.

O agora chanceler Osvaldo Aranha, verificou a potencialidade de uma nova guerra e qual seria a repercussão que ela denotaria para os interesses nacionais. Tratou de remeter-se à defesa dos princípios monroístas da inviolabilidade das Américas Unidas frente um agressor comum e enfatizou a necessidade de uma solidariedade continental que pressupunha uma ação coletiva unificada contra um

¹³⁹ A interpretação de alguns historiadores tende a superestimar a capacidade econômica e estratégica alemã de furar o bloqueio naval imposto pela Inglaterra (mesmo em 1941 quando ela ainda se concentrava apenas praticando sua auto-defesa e esperando a invasão alemã a qualquer momento). Esse bloqueio por si só inviabilizaria qualquer financiamento de equipamentos para a Construção de Volta Redonda enquanto durasse a guerra, mesmo que o governo do *Reich* tenha proposto o envio da planta da siderúrgica para antes do fim da guerra. O *Reich* queria intensificar a compra de produtos brasileiros para logo após o fim da guerra, para não enfrentar o bloqueio britânico. Alguns documentos comprovam que suas intenções de intensificação comercial com o Brasil não estavam presas ao tempo da guerra, mas projetavam-se para o futuro, para tempos de paz. A intenção era firmar os acordos naquele momento, com resultados futuros. No entanto, nem mesmo os EUA poderiam interpretar naquele momento, as reais intenções da *Wirtschaftsdiplomatie* Alemã para com os países do ABC, especialmente o Brasil. BUENO, Ironildes. *Estados Unidos Versus Alemanha: o falso dilema sobre a indústria de base brasileira*. Cena Internacional. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL)Vol. 8/ nº 2 / 2006. Brasília. IREL. 2006.

¹⁴⁰ Apud. BANDEIRA, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização. I – a presença dos EUA no Brasil*. São Paulo: SENAC, 1998, p.223.

agressor externo, fosse real ou em potencial. Como os Estados Unidos tornara-se o centro do sistema pan-americano, era em torno dele que esta solidariedade deveria ser aparelhada¹⁴¹.

Desta vez, a aproximação entre os países não teria mais um cunho meramente simbólico e o Brasil deveria abandonar o sentimento de informalidade com que vinha tratando a questão pan-americana. Os interesses eram agora concretos e os esforços deveriam ter dimensão instrumental. Diante da evolução do conflito europeu e da eficiência do bloqueio inglês, o país tornava-se dia após dia mais comprometido com os preparativos norte-americanos para a guerra.

Visando especificamente o apoio brasileiro, o presidente Roosevelt favoreceu a ida aos Estados Unidos da Missão Aranha e a assinatura de uma série de acordos, que previam a concessão de créditos ao Brasil em troca do compromisso do governo brasileiro de regularizar o pagamento das dívidas e das remessas de lucros ainda devidas pelo Brasil. Além disso, Washington iniciou ferrenha batalha contra a forte presença germânica no continente latino-americano e no Brasil, através de uma ofensiva política ideológica conhecida como desgermanização.

A implantação da usina siderúrgica foi definida ainda em 1940, sendo financiada tanto por créditos do *Export-Import Bank* como por recursos do governo brasileiro, que priorizaram a fabricação de maquinaria. Dessa forma, o pêndulo do governo varguista arrimou-se ao realismo antes mesmo de uma declaração formal da guerra à Alemanha, porém não interrompeu as boas relações diplomáticas com este país, a ponto de fazer com que o *Reichstag*, não contasse realmente com o alinhamento brasileiro à causa aliada, em que pese todos estes empreendimentos estarem saindo do papel.

Vale observar que esse alinhamento foi gradual e conflituoso. Essa “aliança especial” na verdade, deixava Vargas desgostosamente inseguro, pois tinha consciência de que tipo de conceito sua imagem agora gozava diante dos países da América do Sul. Porém, julgava “inevitável” a colaboração brasileira com os aliados diante das nervosas pressões e conferências que se acumulavam. Diante disso, tratou

¹⁴¹ SILVA, Alexandra de Mello e. *O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea*, p. 17-19. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/166.pdf> Acesso em 10/03/2008.

de extrair dessa circunstância incontornável os melhores benefícios possíveis para o país, cobrando um preço que achava justo pelo alinhamento¹⁴².

Porém, apesar desse movimento crescente em direção aos aliados, as vitórias dos alemães na Europa e na África continuaram a exercer forte influência sobre as Forças Armadas brasileiras, levando "aliadófilos" e "germanófilos" a se entrechocar por mais algum tempo dentro das instâncias governamentais. De qualquer forma, já em agosto de 1942 estava iniciada a história do Brasil na Segunda Guerra Mundial, o que também principiava o expurgo dos empreendimentos pro - eixo do território nacional. Contudo, por motivos que vão muito além da segurança pan-americana, esse depuramento, passou a conter interesses eminentemente nacionais, diferenciando em alguns momentos dos negócios norte-americanos.

¹⁴² MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1991, p. 7-8.

CAPÍTULO III

3 - A AGENDA DE COOPERAÇÃO BRASIL – EUA: A AGENDA MILITAR, A SEGURANÇA HEMISFÉRICA E A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO ESFORÇO DE GUERRA.

“Aprendemos pela experiência trágica (...) que todas as normas de decência e do direito internacional sobre as quais repousavam as esperanças de um mundo pacífico (...) foram totalmente ignoradas por Hitler e por seus satélites desprezíveis. O meu governo julga que devemos desde já começar a executar planos vitais para a defesa humana do hemisfério (...). Mais vale um povo combater gloriosamente para salvar a sua independência; mais vale a morte na batalha para salvar a liberdade do que agarra-se aos farrapos do falso ideal de neutralidade.

Sumner Welles.

III Reunião de Chanceleres – Rio de Janeiro.

No dia 15 de janeiro de 1942, o Rio de Janeiro homenageava 21 delegações do continente durante a Terceira Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. Esse encontro representou o auge dos esforços de guerra da administração estadunidense no sentido de coordenar políticas que consolidassem nesses países um posicionamento anti-Eixo. Sua motivação foi o ataque da Marinha Imperial Japonesa às forças de defesas do corpo aéreo do Exército e da Força Aérea da Marinha dos Estados Unidos, estacionadas na base de Pearl Harbor em Dezembro de 1941.

Essa Conferência funcionou como termo legitimador da entrada norte-americana no conflito e permitiu o aceleração dos esforços do Departamento de Estado dos EUA no sentido de restringir as atividades nazi-fascistas no Hemisfério, pois promoveu por meios de garantias comerciais como a do *Lend and Lease*, o abastecimento de materiais estratégicos com exclusividade para os países aliados, uma vez que não se podia mais contar com recursos provenientes da Europa ou da África.

Os projetos formulados por Conferências precedentes já estabeleciam de fato, o gradual rompimento das relações diplomáticas entre as Repúblicas Americanas e os países do Eixo, porém, o êxito estratégico desse encontro foi maior devido à continuidade do incansável trabalho de persuasão empregado pelas delegações estadunidenses enviadas ao Brasil, bem como por que os EUA passaram a contar com o fator da comoção internacional que conferia um novo ânimo ao princípio da solidariedade continental para com um país americano que agora fora hostilizado deliberadamente por um integrante do Eixo. Essa situação funcionou como apelo conveniente, pois todo o continente estava comovido e igualmente assolado pela instabilidade comercial provocado pelo bloqueio inglês e pelos ataques de navios inimigos.

A delegação norte-americana contou com a presença de altos funcionários de Estado, tais como o subsecretário estadunidense Sumner Welles, nomeado em 1937 e que posteriormente participaria da elaboração da Carta do Atlântico (1941) onde preconizaria as políticas de boas relações interamericanas durante o primeiro período da Segunda Guerra¹⁴³.

Enquanto se fazia o apresto da Conferência, vinte e seis países assinavam em Washington, como Nações Unidas, a declaração de guerra contra as potências inimigas já no dia 1º de janeiro. Entre os signatários estavam nove Repúblicas da América Central e do Caribe. Porém isto não significou a adoção de uma adesão unânime e livre de percalços. Na verdade, provocou os já conhecidos protestos argentinos ao governo americano, baseados no fato de que uma decisão em prol do rompimento de relações diplomáticas e comerciais poderia ferir o princípio da “consulta prévia” consagrado na Declaração de Lima de 1938¹⁴⁴.

¹⁴³ A Carta do Atlântico foi negociada na Conferência do Atlântico (codinome *Riviera*) pelo Primeiro-Ministro Britânico Winston Churchill e pelo Presidente Franklin Roosevelt, á bordo do HMS Prince of Wales na Argélia, Terra Nova e foi emitida como declaração no dia 14 de Agosto de 1941. Nela se estabeleceria uma visão Pós-Segunda Guerra Mundial, apesar dos Estados Unidos neste momento ainda não estarem efetivamente na guerra. Os participantes esperaram, em vão, a adesão da União Soviética, que tinha sido invadida pela Alemanha Nazista em 1941.

¹⁴⁴ HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1919, os aspectos políticos da rivalidade comercial*; Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Stanley E. Hilton. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1997, p. 280.

As relações argentino-americanas já estavam há muito estremeçadas a respeito do melhor entendimento sobre o destino comunitário das Américas. Em 1940, esse governo havia sugerido que as Repúblicas Americanas deviam abandonar o conceito tradicional de neutralidade, em favor de outro, mais positivo, o de “não beligerância”. Embora muitos analistas tenham sugerido posteriormente que essa proposta poderia ter sido mais favorável aos Aliados, acabou por ser considerada inoportuna pelo governo norte-americano naquela ocasião.

Todo esse desconforto político se explica porque o equilíbrio político argentino havia se modificado devido às influências de cunho nacionalistas expandidas com rapidez nos bastidores administrativos e das forças armadas do país. Assim, em 1941, sua política exterior degradingolou para uma neutralidade clássica que poderia facilmente ser manipulada pelos interesses de países como a Alemanha. Essa posição poderia embaraçar as pretensões norte-americanas na Conferência do Rio de Janeiro, pois além de não haver a tão desejada ruptura imediata e unânime, poderia provavelmente comprometer a sua disposição também diante de seus outros vizinhos no sul como Brasil, Uruguai, Chile e Bolívia¹⁴⁵.

Mesmo assim, a Conferência do Rio de Janeiro foi mais longe do que suas precedentes e produziu uma articulação mais precisa entre os partícipes: Além de recomendarem a ruptura das relações diplomático-comerciais com os países hostis, a reunião assegurou aos norte-americanos a aquisição exclusiva de materiais estratégicos e o controle absoluto de sua distribuição no continente nos anos seguintes¹⁴⁶.

A Reunião também garantiu aos Estados Unidos um tratamento preferencial no comércio interamericano, lhe afiançando várias garantias contratuais de investimento, além de subordinar os projetos de desenvolvimento econômico do continente aos seus interesses militares. A crítica de alguns autores, é que em contrapartida, pode-se considerar que os EUA deram muito pouca atenção ao desenvolvimentismo industrial dos países da América Latina¹⁴⁷, tema que era justamente o cerne negociador dos mesmos.

¹⁴⁵ MOURA, G. *Op. Cit.*,/ 1991, p. 35.

¹⁴⁶ HILTON, S. E. *Op. Cit.*, 1997, p. 305.

¹⁴⁷ MOURA, G. *Op. Cit.*, 1991, p. 35.

Porém, a base para coordenar policial e militarmente o continente sob a égide liberal estava criada. “Agora essas decisões detinham um novo significado implementador: não se tratava mais de mera pressão aberta dos Estados Unidos, mas sim um esforço continental mútuo em prol de uma causa superior.”¹⁴⁸.

Embora Washington tivesse obtido uma indiscutível vitória na Conferência, sua administração teve que negociar longamente os fundamentos dos rompimentos diplomáticos. Como já dito, a resistência de governos como o argentino (coadjuvado posteriormente pelo chileno) em aceitar uma decisão imperativa, obrigou os representantes americanos a acolher apenas uma recomendação de rompimento, de modo a assegurar a unanimidade da decisão¹⁴⁹.

Sob esta senda, firmaram acordos bilaterais com os Estados Unidos a Bolívia, o Chile, a Costa Rica, o Equador, Honduras, Nicarágua e Uruguai, priorizando todos pela assistência militar¹⁵⁰. Seguindo esse exemplo, o próprio chefe da delegação norte-americana, o subsecretário de Estado Sumner Welles, teve de agenciar o apoio brasileiro às pretensões de seu governo para a instalação de bases militares no saliente nordestino¹⁵¹ impedindo que os países do Eixo o fizessem¹⁵². Sua grande preocupação era por que a influência de países como Alemanha e Itália há algum tempo se faziam sentir no hemisfério sul-americano, e evidenciavam-se inclusive pela a ação de emigrantes, por facções político-partidárias e pela atuação de embaixadas e delegações diplomático-comerciais ali estabelecidas¹⁵³.

Por essa razão, logo após a Conferência dos Chanceleres, o Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra e o chefe de Estado-Maior do Exército, Góes Monteiro instaram Vargas a organizar defesas antiaéreas e a fazer levantamentos estratégicos navais para a colocação de minas na baía da Guanabara e em outros portos do país, bem como alertaram para a condição obsoleta que se encontrava o armamento nacional. A preocupação era legítima e havia pouca margem para erros. Sabia-se que

¹⁴⁸ *Idem*, p. 36.

¹⁴⁹ *Idem*, p.36.

¹⁵⁰ AGV c 1940.09.06. Data: 06/09/1940. Qtd.de documentos: 1 (2 fl.)Telegrama circular de Cordell Hull informando sobre aquisição americana de bases aéreas e navais nas Bermudas, Jamaica, Bahamas, Santa Lucia, Trinidad e Guiana Inglesa. Washington (Vol. XXXIV/35).

¹⁵¹ CERVO, A. L., BUENO. *Op. Cit.*, 2002, p. 260.

¹⁵² McCANN, F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p.175.

¹⁵³ D'ARAÚJO, Maria Celina. *Entre a Europa e os Estados Unidos: diálogos de Vargas com seu diário*. p. 20.

assim que fosse tomada a ciência por parte dos países do Eixo sobre a declaração de rompimento diplomático do Brasil, ocorreria alguma retaliação.

Assim, o sentido de urgência dominou os militares sobre as necessidades de defesa nacional. Sem contar que havia a suspeita por uma parte do oficialato nacional (a não germanófila) da existência de “certas manifestações surgidas na Europa a respeito de uma (suposta) nova partilha da América do Sul, (especialmente, do Brasil)”¹⁵⁴.

Em que se pesem as boas relações que o Brasil exercia até aquele momento com o corpo diplomático alemão e italiano, o Estado Novo se via cada vez mais pressionado pela influência popular que agora se encontrava em choque devido aos afundamentos indiscriminados de navios mercantes e de passageiros no litoral do Brasil por belonaves alemãs a partir de fevereiro de 1942; sem contar que o material bélico encomendado dois anos antes à empresa alemã *Krupp*, jazia em depósitos europeus sob as condições impostas pelas políticas do embargo inglês, que impediam a sua entrega aos militares brasileiros¹⁵⁵.

Neste contexto, poucas alternativas restavam à administração de Vargas a não ser obter primeiramente, garantias de compromisso com o governo Roosevelt no sentido de serem os americanos os responsáveis pelo reequipamento das Forças Armadas Brasileiras. Assim que o ajuste foi assumido, a declaração de rompimento contra Itália, Alemanha e Japão foi anunciada, coincidindo com o dia de encerramento da Conferência dos Chanceleres no Rio. Em resposta aos mesmos apelos da sociedade brasileira, declarou-se posteriormente, o estado de beligerância contra os países Eixo (22 de agosto), seguido de estado de guerra no dia 31 de agosto em 1942.

¹⁵⁴ HILTON, S. E. *Op. Cit.*, 1997, p. 281.

¹⁵⁵ Carta de Eurico Gaspar Dutra ao presidente Getúlio Vargas, escrita em 24 de janeiro de 1942, no ápice das negociações da Conferência dos Chanceleres. Rolo 7, fotograma 0013 a 0014. CPDOC/FGV.

3.1. A Segunda Guerra e o Breve histórico das linhas aéreas comerciais em ação. A Participação do Brasil.

*"Saudamos a todos da América do Sul/
Onde o céu é sempre azul/
Saudamos a todos os amigos de coração/
Que lá deixamos / de quem relembramos ao cantar essa canção!"*

*Edward Plumb
(canção do filme Alô Amigos)*

Eclodida a Segunda Guerra Mundial, o governo Roosevelt passou a exercer um controle maior sobre o expansionismo dos vários setores empresariais oriundos do Eixo e que haviam se estabelecido ao sul do continente americano. Daquele momento em diante, tais empreendimentos acabaram por se transformar numa variável do “*war business*” estadunidense, que tanto por conveniências mercadológicas quanto por questões militares, interpretavam de agora em diante todo tipo de concorrência empresarial advinda da Europa, não como mera prestação comercial ou de serviços, mas sim como instrumentos políticos eivados de conotação conspiratória, e que poderiam servir facilmente à propósitos militares dissimulados em atos de comércio.

Naquele momento o transporte aéreo despontava como tecnologia dual, sendo que, utilizados desde a Primeira Guerra Mundial, os aeroplanos serviram pioneiramente como instrumentos de extrema força ofensiva. Porém, entre as décadas de 1920 e 1930, acabou por se transformar num dos mais caros objetivos estratégicos do empresariado norte-americano, pois como objeto de utilitarismo militar, passava a exercer igualmente, o componente de transporte comercial em grande escala. A celeuma surgida entre o empresariado norte-americano e os de origem pró-Eixo, foi motivada por que em países da região sul-americana, parte substancial desse tipo de rede de transporte encontrava-se desde a década de 1920 associados ao capital de empresas estrangeiras, majoritariamente alemãs¹⁵⁶.

¹⁵⁶ PEREIRA, Aldo. *Breve história da aviação comercial brasileira*. Editora Europa. 1987, p. 34.

Apesar de hoje a aviação comercial norte-americana ser a mais importante do mundo, **foi paradoxalmente a que mais demorou a se consolidar**, pois somente em 1925 começaram a ser organizadas empresas de transporte aéreo regular que realmente sobreviveriam à concorrência de suas congêneres européias já estabilizadas no mercado internacional, tais como as da Alemanha, França, Holanda, Grã-Bretanha e União Soviética¹⁵⁷.

Nesse momento, o desenvolvimento de uma indústria aérea genuinamente norte-americana que fosse capaz de se expandir além de seu continente, se transformou em um desígnio político de primeira ordem para Departamento de Estado dos EUA. Patrocinando *marketing* e uma forte pressão ideológica sobre suas concorrentes, obteve êxito graças em parte a adesão dos demais governos do continente à causa pan-americana, que trouxe por uma via alegórica, efeitos financeiros positivos para o projeto de controle de mercado, e que envolveu tanto o alto oficialato militar quanto o empresariado aero - civil em grande escala nas Américas.

A aeronáutica expandia-se como um setor altamente qualificado, passando a atrair altos investimentos atrelados tanto ao capital estatal como ao da iniciativa privada. Essa tecnologia traduzia *pari passo* a expressão de poderio militar de uma nação, e fez da segurança, do transporte e da geopolítica um argumento recorrente e eficaz na conjuntura da Segunda Guerra, pois o seu uso acabou por modificar os padrões de rearmamento das grandes potências.¹⁵⁸

O início dessa história de disputas comerciais e militares se dá em 1925. O Departamento dos Correios norte-americano já desenvolvia razoavelmente o seu canal aéreo e desejava transferi-lo para operadores da iniciativa privada. Neste mesmo ano, o Congresso aprovou a Lei Kelly, que autorizava o Diretor Geral dos Correios a estabelecer linhas aéreas e a pagar até 80% do transporte das malas postais àqueles empresários que quisessem arriscar-se nesse novo tipo de negócio. Em dois meses o Diretor Geral dos Correios, Harry S. New viu-se à frente de cinco mil candidaturas a condução de malas postais no país. Porém, no período de dois

¹⁵⁷ Grifo nosso. KENNEDY, P. *Op. Cit.*, 1989, p. 313.

¹⁵⁸ QUINTANEIRO, Tânia. *A LATI e o projeto estadunidense de controle do mercado da aviação Brasil.*, VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: Jan/Jun 2007.

anos, 4.988 haviam desistido ou perderiam seus pedidos de concessão por condições insatisfatórias de trabalho, conhecidos na área como “*fly-by-nights*”, que eliminava os aviadores de base fixa ou os que prestavam vários serviços ao mesmo tempo¹⁵⁹.

A aviação dessa forma dava seus primeiros passos à lucratividade financeira e atraía a atenção de vários magnatas, dentre eles, Henry Ford. Famoso por atuar na indústria automobilística, passava agora a também apostar em sua própria companhia aérea, distribuindo-a em várias sucursais pela América do Norte. Em julho, Ford começou a transportar passageiros e em outubro, venceu a licitação para transportar malas postais. Em janeiro de 1926, ao lado de John Collings e em sociedade com a TWA, estabelecia o primeiro serviço meteorológico dos Estados Unidos.

O primeiro grande salto no transporte aero-comercial estadunidense aconteceu com a engenharia empregada por Henry Ford ao projeto do avião de Willian H. Stout, denominado Ford trimotor: tratava-se de monoplane de asa alta, confiável e robusto, popularmente conhecido como *Tin Goose*. Até a entrada de Ford na aviação, os norte-americanos aproveitavam os desconfortáveis aviões excedentes da I Guerra para transportar passageiros e cargas. Era igualmente utilizado como mão de obra, um excedente de cerca de dez mil pilotos que haviam sido desmobilizados após o Primeiro Grande Conflito, não sendo raro o número dos que retornavam para casa cogitando em abrir “um novo e lucrativo negócio que apresentava como vantagem, o fato de ainda ser pouco explorado”, e que poderia servir de meio para contornar o desemprego em massa advindo da pequena recessão pós 1919¹⁶⁰.

Alguns desses homens dedicaram-se ao transporte de malas postais dirigidos pelo Correio ou então compraram aviões desmobilizados, assumindo o risco das precariedades intrínsecas aos aparelhos que eram leiloados às centenas e sem vistoria legal alguma em território norte-americano. Isso também elevou espetacularmente o aumento no número de pilotos que se dedicavam a vôos de exibição e de taxi-aéreo naquele país¹⁶¹. Todas essas atividades levaram a descoberta de novos empregos para a aviação tais como, a patrulha florestal, o combate às pragas nas plantações de algodão e tabaco e o levantamento aero fotográfico; assim essa atividade, antes

¹⁵⁹ PEREIRA, Aldo. *Breve história da aviação comercial brasileira*. Editora Europa. 1987.p. 34.

¹⁶⁰ *Idem*, p. 35.

¹⁶¹ *Idem*, p. 35.

realizada por indivíduos, transformou-se pouco a pouco numa forte estruturação empresarial.

A segunda pessoa mais favorecida pelo diretor dos Correios norte-americano e que muito interessou à aviação brasileira foi o igualmente milionário, Juan Terry Trippe¹⁶². Trippe foi um jovem apaixonado por aviação e finanças, e com apoio de seu pai banqueiro, organizou a *Colonial Air Transport*, contando sempre com a contribuição de pessoas ricas e influentes de seu meio, que funcionavam como contatos facilitadores diretos com o governo para a obtenção do seu primeiro contrato de transporte de malas postais entre Nova York e Boston¹⁶³. Trippe comprou monomotores *Fokkers* com capacidade de transportar oito passageiros por viagem. Os vôos seriam regulares, mas não tanto, pois as viagens condicionavam-se à demanda suficiente de prováveis clientes¹⁶⁴.

Para criar essa demanda, propagandeava aos seus financiadores que tinha planos de se estender do Oeste até o Alasca e para o Sul até as Antilhas (e quem sabe de lá para o mundo). Sua megalomania de jovem empreendedor teve de ser contida tanto pelo governo como por seus sócios, mas isso não o desanimou. Foi para Miami e lá reuniu duas pequenas empresas sob um título grandioso que se coadunou com seu sonho de unir pelo céu as duas Américas, ali fundava a *Pan American Airways Inc.*¹⁶⁵

Trippe começou a ganhar dinheiro ao transportar americanos sedentos para Havana onde não era crime consumir bebidas alcoólicas. Os Estados Unidos enfrentavam a Lei Seca em pleno vigor, o que estimulou a demanda do transporte aéreo para a região. Ao contrário de Trippe, a maioria dos operadores escolhidos pelo governo não estava interessada em transportar passageiros, pois a maior parte das empresas avaliava esse tipo de condução como inadequada e cara, o que tornava o custo da passagem considerável e pouco lucrativa inicialmente. Alguns empresários chegaram a desestimular seus próprios *habitués* aumentando continuamente a tarifa cobrada. Eram apenas os que não conseguiam malas postais que se interessavam por

¹⁶² Disponível em <http://www.lewrockwell.com/orig/young4.html> Acessado em 16/05/2008.

¹⁶³ Disponível em http://www.jetsite.com.br/2006/comp_aereas2.asp?codi=331. Acessado em 16/05/2008.

¹⁶⁴ PEREIRA. A. *Op. Cit.*, 1987.p. 36.

¹⁶⁵ Disponível em: <http://www.lewrockwell.com/orig/young4.html> (*The Rise and Fall of Pan-State Airways*). Acessado em 16/05/2008.

passageiros e o faziam esperando “igualdade” de rotas ainda não incluídas nos contratos dos Correios. A segura subvenção governamental era o que realmente lhes interessava¹⁶⁶.

Era a década de 1920, auge da especulação financeira no mundo e o sucesso de Charles A. Lindbergh, ao realizar o notável vôo solitário de Nova York a Paris, animou a muitos a se dedicarem aos investimentos na aviação, todos sempre na esperança de fazer fortuna em curto prazo. A especulação era tão desenfreada que chegaram a forçar a alta das ações da *Seaboard Air Line*, que apesar do nome, era na verdade, uma empresa ferroviária¹⁶⁷.

Os conceitos sobre a aviação se modificaram e os negócios até então dedicados a viver de subvenções governamentais pelo transporte de correios se alteraram. O antigo comportamento de investimento individual começou a ser forçando para a aglutinação das empresas: a *North American Aviation*, apoiada pela *General Motors*, obteve controle da *Eastern Air Transport* e da *Transcontinental*. A *United Aircraft & Transport Company* absorveu a *Boeing Air Transport* com um contrato de correios e a *American Airways* (depois *Pan American Airways*) comprou uma coleção de companhias mal organizadas e antieconômicas, dentre elas a *NYRBA do Brasil S.A.* e cedo se transformou na mais lucrativa empresa norte-americana, chamando por isso, a atenção do governo estadunidense¹⁶⁸ sobre todas as outras durante a Segunda Guerra Mundial.

Dentre os políticos que criavam condições favoráveis ao expansionismo das empresas aéreas americanas, destaca-se Walter F. Brown que em 1929 foi nomeado Diretor Geral dos Correios e sabia do arrebatamento que também havia tomado o então presidente Herbert Hoover pela aviação. Ambos haviam sido colegas de trabalho no Ministério do Comércio anos antes das eleições¹⁶⁹.

Com amplos poderes outorgados pelo Congresso na investidura como Diretor Geral, Brown deu asas ao seu entusiasmo e implementou uma administração temporariamente eficiente porém muito tendenciosa: imaginou que pudesse convencer as companhias de aviação e o governo a desenvolver as atividades

¹⁶⁶ PEREIRA. A. Op. Cit., 1987.p. 37.

¹⁶⁷ *Idem*, p. 38.

¹⁶⁸ *Idem*, pp. 38 - 323.

¹⁶⁹ *Idem*. p. 39.

essenciais ao transporte de passageiros e encorajou os fabricantes de aviões a construí-los maiores e mais velozes, atraindo desse modo a atenção do grande público para viagens.

Nada errado, não tivera Brown conseguido que o Congresso alterasse a lei do correio aéreo para que o seu Departamento pagasse não pela quantidade de malas transportadas, mas pelo espaço disponível para o seu transporte. Pela Lei McNary-Waters, o Diretor Geral ficou autorizado a pagar às empresas aéreas importâncias correspondentes ao “espaço disponível” voado. Quanto mais o “espaço” voasse, vazio ou não, mais dinheiro receberiam¹⁷⁰.

Este procedimento levou a muitos abusos. A nova lei instruiu o Diretor a “unificar” a indústria do transporte aéreo. E isto ele fazia com sentimento de desforra, arranjando uma série de reuniões com representantes empresariais, excluindo as independentes que não transportavam um número considerado satisfatório de passageiros, sempre alegando que estas estavam sendo inadequadamente financiadas e dando prejuízo ao governo.

Ignorando o que a própria lei estipulava sobre o estímulo da concorrência, Brown deu arbitrariamente dezoito dos vinte prêmios a empresas controladas pelas três grandes “holdings” do país, criando assim o sistema “*widespread*” (espalhado) das linhas aéreas que resguardava. A *United Airways* absorveu quatro empresas para poder criar a linha transcontinental para o norte. Outras quatro se uniram para formar a *Transcontinental & Western Air* para operar pelo centro e a *American Airways* reuniu outras quatro divisões para criar a linha costa-a-costa pelo sul do continente¹⁷¹. Quando este diretor assumiu seu posto, existiam 48 empresas em pleno funcionamento nos Estados Unidos. No fim de dois anos de gestão, sua unificação havia cessado as operações de 23 empresas, além daquelas que à força se juntaram às suas protegidas.

Quando Roosevelt foi eleito presidente da República em 1933, um Congresso dominado por democratas voltou sua atenção para as prerrogativas de Brown e o perquiriu pelo fato de ter pagado às empresas concessionárias o valor estratosférico de US\$ 78 milhões de dólares por um serviço de transporte de malas postais que não

¹⁷⁰ *Idem*, p. 38.

¹⁷¹ *Ibid.* p. 38.

deveria ter excedido os US\$ 42 milhões. Nessa conjuntura a Pan American Airways instalava sua subsidiária no Brasil, a *Panair do S.A.* absorvendo a NYRBA do Brasil S.A.¹⁷².

Iniciada a Segunda Guerra, outros aliados como a Grã-Bretanha e a França, passaram a destinar verbas à aviação militar ao invés da civil, ao contrário do que os Estados Unidos vinham fazendo, aumentando com isso, sua capacidade de concorrência. Isso se tornou a válvula de progresso que permitiu a fabricação de modernos motores americanos que suplantavam os europeus no quesito segurança, simplicidade, economia, tudo sempre pautado na eficiência entre aumento da potência em relação ao peso das aeronaves¹⁷³.

As fábricas precisavam enormemente se coadunar às novas exigências que a Segunda Guerra trazia e as revoluções da engenharia aeronáutica condiziam agora ao que as empresas buscavam: aviões suficientemente grandes e econômicos que fizesse dinheiro simplesmente transportando pessoas e que além de rápidos e seguros, também proporcionassem uma viagem mais confortável e confiável. Os Trimotores Ford e Fokkers no mercado até então não preenchiam esses quesitos.

Em 1932 Jack Frye, então gerente da TWA, escreveu ao projetista de aviões Donald W. Douglas, que então lutava com dificuldades, perguntando-lhe se estava interessado em construir um avião trimotor inteiramente metálico, com capacidade para 12 passageiros e dois tripulantes com velocidade de 150 milhas por hora. Com sua fábrica fechada pela Grande Depressão de 1929, Douglas se interessou e seus engenheiros fabricaram o bimotor denominado Douglas Commercial ou DC-1, um modelo revolucionário e que influenciaria a engenharia de todos os outros aviões comerciais dali em diante¹⁷⁴.

Enquanto isso, o Estado norte-americano já trabalhava a necessidade de promover sua racionalização burocrática devido à aproximação da Segunda Guerra, ampliando suas agências governamentais. Mobilizaram especialistas, muitas vezes incorporando-os tanto aos novos departamentos quanto aos permanentes, deslocando-os sempre de acordo com alguma necessidade emergente. Não

¹⁷² Disponível em http://www.jetsite.com.br/2006/comp_aereas2.asp?codi=492 Acessado em 05/12/2007.

¹⁷³ PEREIRA. A. *Op. Cit.*, 1987, p. 37.

¹⁷⁴ *Idem*, p. 40.

raramente, eram enviados às Repúblicas vizinhas de modo a construir uma verdadeira trama de apoio às decisões de política externa Aliada e para observar a evolução comercial de empresas comerciais, inclusive as aéreas na região¹⁷⁵.

Desde 1927 operavam na América do Sul e especialmente no Brasil, empresas de transporte aéreo vinculadas aos investimentos de países como Itália e Alemanha, sendo as de maior destaque, a *Lufthansa*, a *Condor Syndikat* e a *Linee Aeree Transcontinentali Italiane* ou *LATI*¹⁷⁶.

A primeira de origem alemã era a *Lufthansa*, que atuava também em outros países da América Latina. Estabelecida no Brasil em 1927, foi nacionalizada no mesmo ano em atendimento às exigências da Constituição brasileira. A segunda mais importante era a *Condor Syndikat* (subsidiária da *Lufthansa*) que também mantinha uma extensa malha aérea no Brasil e abrangia conexões em grande parte da América do Sul. A *Condor Syndikat* abrangia à sua disposição aviões que voavam no Chile, na Argentina, na Bolívia, e também apreendia contratos com o *Lloyd Aereo Boliviano* - igualmente propriedade de imigrantes alemães-, e no Peru, onde pousavam aviões da *Lufthansa*.

Havia além disso, uma subsidiária da estatal italiana *Ala Littoria Italiani*, que desde 1934 ligava a Itália às suas colônias na África e a outros países europeus: conhecida como *LATI -Linhas Aéreas Continentais Italiana*) foi fundada por Benito Mussolini em 11 de setembro de 1939 e por três anos tornou-se a única ligação aérea direta entre o Brasil e a Europa. Transportava passageiros, carga e correspondências, incluindo nelas malas diplomáticas de vários países.

Nessa conjuntura, a existência dessas empresas acabou por si só, tornando-se prova aos olhos do governo dos Estados Unidos, de que tanto a Itália como a Alemanha mantinham propósitos não restritos ao mero intento de expansão empresarial, e inclusive praticavam sob esse disfarce, espionagem e contrabando de materiais estratégicos para fins militares. Não tardaria muito para que a Inteligência Aliada depositasse “observadores” brasileiros nos aviões subsidiados pelo Eixo para

¹⁷⁵ QUINTANEIRO, Tânia. *A LATI e o projeto estadunidense de controle do mercado da aviação Brasil.*, VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: Jan/Jun 2007.

¹⁷⁶ SEINTENFUS, Ricardo. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial* / Ricardo Seintenfus. – 3.ed. – Barueri, SP : Manole, 2003. p. 241.

exercer “contra-espionagem” de manobras ponderadas como suspeitas, pois o Brasil nesse momento parecia pouco competente para fazê-lo.

A análise das trajetórias de empresas como a *LATI*, *Sindikát Condor* e *Lufthansa* durante o período compreendido entre 1927 e 1945 no Brasil, torna inteligível a ação concertada do aparelho de Estado norte-americano para atender às novas oportunidades econômicas que afloravam, implementado assim um peculiar padrão de concorrência entre suas empresas e as européias: esse protótipo concorrencial estava endossado pelas necessidades da guerra ¹⁷⁷.

Em 1941 a *LATI* operava um vôo semanal que saía de Roma, fazia escala na Ilha do Sal, arquipélago de Cabo Verde, e em seguida aterrissava no Recife e no Rio de Janeiro. Em agosto, seus serviços se estenderam a Buenos Aires onde, assim como no Brasil, existiam grandes colônias de imigrantes italianos igualmente considerados bem integrados às comunidades locais. A notável ascensão social dessas famílias refletia-se em um mercado promissor para o transporte aéreo intercontinental do Eixo, alarmando os setores de política externa estadunidense, que tratou de substituí-las por investimentos de seus próprios capitais nesse ramo.

Nessa forçosa operação de abertura comercial, as companhias aéreas vinculadas ao Eixo - dentre elas a estatal italiana - seriam duramente golpeadas pelo governo estadunidense e contavam de fato com o apoio do governo brasileiro, algumas delas sofreram represálias que culminaram em sua total paralisação. Em 1942, quando o Brasil tornou-se Aliado, os EUA passaram a agir com o apoio de alguns setores governamentais nacionais, que trabalharam no sentido de obstar tanto a aquisição de peças de reposição, como o acesso ao combustível de aviação, selando o destino de empresas como *LATI*. Aliás, o fim de seu trajeto se deu de forma semelhante a um sem número de companhias e estabelecimentos de outras especialidades cujo capital pertencia majoritariamente a empresários que mantinham conexões financeiras com países do Eixo. ¹⁷⁸

Essas companhias atuantes nas Repúblicas sul-americanas eram vigiadas por órgãos do Estado norte-americano mesmo quando os países que as recebiam ainda eram oficialmente neutros. Tomando o exemplo do Brasil, pode se afirmar que desde

¹⁷⁷ *Idem.* pp. 241 – 245.

¹⁷⁸ QUINTANEIRO, T. *Op. Cit.*, 2007. pp. 223- 224.

o verão de 1940, já agia como aliado inglês e enviava relatórios detalhados para informar sobre movimentações suspeitas de passageiros e funcionários das empresas aéreas. Estes passaram a ter suas rotinas devassadas: nos relatórios informava-se se os que transportavam eram civis, diplomatas ou militares; sobre suas cargas, e em particular, se as malas diplomáticas levavam materiais que merecessem atenção redobrada por serem considerados úteis para a industrialização militar e que fossem abundantes no Brasil.

Os Estados Unidos esforçavam-se tanto para impedir a comercialização como contrabando para os países do Eixo e, enquanto isso não se tornava possível por meio de tratados, procuravam seccionar a via de escoamento mantida por empresas como a *LATI*¹⁷⁹, que, seria a primeira das empresas aéreas a sofrer um ataque direto da espionagem britânico-americana.

De qualquer forma, as desconfianças estadunidenses não eram mero reflexo da paranóia da guerra. Hoje é sabido que vários espiões do Eixo detinham ótimas relações com integrantes da polícia do Rio de Janeiro ou com oficiais da Aeronáutica, a ponto de “possuir documentos que lhe davam o direito de entrar em todas as instalações militares e de subir a bordo dos navios surtos em águas nacionais. Adidos da embaixada alemã, como o Capitão-de-Mar-e-Guerra Hermann Bohny, usavam malas diplomáticas como correspondência disfarçada e mandavam informações secretas das estações clandestinas localizadas em galpões de “dentro” da *Lati*¹⁸⁰.

Mesmo que posteriormente o Estado Novo tenha trabalhado para fechá-la, inicialmente Vargas não possuía inicialmente a menor intenção de restringir qualquer atividade dessas empresas. Ressalte-se que o estímulo da concorrência comercial lhe era caro, sem contar que até mesmo o genro do presidente trabalhava nela (tratava-se do oficial da Aeronáutica Rui da Costa Gama, casado com Jandira, a filha mais velha de Vargas). Para que fosse possível uma ação do Estado brasileiro contra empresa italiana, o serviço secreto inglês precisou colocar em prática um plano ousado, visando desacreditá-la diante do país.

¹⁷⁹ *Idem.* pp.223-235.

¹⁸⁰ Inquérito do Departamento federal de Segurança Pública (Divisão da Polícia Política e Social). Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Setor Alemão. Caixa 0757. Pasta 18.

Antes é preciso ressaltar que uma das razões que levaram a perseguição da *LATI* pelos ingleses era o fato de que, somente nos seis meses que anteciparam maio de 1941, a empresa já havia levado para a Europa em 22 vôos, o equivalente a 3.711 kg de mica, 343 kg de pedras preciosas, 118 kg de platina e 3 kg de diamante industrial, sendo que seus vôos retornaram carregados de livros de propaganda nazi-fascista. Também transportaram volumes que contabilizados, chegaram ao considerável valor de 2.360 kg em produtos químicos e 360 kg de películas que procuravam demonstrar a superioridade alemã, isso sem contar o ouro, a prata e as jóias de condecorações destinadas a funcionários latino-americanos da empresa.

Diante da omissão de Vargas, os espões do lado Aliado pensaram em produzir uma carta falsa que desmoralizasse o presidente da empresa aérea na Itália, o general Aurelio Liotta. O conteúdo da missiva deveria se endereçar a Vincenzo Coppola, diretor geral da *Lati* no Rio de Janeiro e deveria conter palavras de desprezo pelos brasileiros, incluindo o próprio presidente Vargas. A ordem desse empreendimento saiu de um escritório da Rockefeller Center, em Nova York, sendo arquitetada conjuntamente pela Coordenação de Segurança Britânica – a BSC.¹⁸¹

Igualmente bons em sabotagem, os ingleses, roubaram dos arquivos da empresa italiana uma carta original assinada por Liotta, e conceberam uma nova tendo o cuidado de empregar até o mesmo tipo de máquina de escrever que usava o general, inclusive com suas imperfeições tipográficas. Além disso, o carimbo e o tipo de papel eram impressionantemente fiéis ao original, e o tipo tinta era particularmente encontrado apenas na Europa.

Datada de 30 de outubro de 1941, o texto estava em italiano perfeito e seu conteúdo era totalmente injurioso. Nele, chamava o presidente de “gordinho” afirmando que este “não passava de uma marionete nas mãos dos americanos, e que somente uma intervenção violenta por parte dos (já inócuos) “camisas verdes” (integralistas) poderia salvar a situação do país”, e mais: “nossos colaboradores de Berlim resolveram que tal intervenção deve ocorrer o mais cedo possível”. A carta

¹⁸¹ REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Brasília: Abin, v.1, nº1, dez.2005. (autor omitido).

ainda tratava os brasileiros como “nação de macacos” (...) “dispostos a servir a quem tivesse as rédeas nas mãos”¹⁸².

O passo seguinte foi fazer a tal carta chegar às mãos do presidente. Porém, não sem antes dar continuidade a segunda parte do plano: o de simular um assalto à casa de Coppola, que ingenuamente “caiu na armadilha” ao prestar queixa à polícia “por furto de documentos e objetos”. Mais adiante, o “ladrão” brasileiro (na verdade agente da BSC) ofereceria ao representante da *United Express* “uma carta” roubada da residência de Coppola. Logicamente, o jornalista não hesitou nem um segundo em negociá-la e depois endereçá-la a Jefferson Caffery (que por sinal, desconhecia o plano), que finalmente a entregou-a a Vargas. O presidente, muitíssimo ultrajado decidiu-se por cessar as atividades da *LATI*.¹⁸³

Entre 1941 a 1942, o Ministério da Aeronáutica do Brasil já colaborava totalmente com os americanos, e prestava contas à Embaixada dos movimentos de companhias como a *LATI*.¹⁸⁴ O Brasil registrava as reservas de combustível das companhias estrangeiras (estocado ou adquirido em outros países), as mudanças nos horários de vôo, os equipamentos usados, as peças de reposição, e com quem negociavam. Com base nessa rotina obtinha-se um quadro preciso do andamento das mesmas.

Quando o bloqueio inglês impediu que a Alemanha atendesse aos pedidos de reposição de peças solicitados pela *LATI*, esta se voltou aos representantes brasileiros das fábricas norte-americanas, a fim de obter pelo menos, dezoito grandes motores de avião de que necessitava com urgência e inclusive especulou-se que estaria disposta a pagar praticamente qualquer preço por eles. Tais pedidos não teriam resposta devido aos alertas do governo estadunidense que atribuía o frenesi da companhia italiana a seus propósitos militares e não às suas dificuldades financeiras.

O cerco dos Estados Unidos se completaria com a restrição dos suprimentos de gasolina e óleo a *LATI*, comercializados por distribuidoras daquele país. Foi proibido, por determinação expressa do Secretário de Estado, Cordell Hull, de se

¹⁸² COSTA, S. Corrêa da. *Crônica de uma Guerra Secreta*. Record, 2004, *passim*.

¹⁸³ VARGAS, Getúlio: *Diário* – São Paulo: Siciliano; Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. p.435.

¹⁸⁴ A carta forjada também atribuiu possíveis vantagens à concorrente Lufthansa.

fornecer a *LATI* gasolina de aviação por um período superior a 30 dias, sendo que o embaixador britânico no Rio de Janeiro fora o inspirador de mais essa idéia¹⁸⁵.

O fator importante desse episódio era a condição de exclusividade mantida pela empresa italiana sobre a prestação de serviços aéreos entre o Brasil e alguns países da Europa, sendo que eram consideradas altamente essenciais ao serviço diplomático nacional. Até mesmo o Ministro Oswaldo Aranha notório pró-aliado, não autorizou tão facilmente a suspensão de suas operações sob risco de romper as comunicações entre o Brasil e as demais missões diplomáticas localizadas naquele continente. Isso garantiu a *LATI* alguma condição favorável para negociar, caso os norte-americanos apertassem o bloqueio cortando de vez os combustíveis que vendiam à empresa, mas não por muito tempo¹⁸⁶.

Toda essa movimentação em prol da expulsão da *LATI* e das demais empresas aéreas da América do Sul articulava-se ao programa estadunidense de “desgermanização”. Tal programa funcionava também para os demais setores no Brasil, onde o mesmo procedimento de “desgermanização” ou “brazianianização” (que era uma vertente muito mais profunda do significado desses expurgos da administração Vargas) se deu em escolas particulares localizadas em colônias de imigrantes, agências de propaganda vinculadas a partidos políticos, associações e jornais influenciados pelo Eixo.

O interessante dessa história é que a instauração do Estado Novo havia sido saudada entusiasticamente pelas embaixadas alemã e italiana no Rio de Janeiro. Alguns chegaram a cogitar que daí em diante “não poderia o governo do Brasil nunca ser econômico ou politicamente desfavorável aos governos do Eixo, já que o presidente desprendia-lhes sempre atitudes amistosas e permanecia no poder”¹⁸⁷. Por conseguinte, era improvável que ele viesse a se “submeter” às pressões norte-americanas e abandonasse seus acordos com o *III Reich*. Na embaixada alemã, nem

¹⁸⁵ COSTA, S. *Op. Cit.*, 2004, p.226.

¹⁸⁶ A *LATI* mantinha exclusividade da rota européia, assim como *Pan American Airways* detinha a rota internacional do Brasil para os Estados Unidos, controlando também as ligações domésticas do Brasil através da *Panair do Brasil*. A família de Vargas e o próprio presidente utilizaram-se inúmeras vezes dos serviços da *PAA* para se dirigir aos Estados Unidos, prestando muitas vezes, homenagens e agradecimentos aos seus serviços. VARGAS, Getúlio: *Op.Cit.*, 1995. pp. 135,489,510/I; 54,219,249,308,312,342,344/II.

¹⁸⁷ HILTON, Stanley E. “*Ação integralista brasileira: Facism in Brazil, 1932-1938*” *Luso-Brazilian Review* n° 9, dezembro, 1972, pp. 268-269.

mesmo o embaixador Karl Ritter previa o conflito político que atingiria o Brasil e os interesses alemães nos anos seguintes. Mesmo que começassem a ocorrer algumas reações dos governos locais dos estados do sul do Brasil às atividades nazistas, os encarregados alemães não perceberam nisso um problema considerável, que pudesse fazê-los insurgir contra as autoridades federais brasileiras.

Mais uma vez os analistas políticos do Eixo Estavam errados quanto os interesses do Estado Novo. Sua instauração trouxera consigo o nacionalismo e a preocupação com a unidade nacional, e os esforços proselitistas dos agentes nazistas se tornavam cada vez mais ofensivos às autoridades brasileiras, e em particular aos estrategistas militares preocupados com questões de integração e segurança interna. A solução dos problemas para os comandos locais passava por forçar a assimilação das colônias aos costumes brasileiros e por termo à propaganda que fosse considerada inadequada por parte dos partidos políticos estrangeiros estabelecidos no Brasil ¹⁸⁸.

As relações entre Brasil e a Alemanha haviam atingido seu ponto mais baixo depois do *putsch* integralista, ocorrido ainda em maio de 1938, ocasião do rompimento de Vargas com os camisas-verdes, fato que se tornou uma das maiores surpresas do Estado Novo. Nesse momento foi informado a Plínio Salgado de que sua participação no governo dependia da dissolução da Organização Integralista. Salgado perdeu o controle do partido e houve uma tentativa dramática de insurgência em que foram sitiados Vargas, sua família e servidores pessoais no Palácio da

¹⁸⁸ Quanto às colônias italianas e alemãs fixadas no sul do Brasil, faz-se necessário abrir ressalvas para as diferenças que os países de origem haviam deixado nelas. Primeiramente a Itália em relação à América do Sul era mais pragmática em termos de expansão e influência. Além da consciência da distância entre os países, estava ciente da hegemonia norte-americana. De qualquer forma, sua política havia mudado, no sentido de ampliar questões que antes eram centradas na questão dos emigrantes e do comércio para a política, cultural e de buscar apoio brasileiro às suas pretensões mediterrâneas. A Itália desapontava-se com suas colônias, no entanto, que apesar de manterem sua “italianidade” tinha pouco interesse na participação política brasileira. Assim, o governo italiano depositou suas esperanças do peso integralista, que poderia servir-lhe como interlocutor e influenciador dentro do governo Vargas. Um plano de invasão italiana estava totalmente descartado (ao contrário de uma invasão alemã que tanto preocupava as autoridades locais) . O que antes a Itália sabia que poderia ter do Brasil era apoio moral ao Fascismo, tal como, aquiescência para a invasão da Abissínia. O Brasil de fato não aderiu ao boicote patrocinado pela SDN e Inglaterra, mas igualmente não seria por pressão política italiana e sim por interesses de neutralidade brasileira e norte-americana. Apesar da admiração que Vargas nutria por Mussolini, não eram certamente soldados subjugados esperando ordem do consulado. BERTONHA, João Fábio. *O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943*. RBPI. 1997. pp.111 - 121

Guanabara. Essa revolta foi atabalhoada e limitada ao local, facilmente esmagada, consistiu no único desafio político interno que Vargas enfrentaria até 1945.

Com isso Vargas não só afastava qualquer ameaça a sua autoridade como também sabia que tipo de impacto positivo que esse incidente havia provocado na opinião dos *policy-makers* norte-americanos¹⁸⁹.

Enquanto isso, mais negociações com outras companhias aéreas e as forças políticas locais se iniciaram. A *Pan American Airways Inc.* passou a ser “representante”, a “opção” que o governo norte-americano sugeriu para o Brasil em relação às rotas da *Lati*.

A PAA ou *Pan Am* como era conhecida, além de substituir a antiga concorrente européia, teria também a árdua missão de construir e modernizar os obsoletos aeroportos do Brasil. Embora se tratasse de uma companhia privada, a PAA, acabou por se tornar o instrumento mais evidente da política de aviação que os Estados Unidos usaram no Brasil, e era única companhia norte-americana preparada para inaugurar naquela conjuntura e de forma tão imediata os serviços transatlânticos entre o Brasil, Estados Unidos e a Europa”¹⁹⁰

Como já dito, o governo norte-americano implantara a política de “desgermanização”, intencionando o apoio dos governos nacionais sul-americanos para viabilizar essas intervenções estruturais. Mas enquanto em Washington se esperava o aval proibitivo das aterrissagens de empresas pró-Eixo em pistas brasileiras, o que se constatou era que Vargas não parecia tão “ansioso de fazer tais proibições voluntariamente, pelo menos não antes de outubro de 1941(o mesmo comportamento fora detectado no governo da Bolívia)”. Ao que parece, Integralismo, aviação, Desgermanização, eram interpretações diferentes entre a política de Vargas e a Norte Americana.

¹⁸⁹ HILTON, S. *Op. Cit.*, 1972. pp.10-14.

¹⁹⁰ Arquivo: Getúlio Vargas Classificação: AGV c 1941.10.30/2Data: 30/10/ a 23/12/1941. Qtd.de documentos: 8 (22 fl.). Documentos sobre as atividades secretas da *LATI (Linee Aeree Transcontinentali Italiane S.A.)* e da *Condor*; a preocupação dos Estados Unidos com a ameaça que tais empresas podem provocar na defesa do hemisfério; planos da LATI junto ao Governo Brasileiro e alemão; concentração de seus navios no Nordeste; estoque de combustível em seu poder; providências tomadas pelos Estados Unidos, etc. Roma, Rio de Janeiro (Vol. XXXVI/53, 60, 86b, 86a, 61, 86c e 86d).

¹⁹⁰ QUINTANEIRO, T.*Op. Cit.*,2007, p. 227.

Países como Peru já havia feito nacionalizações de empresas como a Condor, e muitos norte-americanos passaram a assumir os cargos deixados pelos antigos técnicos alemães. Um grande número destes novos funcionários pertencia às forças armadas estadunidenses, o que fez com que os peruanos chamassem esse tipo de nacionalização de mera farsa¹⁹¹.

Os norte-americanos também não puderam tardar em oferecer como contraproposta aos fechamentos, serviços aéreos substitutos aos equivalentes suspensos de empresas como a *LATI*. Tais substituições eram denominadas pela agência negociadora americana, *A Defense Supplies Corporation* (Corporação dos Fornecimentos de Defesa) de “munição não-aeronáutica”, pois durante o processo de encerramento das operações, ofereciam os serviços aéreos da *Pan American Airways*. Um exemplo disso aconteceu com a linha Brasil-Lisboa que estava disposta a cumprir-se no prazo de 30 dias.

Embora a indústria norte-americana fosse capaz, pelo menos em médio prazo, de oferecer serviços substitutivos por meio da *Pan Am*, teve de lidar também com mais uma obliquidade de manifestações sentimentais nacionalistas entre os funcionários brasileiros, principalmente por parte dos militares que agora, passaram a se sentir patrioticamente representados por uma curiosa conexão com as empresas de aviação européias.

Apoiado em informações confiáveis ou em meras suposições, um consultor da DSC sugeriria que Vargas preferiu mover-se primeiramente de forma indireta contra as empresas pró-Eixo, pois esperava que as companhias privadas dos Estados Unidos tomassem a iniciativa em questões como a restrição de gasolina e de concorrência para não envolver diretamente o Brasil nessas manobras¹⁹². A dramaticidade das decisões do Brasil era por que este ainda não estava totalmente preparado para nenhuma retaliação externa, sendo assim, era preciso disfarçar suas

¹⁹¹ Arquivo: Getúlio Vargas Classificação: GV c 1941.10.30/2Data: 30/10/ a 23/12/1941Qtd.de documentos: 8 (22 fl.)Documentos sobre as atividades secretas da *LATI (Linee Aeree Transcontinentali Italiane S.A.)* e da Condor; a preocupação dos Estados Unidos com a ameaça que tais empresas podem provocar na defesa do hemisfério; planos da *LATI* junto ao Governo Brasileiro e alemão; concentração de seus navios no Nordeste; estoque de combustível em seu poder; providências tomadas pelos Estados Unidos, etc. Roma, Rio de Janeiro (Vol. XXXVI/53, 60, 86b, 86a, 61, 86c e 86d).

¹⁹² QUINTANEIRO, T. *Op. Cit.*, p. 228.

omissões ou permissões, dando a elas, um ar de iniciativa comercial, independente de se constituir em uma concorrência desleal.

Nesse ínterim, chegou à embaixada no Rio de Janeiro um comitê indicado pela Câmara norte-americana para avaliar, nos países do sul para onde se dirigia o correio aéreo, a segurança, a adequação, o grau de suficiência das aeronaves e aeroportos, o treinamento e a competência do pessoal e das tripulações de vôo que as operavam, o auxílio de navegação aérea, incluindo serviços de rádio e de clima.

Havia a expectativa para os próximos anos, de um considerável aumento no número de cidadãos dos Estados Unidos que voariam para a América do Sul. A presença de comitês americanos era também expressão do grande interesse nas perspectivas de crescimento do mercado que poderiam se materializar com o término da guerra, quando os Estados Unidos voltassem seus recursos militares à construção de aviões civis que não serviriam apenas para linhas domésticas, mas também ao serviço transcontinental e transoceânico.

Em relação à agonia da *LATI*, já se sabe que a linha se tornara extremamente perigosa de viajar nos anos de 1941 a 1942 em razão de suas relações com os representantes do Eixo e suas e correspondências¹⁹³.

Além de ser considerada pelos Aliados a propaganda aérea do Eixo, a *LATI* recebeu acusações de que prestava informações a seu governo e ao da Alemanha sobre o movimento dos barcos britânicos. Igualmente acusada de sabotagem foi responsabilizada por radiografar aos alemães a localização de cruzadores e portas aviões e navios aliados na costa brasileira¹⁹⁴. Os americanos afirmavam ter provas contra ela e enviaram memorandos ao Brasil, também fazendo a mesma acusação sobre a *Condor*, já que esta atravessava importantes rotas internas, principalmente rumo à Amazônia. Em razão disso, a primeira teve de ser eliminada e foi substituída

¹⁹³ *Idem*, p.226.

¹⁹³ *Idem*, p.226

¹⁹⁴ AGV c 1941.10.30/2 Data: 30/10/ a 23/12/1941 Qtd.de documentos: 8 (22 fl.) Documentos sobre as atividades secretas da LATI (Linee Aeree Transcontinentali Italiane S.A.) e da Condor; a preocupação dos Estados Unidos com a ameaça que tais empresas podem provocar na defesa do hemisfério; planos da LATI junto ao Governo Brasileiro e alemão; concentração de seus navios no Nordeste; estoque de combustível em seu poder; providências tomadas pelos Estados Unidos, etc. Roma, Rio de Janeiro (Vol. XXXVI/53, 60, 86b, 86a, 61, 86c e 86d). fls. 4 - 5.

pelos serviços da *Federal Loan Agency* (governo americano)¹⁹⁵ enquanto a segunda foi nacionalizada.

O Departamento de Estado também pressionou a RFC (*Reconstruction Finance Corporation*) para que fechasse um acordo com a *Pan Am* a fim de que esta iniciasse um voo semanal com grandes aviões na rota New York, Belém, Natal, África Ocidental Portuguesa e Lisboa.

Esse tipo de acordo era de fato a única razão para o estabelecimento de um serviço substituto, e permitiu iniciar as operações com um único avião dentro de 60 dias e com dois aviões no fim de 90. Um serviço quinzenal também pôde ser estabelecido por um avião e um serviço semanal por dois aviões. A *Pan Am* também conseguiria DC3s adicionais entre Natal e Buenos Aires, substituindo as rotas da *LATI* entre esses dois pontos.

Funcionários do Departamento de Estado pensavam em discutir o assunto com a *Pan Am* “antes de mencionar tal fato aos brasileiros”. Se a *Pan Am* não se dispusesse a assumir a rota, era o caso de insistir para que o fizesse a *Panair do Brasil*, sua subsidiária. Havia ainda outro modo mais ortodoxo para pôr em funcionamento o *Pan American Airways* ou uma de suas filiais: como forma de escapar a meandros legais, havia a terceira opção de registrar em outro país, como no Panamá, os aviões operados pela *Pan Am*¹⁹⁶.

Devido às provisões do Ato de Neutralidade, não eram concedidos direitos de aterrissagem e registro para aviões comerciais dos Estados Unidos nas duas possessões britânicas na costa ocidental da África (Serra Leoa e Gâmbia Britânica). Entretanto, a operação de um serviço comercial por um avião do exército estadunidense era indesejável. A *Pan Am* vinha aterrissando em Bolama, na Guiné portuguesa, mas esse direito estava por expirar e, em vista do grau de influência alemã em Portugal, acreditava-se que possivelmente não fosse renovado¹⁹⁷.

Quando a *LATI* foi substituída, o benefício mais amplo a ser obtido, caso a ação fosse bem-sucedida, era a proteção de direitos futuros dos Estados Unidos no Atlântico sul. Então, para assegurar o empenho da *Pan Am* em operar a rota, era

¹⁹⁵ QUINTANEIRO, T. *Op. Cit.*, p. 230 – 235.

¹⁹⁶ *Idem*, pp. 230 - 235.

¹⁹⁷ *Idem*, pp. 230 – 235.

necessário definir de que fonte seriam obtidos os subsídios legais, sem desconsiderar o apelo simbólico que poderia ter, para o governo brasileiro, se uma futura operação transatlântica também fosse feita através da *Panair do Brasil S.A.*¹⁹⁸

Quando finalmente o sinal de abatimento da *LATI* foi permitido, o primeiro passo foi cortar a gasolina. Os Estados Unidos informariam à *Standard Oil* do Brasil e ao governo brasileiro que não mais permitiriam a importação de gasolina para a companhia italiana, e que tratariam de assegurar de que o combustível não lhe chegaria por outras fontes. Entretanto, a *LATI* tinha reservas para ao menos quatro meses e, para que elas se exaurissem, era preciso impedir vazamentos no esquema, pois a *Standard Oil* estava proibida de fazer entregas adicionais, mesmo em emergências, e de transferir os estoques da *LATI*¹⁹⁹. Sua situação também era desconfortável por não deter um contrato assinado com a *Standard Oil*. Desse modo, não havia como impetrar um processo jurídico contra esta, como fizera a *Condor*.

A *LATI* começou a demonstrar sinais de cansaço, pois os seus suprimentos estavam em rápida baixa. Cessou a rota Recife-Rio de Janeiro e transferiu à *Condor* seus passageiros e fretes. Apesar de ter ameaçado apelar à polícia local para obter a posse da gasolina de aviação, legalmente pertencente a ela e estocada no armazém da *Standard Oil*, a embaixada americana estava segura de que nem assim iria conseguí-la.²⁰⁰

O embaixador Jefferson Caffery tentou obter um compromisso verbal de Vargas de que eliminaria as linhas do Eixo. Se, além disso, conseguisse convencê-lo a comprar a *Condor*, estariam completamente confirmadas as “boas intenções brasileiras para com os EUA”.

Os Estados Unidos finalmente haviam entrado na guerra e os reflexos políticos imediatos chegaram ao território brasileiro. Quatro aviões italianos foram obrigados a manter-se estacionados no Recife, e tornaram-se tema de tensa negociação entre Caffery e o Ministro brasileiro da Aeronáutica. Enquanto o primeiro não pretendia liberá-los a retornar a Roma, o segundo resistia à idéia de

¹⁹⁸ McNANN, F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p.183.

¹⁹⁹ QUINTANEIRO, Tânia. *A LATI e o projeto estadunidense de controle de mercado no Brasil*. Revista Varia História, Belo Horizonte, VOL. 23, n° 37: Jan / Jun. 2007, p.230 – 235.

²⁰⁰ *Idem*, pp. 226-235.

prender suas tripulações, e declarava que não tinha interesse na compra dos equipamentos italianos.²⁰¹

O embaixador italiano, Ugo Sola, acionou seus contatos políticos para conseguir que a *LATI* retomasse suas rotas intercontinentais, mas o Ministro da Aeronáutica, impaciente, informou-lhe de que o governo estadunidense dizia-se disposto a atirar nos aviões da companhia italiana se preciso fosse. Como sinal de resistência, a empresa declarou-se disposta a enfrentar o tal risco de “acidentes” para repatriar sua tripulação, juntamente com os seus aparelhos.

No jogo de ameaças, o governo Mussolini assegurou que também “poderiam ocorrer alguns acidentes” com os aviões norte-americanos que trafegavam entre New York e a Europa (via Açores). A *LATI* tentou uma saída, oferecendo ao governo brasileiro a cessão de toda sua infra-estrutura no Brasil, e confiando a tripulações brasileiras o vôo entre o Brasil e a Ilha do Sol.

Nova negociação sobre o retorno das aeronaves à Itália foi iniciada por Sola, que se referiu a um acordo entre as potências em guerra de que aviões comerciais não podiam ser presos. Aranha teria dado uma resposta evasiva e a embaixada norte-americana mantinha firmemente a idéia de que a natureza da *LATI* era militar e não comercial.²⁰²

Quanto a Vargas, tema da aviação também lhe conferia tonalidade ambígua. Pode-se até mesmo detectar amarguras por aquelas perdas comerciais e políticas com a Europa devido ao alinhamento automático, sem contar a margem de autonomia que temia se consumir diante de seus pares no próprio continente. Nesse ponto, parece que concordava mesmo que secretamente, com os antigos questionamentos que a Argentina fizera sobre o significado do alinhamento total do Brasil com os Estados Unidos.²⁰³

Quanto às bases que futuramente seriam construídas, o mais interessante fato que se pode extrair sobre “a cercania do novo lago de Washington” é que as futuras instalações no Brasil abraçaram não apenas os territórios receptores vinculados a defesa militar nas Américas, mas se transformariam em iniciativas que privilegiariam

²⁰¹ *Idem*, p. 235.

²⁰² D' ARAÚJO, M. C. *Op. Cit.*, pp. 17-41.

²⁰³ *Idem*, p. 21.

tanto as relações com governo estadunidense como também seus interesses comerciais, tais como suas empresas aéreas. A cessão de bases no nordeste e o fechamento das agências aéreas vinculadas ao Eixo são os melhores exemplos que se podem tirar dessa afirmação, pelo menos no Brasil.

Restavam ainda *Condor* e a *Luftahnsa*. Apesar de desejar a autonomia aérea de sua nação, Vargas concluiu que pouco havia sobrado fora das diretrizes norte-americanas e era com uma tristeza indisfarçável que concluía que “faltava alternativa para não fazer tais concessões” tanto para as empresas aéreas como para a posterior ocupação do nordeste por “aqueles técnicos”, isso sem contar a total falta de simpatia com a causa liberal²⁰⁴.

Apesar das negociações sobre Volta Redonda e da instalação de um Banco Central no Brasil²⁰⁵ terem se iniciado, a concessão de bases no Nordeste foi para todas as maneiras, interpretada como uma imposição, como um resultado que independeu de escolhas. O país estava sendo, segundo Vargas, jogado em uma “aventura” e não se sentia confortável com o papel que achava estar desempenhando, o de agente submisso. O Pan-Americanismo para alguns era uma espécie de letra morta e os países latino-americanos não eram parceiros ou pares: diante de toda essa conjuntura arquitetada pelos EUA, o Continente tinha um dono mais forte, toda a conversa sobre promoção da democracia e da luta pela liberdade, na verdade, lhe soava falaciosa, o pan-americanismo poderia ser traduzido como *United Nations for North America*.

Para Vargas, a forma de se obrigar a nacionalização das companhias aéreas e em especial a cessão de bases no nordeste arranharam suas concepções de forma indelével. Em seu diário, chegou a registrar que lamentava ter de alterar seu sentido de autoridade perante súditos e oficiais, e que sentia pesar, principalmente, quando precisava se apresentar diante das outras nações estrangeiras. Lamentava, que apesar de suas tentativas, não ter conseguido “retardar” o máximo possível, o processo de alinhamento e suas conseqüências.²⁰⁶

²⁰⁴ D' ARAÚJO, Maria Celina. *Op. Cit.*, 1997, pp. 17-41.

²⁰⁵ http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_07jul1937.htm (Acessado em 10/04/2008)

²⁰⁶ D' ARAÚJO, Maria Celina. *Op. Cit.*, 1997, pp. 17-41.

²⁰⁶ *Idem*, p.21.

3.2 A Panair do Brasil S.A. e a instalação de bases militares no nordeste brasileiro.

A história da aviação comercial brasileira inicia-se da seguinte forma: “o aviso 60/G do Ministério da Aviação e Obras Públicas, de 26 de janeiro de 1927, outorga à firma alemã ‘Condor Syndikat’, com sede em Berlim, a “autorização especial, por prazo não excedente de um ano, para estabelecer, a título precário e de experiência, o tráfego aéreo por meio de hidroaviões entre o Rio de Janeiro e a cidade do Rio Grande e Porto Alegre, com escala em Pelotas, Santa Vitória do Palmar, podendo se estender até Montevideú, caso tivesse autorização do Uruguai para esse fim”²⁰⁷.

Porém, a primeira empresa que ligaria Brasil aos Estados Unidos seria a *NYRBA* (New York-Buenos Aires Aires). Seu fundador, Ralph O’Neill obteria a representação da *Boing Airplane Company* para toda a América Latina e em março de 1928, quando a *VARIG* e a *Sindicato Condor* (nome como era chamada no Brasil) já operavam regularmente, O’Neill desembarcaria no Rio de Janeiro para expor às autoridades brasileiras os seus planos comerciais. Recebido pessoalmente pelo presidente Washington Luiz, foi por ele encaminhado a Victor Konder, Ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil que posteriormente o aconselhou a criar uma empresa subsidiária brasileira para cumprimento da legislação nacional²⁰⁸. Em 1929 iniciou operações que se estenderiam até a bacia do Prata²⁰⁹.

Em 1º de outubro de 1929, num gesto simbólico, a esposa do presidente Hoover batizaria o primeiro Comodoro da *NYRBA*, com o nome Buenos Aires. No Brasil, o Decreto nº 28.951 de 15 de outubro do mesmo ano, concede a empresa autorização para operar em território nacional quando o sucesso da *NYRBA* já atraía a atenção de importantes figuras políticas norte-americanas. Em 1929, um segundo decreto do governo brasileiro autoriza a *NYRBA* a operar tanto em território nacional como prolongar suas linhas para o Uruguai, Argentina e Guianas²¹⁰.

²⁰⁷ PEREIRA, A. *Op. Cit.*, 1987. p. 44.

²⁰⁸ *Idem*, p. 324.

²⁰⁹ Decreto nº 18.951 de 15 de outubro de 1929.

²¹⁰ Decreto nº 19.074 de 24 de janeiro de 1930.

Um de seus sócios, R.E.G. Davies, achava que a *NYRBA* deveria ter seu nome trocado para *BARNY* – Buenos Aires – RIO - New York, pois seu sucesso dependia dos contratos para transportar mala postal para o extremo sul da linha continental quando os primeiros serviços regulares partiam da Argentina. Porém, com a crise de 1929, era impossível voar sem subvenções e O'Neil não conseguiu que sua linha fosse auxiliada pelo Governo dos Estados Unidos, pois o Diretor geral dos Correios, Walter F. Brown, teria dado preferência a *Pan American Airways*. Assim, McCren decide iniciar as negociações que levariam a *NYRBA* a ser absorvida pela *Pan American* que ganhou a subvenção de dois dólares a milha voada em toda costa oriental da América do Sul.

No Brasil, a mudança do nome *NYRBA* para *Panair do Brasil S.A.* foi reconhecida pelo Decreto nº 19.417, de 21 de novembro de 1930. Sob controle absoluto da *Pan American Airways*. A *Panair do Brasil* foi subsidiada por 12 anos e a primeira transferência de ações para as mãos de brasileiros foi realizada a partir de 1942. Ainda em 1933 principiou-se a guerra comercial propriamente das linhas de penetração envolvendo a *Panair do Brasil*, o *Syndikat Condor*. A *Panair* se lançaria pela bacia Amazônica e a Condor rumo ao Mato Grosso²¹¹.

Durante a vigência da Segunda Guerra a presença de tropas do Eixo no noroeste da África elevou o grau de importância do Nordeste Brasileiro no sistema de planos defensivos norte-americano, e até mesmo a imprensa de Nova York ressaltava a necessidade de se instalar bases americanas em terras brasileiras, destacando sempre a imperativa necessidade de se fazer gastos para modernizar aeroportos e bases já existentes, empreendendo esforços para que se eliminassem todas as linhas aéreas concorrentes na América Latina.

Nesse momento, Washington continuaria a ter todo o interesse em manter os privilégios concedidos a *Pan-American Airways*. Tendo em vista capacitá-la para a competição com linhas não americanas, a empresa passou a ser favorecida até mesmo a revelia de suas congêneres nacionais e desenvolveu vínculos importantes tanto com as questões atinentes ao transporte e malas postais, como as de defesa estadunidense. Em setembro de 1939, visando facilitar sua expansão, os Estados

²¹¹ PEREIRA, A. *Op. Cit.*, 1987, p.326.

Unidos adotaram a promoção de empresas cuja origem fosse genuinamente autóctone para que servissem como linhas alimentadoras da PAA nos outros países da América Latina.

O Brasil tinha literalmente todo o Eixo representado pelas colônias italiana, japonesa e alemã dentro de seu território. Mas no caso do Japão, o governo nipônico preocupava-se mais em estimular suas fábricas têxteis e a fim de garantir esse suprimento, instigou a emigração para o Brasil, tanto que em 1937, os japoneses já possuíam 1/3 dos algodoads paulistas²¹².

Quanto ao negócio das companhias aéreas, as subsidiárias alemãs como a *Condor*, filial da *Lufthansa*, a *Varig* e a *Vasp*, dispunham de capital participativo (total dependência de suas matrizes). Seu pessoal administrativo (pilotos e técnicos de origem, de primeira ou segunda geração) e material (peças de reposição, equipamentos de solo, navegação e aeronaves). As demais como a *Lufthansa*, a francesa *Air France* e a italiana *LATI* estavam todas sob controle governamental. As alemãs eram as mais prósperas e possuíam muitas outras filiais pela América Latina, tais como a *Sociedad Colombo-Alemanha de Transportes Aéreos - Scadta*, e a *Sociedad Ecuatoriana de Transportes Aéreos - Sedta*.

No Brasil, apesar do governo Vargas cada vez mais se incompatibilizar com setores democráticos da opinião pública americana, procurou o apoio de Washington secretamente, pois temia parecer que quebrava as condições de neutralidade, o que poderia provocar retaliações do Eixo, ou até mesmo desencadear a contragosto, um processo de democratização no país nos moldes americanos²¹³.

O governo brasileiro também voltou suas atenções a *Condor*. Esta empresa passou a chamar a atenção por que uma de suas demandas por concessão tornou-se um tanto peculiar. Se resultasse na aquiescência do governo brasileiro, tal concessão alargaria seus domínios "para além da embocadura do Rio Amazonas, para o norte do Oiapoque"²¹⁴.

O pedido chamou a atenção de Caffery em Washington, por que, se inexistia ali um centro urbano de grande importância na região, a única explicação plausível

²¹² MONIZ B, L. A., 1935-. *Op. Cit.*, 2007, p. 358.

²¹³ *Idem*, p. 391

²¹⁴ SEINTENFUS, R. *Op. Cit.*, 2003, p. 242.

que justificava o pedido de rota era o de caráter "estratégico-militar"²¹⁵. Isso se explica pelo fato de que a *Condor* se aproximaria tanto da Guiana Francesa quanto das bases militares já instaladas pelos EUA ao norte do Brasil, Caribe e Antilhas. E em caso de uma guerra aero-naval no Atlântico Sul, a *Condor* assim como a *LATI* estaria em condições de informar à Marinha de Guerra Alemã sobre as posições de navios Aliados.²¹⁶

O Departamento de Estado Americano atraiu a atenção do Governo do Brasil sobre os efeitos dessas concessões para as questões de integridade e segurança territorial, sem contar o interesse particular que os EUA nutriam pela aviação exclusiva sobre a bacia amazônica. Tanto a *Pan-American Airways* como a *Panagra* já possuíam rotas comerciais de circulação nessa região e perfaziam trajetos para a América Central, Caribe e Brasil, executando rotineiramente serviços internacionais que abrangiam Miami, Belém e o Rio de Janeiro.

Com essa solicitação da *Condor*, as duas empresas americanas definiram melhor os seus objetivos: sob o aval da administração Roosevelt tratariam agora de "proteger e desenvolver o serviço internacional aéreo dos Estados Unidos e a estudar a possibilidade de cooperar mais eficazmente com os governos não apenas do Brasil, mas também das demais Repúblicas Americanas, visando o estabelecimento de suas próprias companhias na região. O Brasil como estado-continente fazia-se geograficamente o mais importante no meridiano.

O fato de o Brasil ter concedido tantas linhas aéreas aos alemães, tornou-se algo extremamente incômodo para o governo estadunidense que propagava inúmeros alertas a administração Vargas, todos sob a mesma alegação de que tais concessões "por si sós, representavam imenso perigo à independência brasileira e ameaçavam por conseqüência os interesses da Boa Vizinhança"²¹⁷. "Recomendaram" o exercício de uma política de cooperação intencionada a "enredar" a situação da navegação ítalo-alemã e tal como acontecera a *LATI*, a já conhecida tática de "desgermanização" se concretizaria na forma de um controle cada vez maior em todas as outras empresas em atividade.

²¹⁵ *Idem*, p. 242.

²¹⁶ RENAULT, Mauro e NOVELLI Jr. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: O dever da verdade*. Nova Fronteira, 1983, p. 412.

²¹⁷ SEINTENFUS, *Op. Cit.*, 2003, p. 242.

Pertinentemente seguida, ou culminou em nacionalização forçada ou em falência de todas as empresas pró-eixo. Porém, o desejo de nacionalizar as companhias implicou em uma série de investimentos consideráveis e criou sérios problemas técnicos, tais como a deficiência na formação de um pessoal qualificado e a substituição gradativa dos aparelhos, que o Brasil naquele momento, não poderia enfrentar de maneira isolada. A nacionalização preconizada por Sumner Wells acabou por se transformar, - como temiam alguns setores militares nacionais-, na americanização dos transportes aéreos no Brasil²¹⁸.

O alerta oficial contra a *Condor* informado por Caffery se deu em outubro de 1940. O Serviço de Navegação da Amazônia e da Administração do Porto do Pará (SNAPP) concederia a empresa o direito de exploração da rota entre Tabatinga e Iquitos, no Peru, sem consultar o governo federal. Mais tarde, o diretor da SNAPP, João Bulcão Vianna, se defenderia sob a alegação de que o "próprio presidente Vargas teria concordado com tal decisão em sua última visita ao Estado". Vargas negaria essa afirmação e suspenderia a medida, demonstrando os desencontros da administração pública local²¹⁹.

Nessa oportunidade, os oficiais militares brasileiros levantaram um debate acalorado, com o argumento de que essa americanização disfarçada das comunicações aéreas²²⁰ em nome da nacionalização é que representava o verdadeiro perigo à soberania nacional, uma vez que dali em diante não mais se outorgaria concessões aos alemães e italianos, eliminando a tão propalada e "saudável concorrência no mercado internacional"²²¹.

Apesar de tantas celeumas, os acordos sobre as linhas aéreas com o governo norte-americano foram um sucesso. *Pan American Airways*- e sua subsidiária, a *Panair do Brasil*, foram as grandes beneficiadas da situação, abrindo não apenas as rotas que necessitava para atuar internacionalmente, como também passando a construir e modernizar os aeroportos de São Salvador, Maceió, Recife, Fortaleza,

²¹⁸ Ibid. p. 243.

²¹⁹ Apud. Seintenfus. FRUS, 1940, v.V, doc. N. 832.796/242, de 22 de outubro de 1940, p. 663.

²²⁰ Tratava-se de observação pertinente, posto que a própria polícia gaúcha já revelara ação subversiva e antipatriótica de alguns indivíduos que trabalhavam em companhias como a Varig e a Condor, sobretudo vinculados a espionagem em franca atividade na América Latina./ <http://www.cdp.com.br/historicoBelem.aspx>. Acessado em 30/07/2007.

²²¹ SEINTENFUS, R. *Op. Cit.*, 2003. p. 241.

Belém, Macapá e Amapá sem nunca evidenciar que também serviriam a fins militares. Concedida a autorização em 27 de julho de 1941 para se fazer investimentos nos aeroportos da costa nordestina, transformaram o Brasil no atravessador dos reforços ingleses para o norte da África, e dos norte-americanos para as Filipinas, Java e a China. Provavelmente, essa operação tenha sido a mais importante colaboração do Brasil com os EUA em termos estratégicos, e talvez, tenha sido o plano mais ambicioso já realizado entre países nas Américas. Em termos de Brasil, conforme informaria em 1945 o general Leitão de Carvalho, ex-chefe de delegação brasileira da Comissão Mista de Washington – Rio de Janeiro fez a seguinte ressaltava: “mesmo ainda no exercício de sua neutralidade, o Brasil já colaborava de forma importante com a causa da solidariedade continental²²²”.

O próprio chefe da Divisão das Repúblicas Americanas no Departamento Estado, Ellis O. Briggs havia convencido o presidente da *Panam*, Juan Trippe, a investir no Brasil por intermédio de sua subsidiária, a *Panair do Brasil S.A.*, posto que a empresa já gozava de reconhecimento no Brasil por intermédio do Decreto-Lei 19.417 de 21 de novembro de 1930²²³.

Nessa condição, a empresa recebeu uma frota de 4 aerobotes Consolidated Commodore e mais 4 aerobotes Sikorsky S-38, destinada a operar uma linha costeira desde Belém até o Sul do Brasil em conexão com a linha *Pan American Airways* que operava no Caribe e nas Guianas.

Somente em 1936 é que ingressaria o primeiro piloto-aviador brasileiro na *Panair do Brasil*. Nesse período ela também comprou dois aerobotes monomotores Fairchild 91, logo apelidado de “cachimbino” cuja capacidade era a mesmo do Sikorsky S-38, e que tinha por característica principal, a velocidade. Esse avião servia para atender operações no vale do Amazonas e o outro acabou sofrendo um acidente em Santarém, mas foi recuperado logo depois.

Até o ano de 1937, a *Panair do Brasil* se limitara a operar aerobotes exclusivamente nas linhas litoral e vale amazônico, enquanto que a *Vasp* com seus

²²² BARBOSA, Nair Palhano. *Nas asas da história: lembranças da Panair do Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Agir, impressão DRQ. 1996, p.15.

²²³ *Idem*, pp. 13-24.

aviões trimotores terrestres Junkers 52/3m operavam na versão terrestre e a *Condor* na versão marítima e terrestre, conforme as necessidades prementes.

Nessa época, o Ministério da Aeronáutica passava pela fase de organização administrativa, porém não continha recursos e infra-estrutura necessários para cumprir o financiamento para a modernização dos aeroportos e instalação de bases, tendo que delegar tais empreendimentos ao patrocínio da *Pan American Airways*. Os Estados Unidos tanto era o único país em condições de financiar esse empreendimento como também o único a dispor de pessoal especializado e recursos financeiros para a execução das obras num prazo tão exíguo. A solução administrativa para o início das mesmas adveio pelo Decreto-Lei nº 3.462 de 25 de julho de 1941, encarregando a *Panair do Brasil* de administrar tal engenharia.

Em plena segunda guerra mundial (1941) o Ministério da Aeronáutica era criado e teria como órgão normativo e controlador o Departamento de Aeronáutica Civil (DAC), vinculado ao Ministério da Aviação e Obras Públicas. Criado em 1931, sua função era participar de atividades que visassem incrementar o desenvolvimento racional da Aviação no País. A partir de 1941, as suas atividades foram intensificadas, principalmente no emprego da Aviação de Guerra conjuntamente com Ministério da Aeronáutica, outorgando oficialmente, as cartas de pilotos de Aeronave de Recreio, Aeronaves Mercantes, Mecânicos de Aeronaves e de Radiotelegrafistas.

Em 1941, o DAC já tinha sob sua administração a infra-estrutura de vários aeroportos, tais como Salvador, Natal, Poços de Caldas, Congonhas e Santos Dumont, sendo que neste último, a torre de controle era operada pela *Panair do Brasil*, e ao DAC caberia administrar o aeroporto.

Nessa época, todos os aparelhos de apoio aos vôos - comunicação via rádio, controle de tráfego, previsões meteorológicas - eram bastante precários e existiam apenas nove estações de rádio com os serviços de previsões de vôos. Já nos aeródromos, sequer existiam estações do DAC, o que compelia as companhias aéreas a providenciarem suas próprias instalações operacionais que consideravam indispensáveis a segurança dos vôos, algumas eram alojadas até mesmo clandestinamente.

Em 1941, Cauby C. de Araújo seria eleito Presidente da *Panair do Brasil, S.A.*, em substituição ao norte-americano Maxwel Jay Rice, quando já 1940, a *Pan*

American Airways já tinha iniciado o “*Airport Development Program*” (ADP) responsável pela construção e aparelhamento de aeroportos nas regiões do Caribe, América Central e Brasil. A *Panair Brasileira* também foi a encarregada de negociar com as autoridades locais (*lobby*) as autorizações necessárias para o êxito desses empreendimentos.

Em todas as bases, a exemplo de Parnamirim, foi executada a pavimentação das respectivas estradas de acesso, os serviços de água, esgoto, energia elétrica e edificação de prédios de habitação, aparelhos meteorológicos, etc, ficando todos prontos no prazo previsto. Esse empreendimento seria elogiado pelos presidentes Roosevelt e Vargas no encontro em 1943 na Base de Natal. Ali Roosevelt a exemplo da velha política americana de não se importar absolutamente com os modelos de governo que se instauravam na América Latina (desde que não fascista ou socialista), chamou Vargas de “*dictator in defense of democracy*”, e até sugeriu que o Brasil fosse uma das futuras nações a fundar a Organização das Nações Unidas. Vargas aceitou o convite em troca de armas, dinheiro e de enviar tropas brasileiras para a Europa²²⁴.

Outro serviço da *Panair do Brasil* que chama atenção foi seu programa de emergência para a obtenção de borracha oriundos da região amazônica, já que a produção da Malásia subjugavam-se ao domínio japonês. O transporte passaria a ser feito principalmente pela via aérea de Belém do Pará, visando evitar a perda do material estratégico em naufrágios causados por torpedeamentos do Eixo. Nesse período o governo brasileiro tentou reativar a economia da região norte visando investimentos que poderiam advir dos acordos de Washington, celebrados em 1942. Intentou-se um esforço nacional visando a recuperação da produção de seringais a fim de vir atender às necessidades de borracha das forças aliadas.

A Segunda Guerra para o Brasil caracterizou-se pela efemeridade de necessidades imediatistas, que proporcionaram, no entanto alguns instrumentos de grande impacto para Amazônia, dentre as quais podem se destacar a criação do Banco de Crédito da Borracha e o Banco de Crédito da Amazônia (hoje banco da

²²⁴ BUENO. E. *Op. Cit.*, 2003. p. 343.

Amazônia), que institucionalizaram o sistema de crédito e financiamento da região. Tais medidas foram muito favoráveis para o tipo de produção de seringa²²⁵.

Pode-se dizer que houve até mesmo uma antecipação por parte do Presidente Getúlio Vargas, pois politicamente convocou a Nação através do “Discurso do Amazonas” pronunciado em Manaus em 1940, para o esforço em prol do desenvolvimento na região. Esta exortação despertou a consciência nacional para uma Amazônia mergulhada em uma forte depressão econômica. Dando consequência de ações às suas palavras, tomou a importante decisão de reorganizar o espaço político e econômico local, criando os Territórios Federais de Guaporé, Rio Branco e Amapá. Somados ao do Acre, passaram a ser quatro territórios sob a administração federal. A criação de territórios na faixa de fronteira era uma velha reivindicação dos geopolíticos brasileiros que logo após a revolução de 1930 procuraram influenciar no sentido das decisões e das responsabilidades políticas, econômicas e de segurança nacional à favor da região. Vargas também firmou os Acordos de Washington em março de 1942. O crédito obtido como resultado serviu para reativar os antigos seringais amazônicos, esforço que ficou conhecido como a Segunda Batalha da Borracha. A *havea brasiliensis* deveria substituir a borracha da Malásia, que estava subjugada pelos japoneses, comprometeu-se a fornecer aos Aliados um mínimo de 5.000 toneladas anuais.

Os acordos ainda criavam um sistema de incentivo à produção, estabelecendo bonificações a serem aplicadas nos campos da saúde, pesquisa e fomento econômico quando a disponibilidade exportável excedesse a mais de 10.000 toneladas anuais. Previa-se também, uma contribuição de US\$ 10 milhões de dólares do governo americano para serem empregadas em programas de saneamento. A assistência da Fundação Rockefeller criou programas de pesquisa científica para o recém-fundado Instituto Agrônomo do Norte, em Belém.

Em que pese o drama humano que a batalha da borracha representou, também instituiu uma estrutura que iria servir ao desdobramento de mecanismos futuros destinados ao esforço de integração regional. Foi instalado o Banco da Borracha, com 40% de capital do governo norte americano e posteriormente, completamente

²²⁵ MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. Coleção general Benício, v. 181. 1980, p. 93.

nacionalizado. Este banco teve um importante papel no financiamento de produção serviu como agência de desenvolvimento regional. No quadro dessa infra-estrutura, criou-se o Instituto Agrônômico do Norte, com sede em Belém; o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), encarregado essencialmente do saneamento básico; a *Rubber Development Coporation* (RDC), agência do governo norte-americano destinada a suprir os seringais de bens, utilidades e alimentos; o Serviço de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA), cujo objetivo era recrutar, hospedar e colocar os nordestinos nos seringais; a Superintendência do Vale (SAVA), com finalidade de promover o abastecimento de gêneros de primeira necessidade e fazer seu racionamento face ao bloqueio marítimo; ampliação do aeroporto de Val-de-Cans em Belém e a construção do aeroporto de Ponta Pelada em Manaus²²⁶.

Avalia-se que 100.000 nordestinos se deslocaram para a Amazônia entre 1942-1945 atendendo o apelo da batalha da Borracha. Muitos regressaram quando começou a chover abundantemente nas regiões nordestinas assoladas pela seca (1943). O quadro humano nesse contexto foi de extrema miséria e desilusão. O confronto entre a capacidade de organização e um empreendimento em grande escala resultou em fracasso. Faltava uma estrutura sistêmica que harmonizasse os objetivos e o funcionamento dos diferentes órgãos, pois todas essas organizações tinham dificuldade de comunicação entre si²²⁷.

Para a linha do vale do Amazonas a *Panair do Brasil* utilizaria em suas operações os aerobotes Fairchild Cachimbinho e os Sikorsky S-43 e foram considerados **indispensáveis** para o transporte da borracha da Ruber Development Corporation.²²⁸ Em algumas regiões os pousos eram feitos de forma precária, sem um porto de ancoragem. As naves, eram em grande maioria hidroaviões, simplesmente pousava no rio próximo a uma margem, e pequenas embarcações ou canoas viam buscar os passageiros e cargas. Os rios eram infestados de piranhas e quanto mais afastado das cidades os aviões pousassem, mais facilmente incidentes curiosos poderiam acontecer, como no vôo para a região de Gurupá onde os pilotos

²²⁶ *Idem*, p. 94.

²²⁷ <http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/24/1943/5813.htm>. Visitado em 28/12/2007.

²²⁸ PEREIRA, A. *Op. Cit.*, 1987, p. 328.

narravam a história de terem “sido alvo, em diversas ocasiões, das flechas envenenadas das tribos locais”.

Para alguns saudosistas, a “presença da *Panair do Brasil* na Amazônia era o elo de brasilidade perdido na vastidão do território. E dentre as lendas que esta presença criou uma fala da organização do tempo” na passagem do *Baby Clipper* ou dos *Catalinas*. “Quando o cabloco olhava o céu a via cruzar, era a certeza da ‘boa nova’, ou a marcação do meio-dia”. Devido a Campanha da Borracha, a *Panair do Brasil* também iniciou os serviços de estações de rádio em locais como Canafa (AM) e se responsabilizou por planos de viagem elaborados por seus técnicos contratados pela *Rubber Development Co*²²⁹.

Talvez a faceta mais importante da *Panair do Brasil S.A.* seja a sua posição chave na administração e controle de suprimento de gasolina e óleo para todos os aviões militares em operação. Ela também recomendava relatórios que julgava importantes no que concerne ao controle de embarque de navios-tanque, combustível e lubrificantes de aviões para a FAB, do Exército e Marinha dos EUA e aliados em trânsito pelo Brasil, como a *Canadian Royal Air Force*, a *Royal Air Force* e a *Rubber Development Corporation* no Brasil. Também lhe foi confiado o carregamento apropriado (executado nos aviões por pessoal especialmente treinado) de armazenagem de material estratégico como cristal de quartzo e mica. Suas oficinas de manutenção serviam para dar suporte a todas as necessidades de emergência dos aviões dos exércitos, além de técnicos para o reparo de aeronave.

Nesse ínterim, as hostilidades suportadas na costa do território brasileiro, forçaram tanto o *Sindicato Condor* quanto a *Lufthansa* a interromper o seu trajeto transatlântico, e a *Air France* também encerraria suas operações na América do Sul, porém por motivo adverso, devido ao colapso da França em junho de 1940. A *Lati* (Linee Aere Transcontinentali Italiani) como *Sindicato Condor*, para demonstrar solidariedade ao Brasil ou para sobreviver a tantos sobressaltos, tentaram a via da nacionalização. A *Lufthansa*, também prestaria serviços e financiamentos para compra de aviões e equipamentos, construção de instalações de apoio e oficinas, além de oferecer pessoal especializado, porém em franca concorrência com a *Panair*

²²⁹ BARBOSA, N. *Op. Cit.*, 1996, pp.13-15.

do Brasil encerrou suas atividades na América do Sul, deixando a cargo da *Condor* o fornecimento de material e equipamento de procedência alemã para as empresas que eram suas antigas dependentes, como a *VARIG* e a *VASP*.

Em 30 de agosto de 1941. A *Panair* cancelaria o acordo de tráfego aéreo mútuo que vinha mantendo com a *Condor*. Numa tentativa desesperada em 1942, após alterar a sua composição acionária, transformou a sua antiga denominação -*Condor Syndikat*- para *Sociedade de Serviços Aéreos Condor Ltda.*, pelo Decreto nº. 3.523, cumprindo as exigências jurídicas que reservava a denominação de Sindicato à organização de classe no Brasil, sem contar que se livraria do nome de origem alemã. Porém viu a maior parte do seu pessoal técnico ser demitida, devido grande a maioria ser constituída por alemães ou descendentes.

A situação da *LATI* também havia sido paradoxal por algum momento. Essa empresa conseguiu manter uma frequência semanal de vôo satisfatória apesar das dificuldades criadas pelo bloqueio aliado. Por um breve período, chegou até a aumentar seus vôos para que pudesse dar conta do vazio que outras empresas vinham deixando no mercado brasileiro. Porém sofreu com a escassez de suprimentos de aviação e de combustível bem como com a precária travessia do Atlântico que se agravava exponencialmente com a pressão norte-americana sob ameaça de bombardeio. Coube a *Reconstruction Finance Corporation*, da *Defese Supplies Corporation* e da *Pan American Airways*, a proposição de acordo para a abertura de uma linha semanal entre Nova York e Lisboa para substituir a empresa italiana.

A *LATI* continuava suas atividades (de contrabando principalmente) a revelia das proibições. Nesse ínterim, os Estados Unidos já haviam assinado o acordo de exclusividade de materiais estratégicos com o Brasil e esperavam que a *LATI* pressionada do modo que estava, simplesmente definhasse. No entanto, a empresa italiana insistira na injustiça do seu fechamento, e num gesto que de “quase petulância” iniciou a construção de uma base em Natal, ao lado oposto do de Parnamirim, onde a *Panair* erguia outra para a Força Aérea Americana²³⁰.

Em 1942 as autoridades americanas exigiram que os serviços da empresa italiana fossem suspensos definitivamente, alegando necessidade militar. Alegaram

²³⁰ McCANN, F. Jr. *Op. Cit.*, 1995. p.176.

ter dado “provas” da má fé da administração italiana e em nome da solidariedade continental, esperavam uma atitude condizente da administração brasileira. Os italianos sabedores de sua própria condição, num último gesto de retaliação, sobrevoaram Parnamirim, fotografando-a de vários ângulos²³¹. Quando Vargas finalmente determinou a sua expropriação, todo o seu material foi requisitado pelo Ministério da Aeronáutica, através da Portaria nº 14, de 13 de fevereiro de 1942.

Havia um elevado grau de justiça nas alegações norte-americanas, pois tanto a *Lufthansa* como a *Condor* utilizavam pilotos da Força Aérea Alemã em práticas de sistema de rodízio. Isso servia para familiarizá-los com o território americano e as suas condições de voo²³². A *Condor* também dava continuidade a sua expansão, graças ao que recebia do escape dos ataques ingleses; e assim, também espalhou-se por todo o nordeste brasileiro.

Durante o mês de outubro de 1940, Vargas decretaria que somente cidadãos nativos poderiam pilotar aeronaves de registro brasileiro, o que teoricamente também afastaria os alemães que haviam conseguido naturalização. Devido à falta de pilotos brasileiros bem treinados, a *Condor* teve que suspender algumas rotas que as autoridades da aviação brasileira ou transferiram para a *Panair do Brasil*, ou para *Pan-American* (para o sentido Rio-Buenos Aires).

Em meados de 1941, a *Condor* exerceu funções suspeitas, ao transportar uma tripulação do Rio a Belém para um cargueiro alemão chamado *Norderey*, que se achava na Amazônia e estava carregado de borracha, esperando por uma oportunidade para se lançar furtivamente na travessia do Atlântico. Em percurso pousou em campos de pouso costeiros, onde as operações de transporte do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos (ADP) da *Pan-American* e da Força Aérea do Exército Americano já estavam em andamento²³³.

Quanto a *Condor*, a posição brasileira era de que como a mais antiga linha aérea do Brasil, de fato havia prestado excelentes serviços ao País e continuava a fazê-lo. O grande medo entre alguns integrantes do oficialato brasileiro era a possibilidade de os Estados Unidos destruírem-na como fizera às suas congêneres,

²³¹ Disponível em <http://www.natal-brazil.com/portugues/basico/aviacao-antes-segunda-guerra.html> Acesso em 14/05/2008.

²³² McCANN. F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p.176.

²³³ McCANN. F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p. 179.

para “monopolizar” as linhas aéreas através da *Panair*²³⁴. Essa teoria da conspiração foi por muito tempo a opinião do próprio brigadeiro Eduardo Gomes, a mais respeitável figura da aviação brasileira naquele momento²³⁵

O ataque a Pearl Harbor havia provocado mudanças que influenciaram ineditamente a opinião nacional. Ocorreram inúmeros gestos de reprovações aos ataques japoneses e demonstrações de pesar e solidariedade em prol dos americanos, proporcionou à posterior declaração de guerra brasileira, uma legitimação de caráter popular. Assim, os Estados Unidos não perderam tempo em convocar a reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores, realizada no Rio de Janeiro em 1942.

Os representantes diplomáticos do Eixo ainda procuraram pressionar o governo do Brasil a manter a neutralidade, aconselhando o não rompimento de suas relações. Alegaram inclusive, que tal atitude poderia levar a uma declaração de guerra mútua. No entanto, o Brasil já teria efetuado sua escolha e decidindo dissolver essas relações diplomáticas e comerciais. Logicamente, não sem antes obter dos EUA promessas consistentes de que as Forças Armadas Brasileiras seriam reequipadas. Sumner Wells chefe da Delegação norte-americana na Conferência realizada em Lima ratificou a promessa a Vargas, e a ruptura brasileira com o Eixo se deu de modo coerente com a resolução XXIII na Reunião dos Chanceleres de 1942.

Missões presididas pelo Ministério da Fazenda entre fevereiro e março também desenvolveram estratégias econômicas para que se pudesse efetuar uma colaboração consistente entre os países americanos, pois seus efeitos transcenderiam ao período em questão. Os fornecimentos dos EUA, a elevação do crédito do Brasil e outras formas de cooperação tiveram como contrapartida, sobretudo, a venda de material estratégico, principalmente borracha e minerais.

O conflito e o bloqueio naval inglês evidenciaram as autoridades brasileiras que os armamentos desejados viriam de agora em diante com exclusividade dos Estados Unidos. Os americanos deveriam vender o material bélico a preços módicos

²³⁴ O transporte aéreo naquele momento entre os países interessados, conforme continuou sendo baseado em negociações bilaterais. Embora os Estados Unidos defendessem a abertura total dos céus ao redor do mundo, outros países temeram uma evidente dominação das empresas americanas no mercado mundial. Isso acarretou a promulgação da Convenção de Chicago de 1944.

²³⁵ *Idem*, p. 179.

aos seus novos parceiros, de preferência, inferiores aos de custo e em troca, comprariam matérias primas estratégicas e usufruiriam seus territórios.

Com a situação descrita acima, tanto o subsecretário Wells quanto Juan T. Trippe, presidente da *Pan-American Airways*, concordaram que dali em diante, a situação da aviação brasileira tornara-se a mais importante da América do Sul. Por mais que pareça paradoxal, também iniciaram expurgos dentro da própria *Pan-American*, removendo efetivamente alguns indivíduos de determinadas posições fosse por comportamento considerado suspeito ou simplesmente por descenderem de alemães ou italianos. A nacionalização da *Panair do Brasil* foi igualmente feita, mediante estímulo ao investimento de capital brasileiro após a guerra²³⁶.

Quando os trabalhos das bases se iniciaram no nordeste, sua localização havia sido considerada o ponto terrestre das Américas mais bem posicionado em relação à África ocidental francesa, sendo a mais próxima do que qualquer ponto de terra das Antilhas. Mas isso também significou que era a parte mais vulnerável do Continente, pois era suscetível a ataques aéreos em larga escala e invasões. A área, segundo prognóstico norte-americano era indefesa, por ser de difícil acesso por terra às próprias forças armadas brasileiras que se concentravam ao sul, e estava muito além do alcance das aeronaves americanas já estacionadas no Caribe.

Mesmo quando as construções começaram, os dirigentes brasileiros não permitiram num primeiro momento que grandes efetivos de unidades americanas guarnecessem a região, o que atrasava o andamento das obras. Apesar de cooperarem na eliminação das linhas aéreas do Eixo e de não obstruírem nenhuma construção aeronaval, havia ainda as hostilidades insufladas pelos oficiais ultranacionalistas que se solidarizavam aos interesses violados da Lufthansa e das demais linhas brasileiras controladas pela Alemanha – Condor, Varig (Viação Aérea Rio-grandense) e Vasp (Viação Aérea São Paulo).

Mas as obras continuavam, e em março de 1942, "*consistiam em obter do governo Vargas, quando necessário, à disposição das Forças Armadas dos EUA portos, enseadas, aeroportos e instalações aeronáuticas do Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Maceió, Natal, Fortaleza, São Luís, Belém e Amapá; estradas de*

²³⁶ McCANN, F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p.178.

ferro e de rodagem, principalmente as que serviam àquelas regiões: cabos, rádios, telégrafos e telefones, usinas de energia elétrica, alojamentos, hospitais, armazéns (incluindo gás e óleo), frigoríficos e abastecimento local". Nessa observação de Moniz Bandeira, estariam inclusos todos os setores considerados vitais para a sociedade brasileira.²³⁷

A maioria desses acordos (alguns com a chancela de “secretos”) eram de 1941. O primeiro, assinado em 17 de janeiro tinha como objeto de instalação das missões militares norte-americanas, o de abril, a abertura dos portos do litoral norte e nordeste para reparos, ancoragens e reabastecimento de navios. Em julho, os generais Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra do Brasil, e o tenente-coronel Miller, chefe da missão Militar Americana no Brasil, assinaram o *Term of Agreement* para a criação do *Brazilian-American Joint Group of Staff Officers*. Com este acordo, ficava autorizado o uso das bases aéreas e navais por países americanos e europeus aliados.

Em outubro, Washington promoveu o acordo em termos de *lend and Lease Act*, para o arrendamento de material bélico ao Brasil. Nesse momento integrantes de certos setores do governo brasileiro deram continuidade as resistências ideológicas, quando não utilizaram US\$ 12, dos US\$ 20 milhões de crédito concedidos pelo *Export and Import Bank* para a compra de armamentos. Também negaram por um tempo a permissão dos técnicos americanos de fazerem o mapeamento do nordeste brasileiro. Esse tipo de delongas e aparentes provocações irritaram os administradores estadunidenses, transformando os próprios americanos em mais uma das tantas ameaças externas, pois intimidariam o Brasil com a promessa de invadir o Norte e o Nordeste brasileiro "caso as autoridades militares do Estado Novo lhes obstassem o estabelecimento das bases regulares naquelas regiões".²³⁸

O governo dos EUA não consumou o atentado e tudo indica que Roosevelt saberia contornar mais esse incidente. Fosse pelas promessas de ajuda financeira, fosse pelas ameaças, Vargas se viu forçado a uma definição e terminou por ceder o território acordado para as operações. Era uma situação difícil, a pressão americana, o bloqueio inglês e o ataque de submarinos do Eixo aos navios nacionais, tudo contribuía para tornar a proposta alemã cada vez mais insuficiente como substituta a

²³⁷ BANDEIRA, M. *Op. Cit.*, p. 276.

²³⁸ *Idem*, p. 289.

ajuda americana. O Governo americano também ajudaria o brasileiro a resolver um delicado impasse sobre bloqueio inglês das remessas de material bélico adquirido na Alemanha com a empresa *KRUPP* pelo Brasil antes da Guerra²³⁹.

A grande extensão do litoral brasileiro de 7.4000km não apresentou no desenrolar do conflito uma importância fundamental na Segunda Guerra. O que realmente teria importância era a superfície de aproximadamente três milhões de km², entre a Bahia e o Pará, e a mais exposta delas, no litoral que ia da Bahia ao Maranhão. Do saliente nordestino os militares traçariam um triângulo: Natal-Recife e o arquipélago de Fernando de Noronha, transformado em porta de entrada para o estreito do Atlântico de Natal para Dakar.²⁴⁰ Com todas as demais questões dirimidas e as dificuldades e desconfianças entre americanos e brasileiros, pouco a pouco desapareceram.

Durante o mês de outubro de 1940, Vargas decretaria que somente cidadãos nativos poderiam pilotar aeronaves de registro brasileiro, o que teoricamente também afastaria os alemães que haviam conseguido naturalização. Devido à falta de pilotos brasileiros bem treinados, a *Condor* teve que suspender algumas rotas que as autoridades da aviação brasileira ou transferiram para a *Panair do Brasil*, ou para *Pan-American* (para o sentido Rio-Buenos Aires).

Na época, o Brigadeiro Gomes comandava as operações do Nordeste, ou a 2ª Zona Aérea como Diretor Geral de Linhas Aéreas do recém-fundado Ministério da Aeronáutica. Gomes encarnaria a pedra no sapato da *Panair do Brasil*²⁴¹ durante toda a sua existência. O brigadeiro seria o típico militar que enxergava rivais como a *Condor* como mais brasileira que alemã. Para ele, as empresas germânicas nunca ameaçaram os seus sonhos de fundar uma aviação genuinamente brasileira.

²³⁹ Caso Siqueira Campos.

²⁴⁰ CLEMENTINO, Maria do Livramento Clementino. *Impacto urbano de uma base militar: a mobilização militar em Natal durante a segunda guerra*. RIGB. Rio de Janeiro, a 162, nº, jul./set.2001, pp. 103-128.

²⁴¹ Eduardo Gomes foi Diretor Geral das Linhas Aéreas do Ministério da Aeronáutica. Foi comandante da 2ª Zona Aérea – Nordeste. Fundou e dirigiu o serviço de correio aéreo do exército. Foi pioneiro em rincões e aéreas remotas. Sonhava com o dia que os civis brasileiros substituiriam os homens do exército e se opunha a cada expansão da subsidiária da *Pan American Airways*, por que a considerava uma empresa americana e não brasileira. Via inclusive a *Condor* com mais simpatia e de ameaça menor à realização dos seus sonhos. Em 1964, presidiu o espólio da *Panair do Brasil S.A.*

Acreditando que a criação desse monopólio era prejudicial à concorrência comercial aérea do país, se opunha a cada ampliação da *Panair*.

Os EUA negariam por sua vez qualquer intenção de criar um privilégio exclusivo para a *Panair* e estavam dispostos a exigir da *Pan-American*, a invalidação dos serviços que havia resultado no cancelamento dos vôos da *Condor*. Ressalte-se que a própria administração estadunidense não desejava um monopólio para si da *Pan-American Airways*, pois não seria interessante para a economia norte-americana uma empresa que se transformasse na única linha aérea a representar a bandeira no exterior. Os americanos nesse ponto queriam de fato estimular a “sua” aviação internacional, porém num sentido lato²⁴².

Como já dito, a *Condor* fez de tudo para “olvidar” a sua origem. O Governo Brasileiro em 1942 acreditava que a empresa havia sido reorganizada, tornando-se juridicamente brasileira, e ainda havia conseguido liquidar todos os encargos financeiros com a *Lufthansa* para evitar vínculos inconvenientes durante o processo de nacionalização. Nesse momento a ex-*Condor* passou a adotar o nome fantasia de Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul. Em seu momento mais crítico, o próprio Brigadeiro Gomes a supriu com gasolina dos estoques do exército brasileiro quando ela ainda estava na chamada “lista negra” ou “fase de transição”, e enquanto não conseguia nada dos fornecedores americanos. Com o auxílio de Gomes, os aviões recomençariam a voar e até cumpririam desígnios em missões militares encaminhadas pelo próprio, permitindo também que oficiais de reserva lhes pilotassem os aviões. Vargas se ofendia com a interferência demasiada dos EUA no que considerava ser um assunto interno e que julgava como “não prejudicial à política do Brasil”.

Os EUA solicitariam ao Ministro da Fazenda, Souza Costa, para vender a *Condor* sete novas aeronaves a preços razoáveis quando esta foi finalmente nacionalizada. Isso não significou que o Departamento de Guerra não levantasse mais suspeitas de que agentes do Eixo usavam o equipamento de rádio das aeronaves para rastrear o deslocamento das aeronaves militares estadunidenses através do

²⁴² APUD. HULL a CAFFEERY, Washington, 5 de fevereiro de 1942, *Foreign Relations, 1942*, pp.769-760; Memo; Rockefeller a FDR, 30 de dezembro de 1940, anexo sem data e sem assinatura. Memo sobre possível monopólio da Pan-American, Box 12, julho a dezembro de 1940, DF 249, FDRL; Wells a Caffery, Washington, 10 de outubro de 1942, *Foreign Relations, 1942*, V, p. 785. Wells disse: “O Departamento... não tem intenção de dar qualquer passo no sentido de bloquear qualquer linha aérea internacional desejada pelo governo brasileiro”.

Brasil. Porém, com a utilização de equipamentos americanos, a *Condor* seria agora dependente dos EUA e quanto aos sobressalentes, estava enfraquecida a influencia alemã real ou em potencial em seu meio. Como Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul, saiu finalmente da lista de proscritos. Nela, a *desgermanização* obteve sucesso devido à substituição dos equipamentos, e por que a *Pan American* também assumia as reposições de naves, de peças e do controle de algumas rotas internacionais que haviam sido canceladas, o que também possibilitou a cooperação brasileira da *Vasp* e da *Varig*.

Por mais traumática que essas transformações tenham sido, resultaram por bem ou por mal na criação de um sistema realmente brasileiro de linhas aéreas no Brasil. Eliminando a potencial ameaça da Segurança do Continente e desobstruindo qualquer entrave para que as rotas de suprimento necessárias ao o Programa de Desenvolvimento de Aeroportos de se concluíssem devido à sabotagem e a espionagem. A partir daí, aparentemente, brasileiros e norte-americanos finalmente deram-se por satisfeitos²⁴³.

Certamente, o Programa de Desenvolvimento de Aeroportos foi a contribuição mais importante que a *Pan-American* prestou à defesa continental das Américas em auxílio aos Aliados. Com todos os acordos que firmaria com o Departamento de Estado Americano, ergueria uma cadeia com cerca de cinquenta e cinco campos de pouso e bases pelas Américas e que se desenvolveram a partir dos Estados Unidos. Como o “braço de uma torquês” – ela se estendeu através do Panamá, Colômbia, Venezuela, e outro através das Índias Ocidentais e Guianas, convergindo sobre Natal no Nordeste brasileiro, uma área a oito horas de Dacar, e que se transformaria no “Trampolim da Vitória” e numa das bases aéreas mais movimentadas do mundo

De 1939 a 1940, os responsáveis pelo planejamento de defesa entenderam que não deveriam esperar as negociações governamentais e os protocolos formais, aliás, os acordos em si não poderiam parecer “formais”, pois os alemães tinham de ser impedidos de tomar conhecimento das “tendências brasileiras ao pró-pan-americanismo” sob o risco de serem produzidos inúmeros retardamentos fatais à Defesa Continental, ou a denúncia dos acordos de compensação poderiam como

²⁴³ McCANN, F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p.181.

retaliação. Diante das alternativas secretas do governo Vargas, Washington selecionaria os campos de pouso para a construção e aperfeiçoamento e os oficiais do Exército brasileiro e também escondiam a mão governamental dos Estados Unidos devido ao receio dos sentimentos antiamericanos que surgiriam por parte dos próprios brasileiros.

O governo do Brasil por seu turno lançou mão da Lei de Apropriação Militar de 13 de junho de 1940. Nela, constava o endosso que capacitava o presidente brasileiro a autorizar projetos secretos sem pública prestação de contas dos recursos. O Departamento de Guerra negociaria com a *Pan-American Airports Corporation*, subsidiária da PAA, a implementação do Programa de Desenvolvimento de Aeroportos²⁴⁴.

Esses acordos também incluíam itens como assistência do Governo receptor para facilitação à aquisição de terras, isenção de taxas sobre equipamentos importados e sobre campos de pouso concluídos, emprego de mão de obra local, instalação e operação de equipamentos de rádio, cobrança de taxas de pouso e livre utilização por todas as aeronaves militares e navais dos Estados Unidos. Além disso, em nome da segurança dos investimentos empregados pela companhia para definir e construir esses modernos aeroportos, seus agentes deveriam obter direitos operacionais para as aeronaves da PAA por um período de vinte anos. Era necessário assegurar certo grau de controle pelos americanos para a seqüência de manutenção especializada, pois a PAA tinha interesse em certificar a continuidade das novas rotas adquiridas nos últimos dez anos.

O responsável brasileiro pelo desenrolar das atividades seria o representante e também conselheiro geral da Panair do Brasil, o Sr. Cauby C. Araújo²⁴⁵. Ele sondaria os círculos governamentais tanto no exterior quanto no Brasil, visando a melhor maneira de dirigir as negociações. Um detalhe importante: **nos outros países da América Latina, a *Pan-American Airports Corporation* dirigiu seus trabalhos**

²⁴⁴ O General Marshall enfatizaria a importância do programa quando escreveu ao Secretário de Guerra tratando da imediata consumação do contrato como o mais essencial à Defesa Nacional do que qualquer outro assunto. Memo, Chefe de Estado Maior do Secretário de Guerra, 07 de setembro de 1940, tal como citado por Conn and Fairchild, *Framework*, p. 252; History SADATC, Part I, II, 75.

²⁴⁵ BARBOSA. N. P. *Op. Cit.*, 1996, pp. 13-25.

para o “Patrocinador” – ou o Exército dos EUA; apenas no Brasil esse tipo de obra foi realizada por uma empresa privada.

Araújo teria de convencer seus superiores de que o regime de Vargas em particular não toleraria as operações diretas da ADP, a não ser que fossem implementadas em nome da *Panair do Brasil*, e mesmo sendo vista como suspeita pelos militares nacionalistas, de agora em diante era uma linha aérea de bandeira brasileira. Para evitar mais retardamentos aos trabalhos, e para que não parecesse que se tratava de uso privilegiado da *Panair ou da PAA*, foi preciso não fazer qualquer menção sobre a utilização desse expediente internacional para fins militares, sob o risco de parecer um imperialismo disfarçado, algo que realmente prejudicaria a imagem da empresa no Brasil e do Brasil no exterior. A Guerra certamente não seria eterna e a *Pan-American* teria de lidar com os brasileiros sem o “patrocinador”²⁴⁶ após o término do conflito.

Embora ditatorial, o Estado Novo possuía uma burocracia razoavelmente eficiente, e grupos de pressão governamentais ou civis de alguma forma, influenciavam os moldes da legislação. Quando não havia uma oposição substancial, ou a lei pretendida não conflitava com a definição de interesse nacional, as partes interessadas podiam literalmente redigir seu próprio decreto. Mas como no caso da *Pan American Airways*, em que se encontram vários elementos de poder – oficiais nacionalistas, linhas aéreas rivais e governos estrangeiros-, os comportamentos seguiam um padrão cauteloso, onde as comissões estudavam os casos com afinco antes de emitirem seus pareceres²⁴⁷.

Diante de tantos conflitos de poder, Vargas tratou de enfraquecer o exército por intermédio de um novo do braço aéreo da Marinha, que passaria a ser controlado por um civil a partir de 20 de janeiro de 1942. Inclusive efetuou transferências de generais pró-alemães para funções que julgasse mais inofensivas²⁴⁸ e por causa disso não foi poupado das acusações de deliberadamente desejar o fracionamento das forças armadas brasileiras.

²⁴⁶ McCANN, F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p. 183.

²⁴⁷ *Idem*, p. 184

²⁴⁸ Joaquim Pedro Salgado Filho, amigo de Osvaldo Aranha.

Quanto ao requerimento da *Panair do Brasil* e a construção das bases, Araújo evitou submetê-lo aos oficiais que eram influenciados pela *Lufthansa, ou Lati*. Com receio da futura gestão do Ministério, antedatou-o de 20 de janeiro para remetê-lo ao Conselho de Segurança Nacional precisando inclusive, receber proteção pessoal do General Pinto, Secretário Geral do Conselho²⁴⁹.

Os dias de confisco foram difíceis. Mesmo quando os aeroportos iniciavam suas construções, a oposição dilataria as aprovações administrativas pelo máximo de tempo possível. Vargas teria conversas secretas com o embaixador alemão Karl Ritter, para que se conservasse em Berlin a viva impressão de que o Brasil era o “baluarte contra a inclusão da América do Sul da política antigermânica de Roosevelt”.

O sistema criado pelo Programa de Desenvolvimento de Aeroportos modernizou o transporte na América Latina como um todo, criando quarenta e um aeródromos, seis hidrovias e oito bases de dirigíveis que se estendiam dos Estados Unidos até o Brasil, tornando possíveis os esforços de defesa do Canal do Panamá em 1941 e a campanha anti-submarino no Caribe e Atlântico Sul.

A Comissão técnica Militar Mista Brasil – Estados Unidos foi instituída e outras formas de cooperação nos aspectos comercial e bancário empreenderam o combate a espionagem, o que fez a Alemanha sofrer represálias por não observar a neutralidade brasileira. Os submarinos do Eixo atacaram primeiramente navios mercantes brasileiros para que se interrompessem as ligações com os países do Atlântico Norte, especialmente os Estados Unidos, porém a partir em agosto de 1941 também atacaram navios de passageiros que faziam cabotagem, o que desencadeou uma forte revolta popular.

Devido a isso, o governo brasileiro reconheceu o estado de beligerância contra a Alemanha e Itália, sem, contudo declarar guerra, pois era recomendável manter sua tradição de nunca o fazer a nenhum país. A mobilização geral pró-aliada seria decretada apenas no mês seguinte, no dia 16 setembro.

No final de janeiro de 1943, o presidente dos Estados Unidos, Roosevelt, entrevistou-se com Getúlio Vargas em Natal, quando do retorno de sua conferência

²⁴⁹ McCANN. F. Jr. *Op. Cit.*, 1995, p.185.

com Churchill e De Gaulle em Casablanca. Dentre outros assuntos, ainda tratariam da situação geral da Guerra, das bases e do que seria feito da participação brasileira no pós-guerra. O presidente Vargas continuou a ressaltar a necessidade de os norte-americanos fornecerem equipamentos para as três forças armadas.

O próprio Estado-Maior do Exército reconheceu realisticamente que a participação do Brasil no conflito armado não seria decisivo ou mesmo necessário. Afirmou, todavia, que era importante do ponto de vista moral e político a presença de brasileiros nas operações. Reconheceu também, que o Brasil desempenharia, como outras nações, papel dependente dos Estados Unidos.

Com efeito, a participação brasileira se deu mais por vontade própria do presidente Vargas que por solicitação americana, sendo inclusive a Grã-Bretanha contrária a participação brasileira. Para os americanos os brasileiros já haviam dado sua participação quando contribuíram na estratégia das bases militares.

O desejo de Vargas era aumentar continuamente o prestígio e a participação brasileira nas conferências de paz ao lado dos Aliados, pois com o término da guerra, a importância do saliente nordestino brasileiro perderia sua importância, sem contar que já naquele momento, o Norte da África estava sob domínio dos aliados novamente.

A comissão Mista de Defesa Brasil - Estados Unidos foi decorrente dos acordos firmados entre os dois países em 23 de maio de 1942. Integrada por militares dos dois lados, funcionaria em Washington e Rio de Janeiro e teve como tarefa organizar e coordenar a cooperação militar. Essa Comissão definiu de qual modo o Brasil deveria se integrar no esforço de guerra, qual tipo de material lhe seria cedido, e como seriam usadas as suas bases militares pelos norte-americanos. As razões que funcionavam sob forte divergência entre os militares das duas nacionalidades, eram questões tais como: a necessidade ou não de se reforçar o Nordeste “além do necessário” segundo os critérios norte-americanos- mesmo depois da invasão do noroeste da África pelos Aliados, pois este fato praticamente eliminava a possibilidade de um desembarque das tropas do Eixo na saliência nordestina.

As forças terrestres nacionais foram incorporadas ao comando norte-americano. Os equipamentos e suprimentos, bem como a garantia das linhas de comunicação, foram fornecidos pelos Estados Unidos, que também cederam material

para treinamento e receberam oficiais brasileiros para estágios em suas escolas militares e enviaram oficiais para o Brasil com a finalidade de dar instrução sobre o uso dos equipamentos.

Já a marinha brasileira encontrava-se em uma situação crítica e apenas em 1943, incorporou-se na fase final das hostilidades, à Quarta Esquadra norte-americana, comandada pelo vice-almirante Jonas Howard Ingram. Além da instrução técnica, os norte-americanos cederam unidades navais, sendo a principal tarefa da marinha brasileira, dar proteção, pelo sistema de comboios, aos navios mercantes nacionais e aliados que precisavam fazer o caminho norte-sul.

O Ministério da Aeronáutica, criado em 20 de janeiro de 1941, testemunhou a modernização da Força Aérea Brasileira (FAB). A formação de aviadores foi feita em parte nas escolas norte-americanas (que forneceram bolsas aos brasileiros, logo após a entrada do país na guerra) e centros de Preparação no Brasil, além das CPOR Aer. Os EUA forneceriam também aviões de instrução no âmbito do *Lend-Lease*, em número superior a 300 no decurso dos anos de 1942, 1943, 1944. Ao término, o Brasil recebeu as instalações erguidas em solo pelos Estados Unidos no ato das devoluções das bases.

À FAB coube proteger as rotas marítimas ao longo da costa nacional, sob o princípio do comando único, integrado à Força do Atlântico Sul. Contribuiu também no esforço de guerra, participando de operações no Mediterrâneo com um grupo de caças, o “Senta a Pua”. Treinados nos Estados Unidos e incorporados à força aérea aliada e a uma esquadrilha de observação e ligação, a “Olho Nele”, subordinada a FEB.

Em termos materiais a participação no conflito seria positiva para o Brasil. O Exército e a Força Aérea foram modernizados numa escala muito superior ao que poderia ter sido antes do período da guerra, sem contar que o quadro de pessoal passou a ser treinado em centros mais avançados que os encontrados no Brasil. Um fator de extrema importância para o Brasil na Segunda Guerra, certamente se deveu ao aumento internacional do seu prestígio como nação, figurando ao lado dos países vitoriosos.

Havia ainda o componente psicológico do orgulho e do sentimento nacional mesmo diante da modesta participação, isso sem contar com aproximação entre

nações aliadas resultante da convivência entre os oficiais brasileiros e os oficiais e autoridades norte-americanos, iniciando uma etapa de colaboração que se estendeu após o conflito.

Como elucidou Amado Cervo, até mesmo a declaração de guerra do Brasil ao Japão, em julho de 1945, decorreu muito mais do interesse em prolongar o estado de guerra (as hostilidades na Europa terminaram no mês anterior), pois o Brasil desejava permanecer com a posse do equipamento cedido pelos Estados Unidos, conseguido por meio da lei de Empréstimo e Arrendamento²⁵⁰.

²⁵⁰ AMADO, Cervo. *Op. Cit.* 2002, pp.253-261.

CONCLUSÃO

A partir da década de 1920, países da América Latina, incluindo o Brasil, passaram a utilizar a aviação comercial em larga escala como estratégia de comunicação e transporte. Nessa região, o crescimento das empresas aéreas foi estimulado principalmente pelo expansionismo financeiro estadunidense, que tanto ambicionava comercializar aeronaves excedentes da Primeira Guerra Mundial como abrir novos mercados no Continente. O que provocou o surgimento de um duelo de concorrências com as empresas européias, pioneiramente já instaladas na América Latina.

Dessa forma, podia-se adquirir a baixo custo e em boas condições de financiamento, aeronaves para transportar pessoas e coisas, o que permitiu o surgimento de inúmeras empresas, que funcionavam em sua grande maioria, com estrutura jurídico-econômica ainda precária. Porém, em que pese esse surgimento não-programado, a aviação comercial, mesmo padecendo de baixa segurança e regulação estatal incipiente em vários países em que atuava não se viu impedida de desenvolver-se, revelando-se posteriormente, essencial para a integração nas Américas e no Brasil, além de se transformar num dos temas mais caros para a defesa continental no período da Segunda Guerra Mundial, atraindo altos investimentos estatais e privados.

Nesta senda, esta tese procurou demonstrar que no Brasil, o transporte aéreo assumiu um componente geopolítico peculiarmente forte, pois trazia consigo os já referidos efeitos da integração, algo essencial para desenvolvimento nacional em função do amplo território do país (característica que guardou alguma similitude com o processo de expansão norte-americano). Havia ainda a questão da precariedade do transporte rodoviário e do dificultoso acesso a pontos longínquos, em especial nos estados da região norte. Pouco a pouco, a aviação brasileira também se comunicava cada vez mais com outros países, o que propiciou a permuta entre os interesses econômicos internacionais e as questões militares vivenciadas no período de forte apelo à Segurança Continental.

Nesse momento, havia se instaurado o Estado Novo no Brasil e Vargas tomava o poder em um país com economia franzina, ripícola internacionalmente e

que carregava fortes características agro-exportadoras. O Brasil, assim como a América Latina, viu-se, após a Crise de 1929 e pela aproximação da guerra, cobiçado politicamente por países como Alemanha e Itália que os enxergavam como uma espécie de alternativa para os fracassos econômicos, políticos e militares que sofreram em crises passadas²⁵¹, tentando dali em diante, criar pontes comerciais e ideológicas entre os dois continentes, num claro esforço de compensação política pós – Versalhes.

A idéia era fomentar o seu comércio com o estímulo de consumo das populações instaladas nas colônias (italo-germânicas) da América do Sul. Isso desagradaria imensamente o governo norte americano, pois também desejava recuperar-se economicamente de 1929, expandindo seu próprio comércio, - incluindo nele, o aeronáutico-, para uma área que considerava sua por tradição. No entanto, devido à forte agressividade expansionista do Eixo, os Estados Unidos precisaram elaborar planos de defesa em prol da inteireza do continente, pois também havia a ameaçadora hipótese, de um ataque-invasão nazi-fascista nas costas americanas.

Devido à grande colônia de imigrantes oriundos dos países do Eixo que continha em seu território, o Brasil acabou por se tornar igualmente um alvo das preocupações militares do Departamento de Estado Estadunidense. Porém, não se deve superestimar, - a exemplo da economia -, a real capacidade de invasão que esses países supostamente teriam. Primeiramente, países como a Itália realmente não poderia sustentar nenhum empreendimento armado contra o Brasil, tanto que nunca esteve nos planos de Mussolini a possibilidade de realmente fazê-lo²⁵².

O que realmente interessava à Itália, por exemplo, era a sutil questão cultural, a da manutenção da “italianidade” das colônias brasileiras que assim formariam um bloco de nações ligadas por afinidades aos fascistas de Roma, que consumiriam produtos excedentes e os serviços de suas empresas gerando lucro para aquele país. Já a questão alemã não diferia tanto, a não ser por ser mais agressiva. Porém, se desejava realmente atacar diretamente o continente americano, parece igualmente

²⁵¹ BERTONHA, J. F. *Op. cit.*, p.114.

²⁵² *Idem Op. Cit.* p.114.

improvável, apesar dos empreendimentos secretos que espalhou pela América Latina. Seu alvo expansionista era de fato, o território europeu.

Existia no Brasil a figura do movimento político Integralista que vinha servindo de interlocutor ideológico para o nazi-fascismo em algumas instâncias governamentais. No entanto, ressalvado as similitudes existentes entre Vargas e os fascistas, a relação acabou por se tornar complexa e até mesmo incômoda. De fato a formação do movimento Integralista brasileiro tinha o basilar institucional da influência ideológica que os ultra-direitistas entendiam como “retornos geopolíticos estratégicos e de solidariedade entre essas nações” (do Eixo). Alguns políticos italianos mais impressionáveis vislumbraram até mesmo, a possibilidade dos integralistas chegarem ao poder no Brasil. E estes mesmos integralistas também se sentiam bastante atraídos pelo governo do presidente Vargas, que não só empregava cada vez mais princípios fascistas à administração brasileira como também vinha construindo uma tradição de amizade com a Alemanha e a Itália.

Posteriormente, a evidente decepção que o movimento Integralista causou aos países do Eixo pela incapacidade de organizar-se, e mais ainda, de tomar o poder, tornou-se mais que evidente em 1938 e foi, curiosamente, a única convulsão interna que Vargas teve de esmagar em sua gestão. Porém, até ali, a propaganda ítalo-germânica que era exercida sobre alguns nichos populacionais no Brasil foi, por algum tempo, interessante para o seu Governo. Essas coletividades coloniais passaram a associar as mesmas simpatias oferecidas aos governos de seus países de origem ao governo de Vargas, devido à paridade ideológica que guardavam entre si, algo que foi realmente muito útil ao presidente. Essas coincidências, no entanto, terminavam nessa disposição, pois a administração do governo brasileiro primava pela integridade nacional acima de tudo.

A admiração pelo fascismo se sustentava até onde não prejudicasse as razões de Estado brasileiro. Vargas adaptou-se ao contexto que lhe convinha, nunca se comportou como aspirante submisso dos governos pró-Eixo e não intencionava agir diferentemente com nenhum outro, independentemente de suas simpatias. Daí seu

sentimento de impotência e frustração quando não pode fazer o mesmo diante da administração norte-americana²⁵³.

Mesmo assim, é preciso fugir de qualquer tipo de generalização sobre as deficiências e dependências econômicas brasileiras, pois mesmo governando sob condições muitas vezes adversas, Vargas soube valer-se de seu poder de barganha para alcançar vantagens junto aos Estados Unidos e posteriormente defender sua soberania sobre a influência demasiada de qualquer grande potência. O que interessou ao governo brasileiro foi a possibilidade de obter proficuidades econômicas, bem como aumentar igualmente o prestígio internacional do Brasil tanto nas Convenções Pan-Americanas quanto ao lado das nações vencedoras no pós-Segunda Guerra.

E falando em alguns sucessos e deficiências desse contexto político, o presente trabalho também detectou que nem todos os estratagemas que se formaram em torno da Segunda Guerra puderam ser de fato filtrados de acordo com os interesses do governo Vargas. Em que pese ter sobrevivido sem grandes traumas à tentativa de golpes como o integralista e de ter dilatado ao máximo o tempo de decisão para alinhamento formal com os Aliados, e evitando do mesmo modo, a provocatória de retaliações do Eixo até o momento em que ocorreria o rearmamento completo das suas Forças Armadas, o Brasil, sofreu de inúmeras fragilidades típicas de um país sem um serviço de inteligência capaz de contrapor a espionagem adversa, fosse advindas pelos componentes do Eixo, fosse pela coordenação Aliada, a exemplo do episódio da carta forjada plantada como “prova” contra a *LATI*. Tal situação funcionou para afastar os líderes brasileiros da ameaça nazi-fascista e para evidenciar, mesmo que por vias tortas e sem grande senso crítico, o quanto os espões do Eixo tinham de fato grande liberdade de atuação em território nacional.

Quanto às conseqüências dos acordos Pan-Americanos no Brasil, o que se pôde assistir foi o quanto se propiciou a continuidade dos objetivos econômicos e militares norte-americanos quanto à cobertura dos pontos vulneráveis que pudessem existir na composição dos planos de defesa hemisférica. Foi nesse período que o

²⁵³ D'ARAÚJO, Maria Celina. *O fio da meada no diário de Vargas*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996. Passim.

poder de barganha de Vargas foi ao seu ponto máximo, possibilitando a negociação de empreendimentos como a construção de Volta Redonda, o reequipamento das forças armadas e a modernização dos aeroportos brasileiros. Nesse ínterim, os Estados Unidos, apesar de não simpatizarem com as idiosincrasias nacionalistas e autoritárias do governo que instaurou o Estado Novo, não viram outra opção a não ser a de atender aos anseios brasileiros, devido às suas implicações, tais como, a tão referida simpatia alemã.

As Conferências, o discurso do Pan-Americanismo, a utilização de instrumentos como a OCIAA representaram o esforço norte-americano em exercer um poder que fosse considerado mais brando no plano internacional. Em nome da causa comum da segurança hemisférica e da democracia, não dissociou dela, seus interesses de lógica essencialmente mercadológica.

A OCIAA contribuiu para vincular as relações culturais às comerciais no Brasil, e difundiu o *american way of life* por meio das produções hollywoodianas e pela publicidade, o que ainda os ajudava a promover o consumo de suas próprias mercadorias e os serviços oferecidos por suas empresas. *Glamourizaram* a guerra pelas exibições da esquadrilha da fumaça e pela instauração de um serviço de inteligência eficiente para as forças armadas nacionais, bem como inauguraram o padrão norte americano de serviços aéreo-civil.

A partir da sua hegemonia no hemisfério americano, os Estados Unidos projetaram-se para o mundo, impondo a democracia para os países do sul, frustrando de vez toda e qualquer tentativa de influência dos países nazi-fascistas, o que lhe garantiu também posteriormente, a vitória do capitalismo sobre o socialismo no mesmo continente. Dessa forma, se instituiu uma relação amigável entre países do continente, o que tranquilizou Washington para que pudesse reconstruir a Europa e conter o avanço soviético em duas frentes.

Quando a guerra finaliza, encerram-se tanto a ameaça do imperialismo dos países do Eixo como as portas do Rockefeller's Office, e dali em diante, as linhas aéreas estadunidenses prosperam definitivamente no continente americano, pois este fenômeno modificou os padrões do comércio aéreo no mundo, cuja propulsão não se bastou apenas pela lei da oferta e da procura. Nos países em que o conflito se desenrolava em seu próprio território, as conseqüências econômicas foram

arrasadoras: Falências em efeito dominó e a ausência quase que total de produção de aviões se tornou rotineiros. Países como a Alemanha e a Itália, derrotadas pelos Aliados, viram sua indústria aérea voltar ao marco zero e mesmo a França e Inglaterra, em que pese terem sido as duas maiores aliadas européias dos Estados Unidos, terminaram o conflito com uma aviação quase inoperante²⁵⁴.

Curiosamente o Brasil, após toda a movimentação anti-germânica (empreendida mesmo que contra a vontade de certos componentes das forças militares nacionais em prol da causa norte-americana), foi um dos poucos países no mundo a beneficiar-se dos lucros desse tipo de transporte utilizando-se do método político da forma como havia feito. Primeiramente, foi inegavelmente favorecido pela modernização e construção de novos aeroportos patrocinados pelo *Pan American Airports Corporation*, e finalmente pela venda de aviões como o Douglas C-47 desmobilizados a preço quase de custo ao país.

O transporte aero militar norte-americano aprimorou substancialmente as travessias oceânicas e melhorou os equipamentos de vôos e navegação. Enquanto a Europa saía arrasada do palco de guerra, na América Latina e especialmente no Brasil, a empresa de aviação aérea civil e militar seriam uma das mais beneficiadas do mundo²⁵⁵.

Pode-se concluir finalmente, que como os grandes aeroportos brasileiros foram patrocinados pelos Estados Unidos, por intermédio de empréstimos do programa de modernização da *P.A.A.*, logo também beneficiou sem ressalvas, sua mais visível filial no Brasil, a *Panair do Brasil S. A.*, que por intermédio de decretos como o de nº 3.463, foi autorizada a operar sem subvenção ou ônus de qualquer espécie para o Tesouro Nacional.

A *Panair do Brasil S. A.* foi a empresa oficial responsável pelo transporte do programa Rockefeller para a obtenção da borracha na Amazônia, conjugando esforços com a *Rubber Development Corporation* para atender as necessidades norte-americanas daquele bem primário que naquela ocasião concorria com a da Malásia.

Findada a guerra, imediatamente o Brasil enfrenta um fenômeno semelhante ao que havia sofrido os EUA no fim da Primeira Guerra Mundial: um enorme

²⁵⁴ PEREIRA, A. *Op. Cit.*, 1987, p. 328.

²⁵⁵ Idem, p. 328.

excedente de aviões inundava o mercado nacional. Com isso, empresas como *Panair* expandiam-se vertiginosamente e monopolizavam os vôos pela Amazônia brasileira e até mesmo a peruana. Porém, acima de tudo, também beneficiava mesmo que secundariamente, as novas “arapucas voadoras” que surgiriam no mercado brasileiro e passaram a concorrer com empresas maiores que haviam sobrevivido à grande guerra aero-comercial que havia se instaurado no Brasil, tais como a Cruzeiro do Sul, a Vasp e as grandes americanas, *Pan American* e a menina de seus olhos, logicamente, a *Panair do Brasil S. A.*

Em 1944 a *Panair do Brasil* terminaria seu processo de nacionalização, pois precisava atender os pré-requisitos de soberania do governo brasileiro. Isso contrariou os interesses de Juan Terry Trippe, que achava prematura acatar tal decisão naquele momento. Porém, ausente a guerra, a administração do governo brasileiro entendia não haver mais a necessidade de manter exclusivamente nas mãos do capital norte-americano aquilo que considerava essencial a sua soberania. Por isso mesmo, dispensou-lhe tratamento semelhante ao que deu as suas congêneres alemãs e italianas (pelo menos quanto à obrigação de nacionalização). Porém, a aeronáutica estadunidense já havia se tornado dominante nos céus Brasil e do todo o Continente Americano, e dali continuou a sua expansão para o mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Vagner Camilo. *Ilusão desfeita: A aliança especial Brasil – Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial*. RBPI. Janeiro/junho. Ano/vol. 48, número 001. Instituto Brasileiro de Relações Internacionais. Brasília, Brasil. pp.151 – 177.

AQUINO, Rubim Santos Leão de, 1929-. *História das sociedades americanas*. / Rubim Santos Leão de Aquino, Nivaldo Jesus Freitas de Lemos, Oscar Guilherme Pahl Campos Lopes. - 10ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 2005.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Trad. De Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1979. 708 p. Título original: Paix et Guerre entre les Nations.

_____. *República Imperial: os Estados Unidos no mundo pós-guerra*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

_____. *A paz sem vitória - Estudos Políticos*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1980, pp. 386-397.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.

_____, Moniz. *Relações Brasil-EUA no contexto da globalização. I – a presença dos EUA no Brasil*. São Paulo: SENAC, 1998, p.223.

BARBOSA, Nair Palhano. *Nas asas da história: lembranças da Panair do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, impressão DRQ. 1996.

BERTONHA, João Fábio. *O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943*. RBPI. 1997.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de Política Vols. I e II*/ Norberto Bobbio, Nicola Matteuci e Gianfranco Pasquino; tradução Carmen C. Varriale...[et. al.]; coordenação da tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. 5ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000. Vários colaboradores.

BUENO, Eduardo. *Brasil: uma história. A incrível saga de um país*. Editora Ática. 2003. 1ª Edição, 3ª impressão. 440p.

BUENO, Ironildes. *Estados Unidos Versus Alemanha: o falso dilema sobre a indústria de base brasileira*. Cena Internacional. Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL) Vol. 8/ nº 2 / 2006. Brasília. IREL. 2006.

BURNES, Edward McNall. *A História da Civilização Ocidental: Do Homem das Cavernas até a Bomba Atômica – O Drama da Raça Humana*. Tradução de Lurival Gomes Machado, Lourdes Santos Machado e Leonel Vallandro. 3ª Edição. 5ª Impressão. Editora Globo. Porto Alegre. 1975.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Sobre o conceito de neutralismo*. RBPI. Ano IV, nº 15, 1961.

CARR, E. H. *Vinte anos de crise: 1919 – 1939*. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981.

CERVO, Luiz Amado. *História da política exterior do Brasil*. Amado Luiz Cervo, Clodoaldo Bueno. - 2ª ed. - Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

_____, Amado Luiz. *Instabilidade Internacional de 1919 – 1939*. Relações Internacionais – dois séculos de história: entre a preponderância européia e a emergência americano – soviética (1815 – 1947) / José Flávio Sombra Saraiva (org.) – Brasília: IBRI, 2001.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Clementino. *Impacto urbano de uma base militar: a mobilização militar em Natal durante a segunda guerra*. RIGB. Rio de Janeiro, a 162, nº, jul./set.2001.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *O fio da meada no diário de Vargas*. Revista Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 17, 1996.

_____. *Entre a Europa e Estados Unidos: diálogos de Vargas com o seu diário*. Luso-Brazilian Review, Vol. 34, No. 1, 17-41. Summer, 1997.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo império perecerá*. Jean Baptiste Duroselle; tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães. – Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2000.

GARCIA, Eugênio Vargas. *Entre a América e a Europa: apolítica externa brasileira na década de 1920*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: FUNAG, 2006. 627p.

GORDON, Lincoln. *Relações dos Estados Unidos com a América Latina, especialmente o Brasil*. RBPI. Ano IV, Nº 15, 1961.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. – 13ª. Ed. – São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1919, os aspectos políticos da rivalidade comercial*; Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Stanley E. Hilton. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira, 1997.

_____. “*Ação integralista brasileira: Facism in Brazil, 1932-1938*” Luso-Brazilian Review nº 9, dezembro, 1972.pp. 268-269.

HOURARI, Albert Habib. *Uma história dos povos árabes*. Albert Hourani; tradução Marcos Santarrita. – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HULL, Cordel. *Memories*. Nova York. Macmillan, 1984, p. 334.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências: transformações econômicas e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Editora Campus. 1989.

KISSINGER, H. *Diplomacia* Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1997.

LEITE, Mauro Renault. *Marechal Eurico Gaspar Dutra : o dever da verdade* / Mauro Renault Leite [e] Novelli Jr. - Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1983. (Coleção Brasil Século 20/ Brasil - História - 1933-1945). 768p.

LESSA, Antônio Carlos, 2000. Artigo: “A diplomacia universalista do Brasil: a construção contemporânea das relações bilaterais. RBPI. (IBRI). Brasília – DF. 1998. Ano 41, ESPECIAL 40 ANOS. 1958 - 1998.

LIMA, Marcos Felipe Pinheiro. *Do Americanismo ao universalismo: As transformações nas Relações Internacionais do Brasil, de 1902 a 1964*, 2006, 127p. Dissertação (Mestrado) – Curso de Relações Internacionais, Universidade de Brasília. Brasília. Distrito Federal, 2006.

MARTINS, Estevão Chaves Resende Martins. *Relações Internacionais Cultura e Poder*. Coleção Relações Internacionais. IBRI. Ano 2002. 184 p.

McCANN, Frank D. *A aliança Brasil-Estados Unidos, 1937-1945* / Frank D. McCann, Jr.: Tradução [de] Jayme Taddei e José Lívio Dantas. - Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995. 396p: - (Biblioteca do Exército 620. Coleção General Benício; v.310).

MATTOS, Carlos de Meira. *Uma geopolítica pan-amazônica*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, [1980]. P.; mapas; 21 cm. (Coleção General Benício, v. 181, publ. 501).

MELLO, Maria Chaves de, *Dicionário Jurídico Português-Inglês/Inglês-Português*, 7ª Edição – 1998. Revista, melhorada e ampliada, incluindo Lista Suplementar de Termos e Expressões Jurídicas. Rio de Janeiro: Elfos, Ed.

MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: Relações Internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial/ Gerson Moura*. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

_____. *Estados Unidos e América Latina*. 2ª. Ed. In: Editora Contexto, 1990.

MÜLLER, Oswald Heinrich. **Primórdios da aviação comercial no Brasil – A primeira viagem**. Boletim Informativo da Sociedade Germânia. Ano 05 Nº30 - NOVEMBRO / DEZEMBRO – 2005.

NASSER, Reginaldo Mattar. *Woodrow Wilson e a ordem hemisférica*. Cena Internacional. Vol.8, nº2. 2006.

NYE, J. S. *Soft Power: The means to success in world politics*. New York: Public Affairs, 2004.

_____. *Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002, p. 30.

OLIVEIRA, Luiz Guilherme. *A Cadeia de Produção Aeronáutica no Brasil: uma análise sobre os fornecedores da Embraer*. Instituto de geociências da universidade de Campinas/ Luiz Guilherme de Oliveira. – Campinas, SP.: [s.n.], 2005.

PEREIRA. Aldo. *Breve história da aviação comercial brasileira*. Editora Europa. 1987, p. 34.

REVISTA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA, Brasília: Abin, v.1, nº1, dez.2005. (autor omitido).

ROOSEVELT. F. D. *Public Papers*, vol. de 1933, p. 198-99.

SANDER. Roberto. *O Brasil na mira de Hitler – a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. /Roberto Sander. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SANTOS, LUÍS CLÁUDIO VILLAFANE G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro South America and Brazilian Diplomacy: Shifting Identities*. Rev. Bras. Polít. Int. 48 (2): 185-204 [2005], p. 188.

SEITENFUS, Ricardo. *A entrada do Brasil na segunda guerra mundial / Ricardo Seitenfus* - Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000: (Coleção História, 33).

_____. *O Brasil vai à guerra: o processo do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial / Ricardo Seitenfus*. - 3. ed. - Barueri, SP : Manole, 2003.

TOTA, A. P. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

WIRTH, J. A. *A política de desenvolvimento na era de Vargas*. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas, 1973, especialmente o primeiro capítulo.

ARQUIVOS PARTICULARES:

Arquivo Getúlio Vargas (AGV) – Centro de Pesquisa e Documentação
Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC) – RJ

DOCUMENTÁRIOS:

Panair do Brasil. (Brasil/2007, 71 min.). Documentário. Dir. Marco Altberg.

SITES:

<http://www.incaer.aer.mil.br/> . Acesso em 17/11/2008.

<http://digital.estadao.com.br/default2.asp?act=12&cod=JNPNNOEPG8>.

Acesso em 07/11/2008.

http://www.youtube.com/watch?v=1XzCz72ij_c Acesso em 07/11/2008.

<http://diplo.uol.com.br/2003-06,a671>. Acesso em 05/03/2008.

<http://www.econ.puc-rio.br/PDF/td454.PDF>. Acesso em 05/03/2008.

http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/000000_curss.shtml. Acesso em
12/06/2008.

<http://www.relnet.com.br/blog/?p=1189>. Acesso em 10/06/2008.

[http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/enciclop/cap002/030.ht
ml](http://www.museutec.org.br/resgatememoria2002/old/enciclop/cap002/030.html). Acesso em 24/10/2008.

<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso em 04/04/2008.

<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm>. Acesso em 04/04/2008.

<http://www.jid.org/AboutUs/History/history.php?lang=pt>. Acesso em
19/04/2008.

[http://www.cephas-
library.com/church_n_state_rockefeller_and_evangelism.html](http://www.cephas-library.com/church_n_state_rockefeller_and_evangelism.html).. Acesso em
15/04/2008

www.cpdoc.fgv.br/nav_historia/htm/anos37-45/ev_guerranobr_tiosam.htm
Acesso em (20/04/2008).

<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/166.pdf> Acesso em 10/03/2008 .

<http://www.lewrockwell.com/orig/young4.html> Acesso em 16/05/2008.

http://www.jetsite.com.br/2006/comp_aereas2.asp?codi=331. Acesso em 16/05/2008.

<http://www.lewrockwell.com/orig/young4.html> (*The Rise and Fall of Pan-State Airways*). Acessado em 16/05/2008.

http://www.jetsite.com.br/2006/comp_aereas2.asp?codi=492 Acesso em 05/12/2007.

http://almanaque.folha.uol.com.br/mundo_07jul1937.htm Acesso em 10/04/2008)

<http://www.natal-brazil.com/portugues/basico/aviacao-antes-segunda-guerra.html> Acesso em 14/05/2008.

<http://www.jstor.org/pss/3513802> Acesso em 27/04/2008.

http://sixtant.net/site/index.php?option=com_content&task=view&id=713&Itemid=2

Acesso em 28/09/2008.

http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgiin/PRG_0599.EXE/3625_6.PDF?NrOcoSis=6522&CdLinPrg=pt. Acesso em 10/09/2008.